



Principal Instituição Financeira de fomento do Governo Federal na Região Amazônica, tem como missão promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da execução de políticas públicas e oferta de produtos e serviços financeiros.

O Banco da Amazônia S.A. reconhece seu papel no resgate da importância da Região para o desenvolvimento de sua gente e contribuição para um país melhor, mais justo e equânime.

Na qualidade de Agente Financeiro para a implementação das políticas creditícias para a Região, o que norteia nossos relacionamentos é a busca do bem-estar de todos que compõem a comunidade em que atuamos.

Apresentarmo-nos a essa comunidade implica estabelecer e divulgar padrões que orientam nossas ações, ora expressas em nosso Código de Ética.

MISSÃO

Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes.

VISÃO

Ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos.

VALORES

- Integridade – Ética e Transparência;
- Meritocracia;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Valorização do cliente;
- Decisões técnicas e colegiadas;
- Eficiência e inovação;
- Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética do Banco da Amazônia contém padrões baseados nos princípios da legalidade, probidade, impessoalidade e transparência, bem como, pelo respeito ao ser humano, presentes na Constituição Federal, no Código de Ética Profissional do Servidor

Público Civil do Poder Executivo Federal e o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

RELAÇÃO COM SEUS FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS PARCEIROS.

O Banco da Amazônia pauta seus relacionamentos com os fornecedores e prestadores de serviços orientado pelo compartilhamento dos padrões morais e éticos e com base na valorização de iniciativas sociais e ambientalmente responsáveis.

A seleção de fornecedores e prestadores de serviços é realizada com imparcialidade, transparência e preservação da qualidade e viabilidade econômica dos serviços prestados e dos produtos fornecidos, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos.

O Banco da Amazônia, quando da contratação das empresas e seus empregados, respeita os princípios e os valores éticos fundamentais, a exemplo da honestidade, da cooperação, da disciplina, do compromisso, da confiança, da transparência, da igualdade e do respeito mútuo nas relações de trabalho.

ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO E ÀS NORMAS

O Banco da Amazônia exige e cumpre, em seu processo de contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, o atendimento à legislação vigente no País, em especial a Lei nº. 10.520/2002- Lei do Pregão e Decreto Federal nº. 10.024/2005, Lei Complementar nº. 123/2006 – Estatuto da ME e EPP, Lei nº. 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais e seu Decreto Regulamentador, Decreto Federal nº. 8.945/2016, dentre outras.

O Banco da Amazônia também veda a participação de empresas que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei 9.605/1998 (Leis de Crimes Ambientais) em suas licitações.

PACTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Em cumprimento do disposto legal, veda-se nos processos licitatórios a participação de empresas que mantenham em seus quadros trabalhadores em condições análogas à de escravo.

Ademais, o Banco explicita em cláusula específica, nos contratos com fornecedores, Termo de Parceria, Acordos, Convênios e demais instrumentos contratuais, o combate ao trabalho em condições análogas à de escravo.

Assim, não é permitida a contratação ou manutenção de contratos com fornecedores que tenham sido autuados por manterem trabalhadores em condições análogas à de escravidão.

PACTO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Banco da Amazônia observa os direitos fundamentais no trabalho definidos pelas convenções e declarações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e outras leis, normas e resoluções contra o trabalho infantil.

COMBATE À CORRUPÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS

Na realização de seus negócios, o Banco da Amazônia observa os princípios éticos organizacionais consubstanciados em seu Código de Conduta Ética, Estatuto Social, normas e regulamentos internos da área de Gestão de Pessoas e legislação aplicável.

PLANOS DE APLICAÇÃO DE RECURSO

Os Planos de Aplicação de Recursos elaborados pelo Banco da Amazônia representam importantes ferramentas estratégicas na condução da política de crédito da Instituição e são concebidos em alinhamento com as políticas e programas do Governo Federal para a Amazônia e prioridade nos nove Estados da Região Amazônica.

A finalidade precípua dos Planos de Aplicação é a de orientar a atuação do Banco da Amazônia na Região, visando o alcance da máxima eficiência na alocação dos recursos sob sua gestão e, assim, cumprir com o nobre papel institucional de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, contribuindo para a inclusão social, a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a minimização das desigualdades Inter e intrarregionais.

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO BANCO DA AMAZÔNIA.

Nos editais e minutas de contratos em geral, o Banco da Amazônia preza pelo atendimento da legislação que recomenda a adoção de critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens a serem fornecidos e a exigência de práticas sustentáveis por parte das empresas contratadas na execução dos serviços, mormente o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI nº 1/2010, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria. Destarte, desde que justificável e preservado o caráter competitivo do certame, as licitações promovidas pelo Banco seguem as diretrizes de sustentabilidade expressas no art. 4º daquele Decreto, a saber:

- menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Como consequência, nos instrumentos convocatórios que tenham por objeto o fornecimento de bens, por exemplo, constatada a presença dos requisitos referentes à justificativa e à competitividade referidos no parágrafo anterior, são incluídos critérios de sustentabilidade, os quais passam a integrar as especificações técnicas dos bens.

No que se refere aos contratos, dentre as obrigações gerais do contrato consta exigência da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, de

modo a prevenir ações danosas ao meio ambiente, em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais, contribuindo para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Adicionalmente, também é obrigação do contratado orientar e capacitar os prestadores de serviços, fornecendo informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, incluindo noções de responsabilidade socioambiental.

Além da adoção dos critérios e práticas de sustentabilidade já mencionados, outros podem ser adotados conforme a natureza do objeto. Neste caso, as exigências e/ou obrigações referentes aos critérios e práticas de sustentabilidade são amoldadas às peculiaridades de cada objeto.

Diretoria de Gestão de Recursos e Portfólio de Produtos e Serviços – DIREP
Gerência Executiva de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos – GEPAC
Coordenadoria de Processos Licitatórios – COPOL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/001

O Banco da Amazônia S.A., de ora em diante denominado simplesmente Banco, em conformidade com a autorização contida no processo GEPAC-COCOM nº 2022/362, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, de Nº **2022/001**, do tipo **menor preço global mensal do lote**, o qual reger-se-á pelo disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia S/A, doravante denominado REGULAMENTO, de 28 de fevereiro de 2018, instituído pelo Resolução nº 1/CA, de 26 de janeiro de 2018 e pela Lei 13.303, de 30.06.2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016 com observância no que couber às disposições da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006; da Lei Complementar Nº 147, de 7.08.2014; da Lei Complementar 155/16, de 27/10/2016; da Lei 10.520, de 17 de julho 2002; da Lei nº 12.846, de agosto de 2013; do Decreto nº 3.722, de 09 de Janeiro de 2001; do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002; do Decreto nº 7.892, de 23 de julho de 2013; do Decreto nº 8.538/2015, de 06/10/2015; do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018 e do Decreto nº 10.024 de setembro de 2019 e suas respectivas alterações, conforme objeto descrito no **item 1 - DO OBJETO**, tudo em conformidade com a Lei 13.303/2016, do Regulamento de Licitação e Contratos do Banco da Amazônia S.A. e as disposições constantes do Termo de Referência e seus anexos, que o integram e complementam.

Constituem anexos deste Edital e dele são partes integrantes os seguintes documentos:

ANEXO I	Termo de Referência	fls. 37 a 68
ANEXO I-A	Quantidade de Postos de Trabalho por área	fls. 69 a 71
ANEXO I-B	Relação de Materiais e Equipamentos de Limpeza	fls. 72 a 73
ANEXO I-C	Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços	fls. 74 a 79
ANEXO I-D	Planilha Informativa de Custo de Material	fls. 80
ANEXO I-E	Relação de Empregados do CONTRATADO para o CONTRATO	fls. 81
ANEXO II	Modelo de Carta-proposta de Preços	fls.82/83
ANEXO III	Declaração exigida no subitem 7.2.2 do Edital.	fls.84
ANEXO IV	Minuta da declaração de Teor de conhecimento, do Decreto nº 7.203/2010	fls.85
ANEXO V	Minuta de Declaração de Conhecimento do teor da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção")	fls.86
ANEXO VI	Minuta de Declaração para atender o art. 38, da Lei nº 13.303/2016	fls.87
ANEXO VII	Minuta de Instrumento Contratual	fls.88 a 129
ANEXO VIII	Matriz de Risco	fls.130

As propostas serão abertas no **dia 18.01.2022**, às **09h00**. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá na mesma data às **09h30**.

As consultas relativas a esta licitação poderão ser feitas pelo e-mail: licitacoes@bancoamazonia.com.br. As consultas deverão informar o número desta licitação.

Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF), nos termos do art. 53, do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019.

Este pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, e conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) pelo(a) Gerência de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos (**GEPAC**), por meio da **Ordem de Serviço (OS) nº 2021/101** que cuidará do seu processamento e julgamento.

Para participar deste Pregão Eletrônico ou simplesmente acompanhá-lo, o interessado deverá acessar a página de licitações do Banco da Amazônia, na internet, através do endereço <http://www.bancoamazonia.com.br>, item "**Licitações**", onde se encontra o link para o sistema de licitações eletrônicas. Será utilizado no procedimento o Sistema Eletrônico

COMPASNET do Portal de Compras do Governo Federal: <http://www.comprasnet.gov.br>
“Comprasnet SIASG”. UASG: 179007.

A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do(a) Pregoeiro(a) em sentido contrário.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, por área, incluindo a limpeza de bens móveis, com fornecimento de mão de obra, de todo material de limpeza necessário e dos equipamentos adequados à execução dos serviços a serem executados nas dependências das unidades do Banco da Amazônia localizadas no Estado do Pará, conforme especificações do Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **01 Lote, contendo 50 itens**, observadas as quantidades e as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto:
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço Global mensal do lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. Cada unidade deverá obedecer ao quantitativo de postos por unidade, constantes no **ANEXO I-A**.
- 1.5. Os interessados em participar desta licitação poderão realizar **VISTORIA TÉCNICA** nas unidades do Banco, na forma do **item 4 do ANEXO I** – Termo de Referência.

2. DO ORÇAMENTO

- 2.1. O pagamento da despesa, objeto deste Edital será registrado nas rubricas: 81.354-0 – “DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS – Serviços de Limpeza-INSS-PJ” do orçamento do Banco.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

- 3.1. De acordo com o **item 5 do Termo de Referência, ANEXO I** deste Edital.

4. DA QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO

- 4.1. De acordo com o quadro abaixo e **ANEXO I-A** deste Edital.

Número de postos	Descrição dos Serviços
109	Auxiliar de Serviços gerais
01	Encarregado

5. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1 De acordo com o **item 3, ANEXO I** – deste Edital.

6. DO HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. De acordo com o **item 6 do Termo de Referência, ANEXO I A** – deste Edital.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que:

7.2.1. estejam impedidas de participar de licitações promovidas pelo Banco;

7.2.2. possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, responsáveis e técnicos que sejam dirigente ou empregado do Banco na data da publicação do Edital;

7.2.2.1. se a empresa não se enquadrar no impedimento do **subitem 7.2.2** deverá apresentar declaração na forma do **ANEXO III** deste Edital;

7.2.3. estejam constituídas sob forma de consórcio;

7.2.4. estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução **ou liquidação**;

7.2.5. tenham sido consideradas como inidôneas, por órgão, entidade ou sociedade integrante da Administração Pública, direta e indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

7.2.6. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.2.6.1. as penalidades dos **subitens 7.2.5** e **7.2.6** impostas à matriz se estendem às filiais e vice-versa.

8. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

8.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet no COMPRASNET.

8.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

8.3. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

8.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 1 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco da Amazônia ou do COMPRASNET, devidamente justificada.

- 8.5.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 8.6.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.6.1.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.7.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 8.8.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.8.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação
- 8.9.** Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida lei, é necessário, à época do credenciamento, e cadastramento da proposta, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, documento imprescindível para habilitação.
- 8.9.1.** As declarações referidas no item anterior servirão como comprovação do enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, as quais declararão, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 9.1.1.** Valor Unitário e total do item;
- 9.1.2.** Marca (se for o caso);
- 9.1.3.** Fabricante (se for o caso);
- 9.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de

validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90(noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

9.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA PARTICIPAÇÃO

10.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

10.2. A participação na licitação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta comercial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet-SIASG, observados data e horário limite estabelecidos no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

10.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus Anexos. A licitante é responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.4. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação. A licitante declarará no sistema, antes de registrar a sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

10.5. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

- 10.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 10.7.** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.8.** A licitante deverá comunicar imediatamente ao Ministério da Economia (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 10.9.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 10.9.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 10.9.1.1.** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 10.9.1.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 10.9.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 10.9.3.** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;
- 10.9.4.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 10.9.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 10.9.6.** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 10.9.7.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 10.9.8.** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 10.9.9.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

- 10.10.** Caso o licitante deixe de assinalar algum dos campos acima referente as declarações, deverá anexar a referida declaração junto com os documentos de habilitação no sistema.

11. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 11.1.** Os pedidos de esclarecimentos relativos a este Edital e seus Anexos serão recebidos em até 3(três) dias antes da realização da sessão, ou seja, **até as 18h00 do dia 13.01.2022**, nos termos do artigo 23 do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019.
- 11.2.** Os pedidos de esclarecimento encaminhados após as **17h00** serão apreciados no próximo dia útil.
- 11.3.** Serão considerados intempestivos os pedidos de esclarecimentos encaminhados **após as 18h00** do terceiro dia útil que anteceder a abertura das propostas.
- 11.4.** As **impugnações** serão recebidas em até 3(três) dias antes da realização da sessão, ou seja, **até as 18h00 do dia 13.01.2022**, nos termos do artigo 24 do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019.
- 11.5.** Serão consideradas intempestivas as impugnações apresentadas **após as 18h** do terceiro dia útil que anteceder a abertura das propostas.
- 11.6.** As impugnações encaminhadas **após as 17h** serão apreciados no próximo dia útil.
- 11.7.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 11.8.** Tanto os pedidos de esclarecimentos como as impugnações deverão ser apresentadas por escrito ao(à) Pregoeiro(a), mediante requerimento dos interessados, através do e-mail: licitacoes@bancoamazonia.com.br.
- 11.9.** O documento deve estar, obrigatoriamente, em formato passível de cópia (Pdf editável, Word, Libreoffice, etc), permitindo a transferência/colagem de seu conteúdo para o sítio do Comprasgovernamentais.
- 11.10.** Os esclarecimentos e impugnações serão decididos e respondidos pelo(a) Pregoeiro(a) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas 02 (dois) dias úteis e devidamente publicados no sítio do Comprasgovernamentais até a abertura da sessão pública, para ciência de todos os licitantes.
- 11.11.** Caso a impugnação não seja respondida ou publicada em tempo hábil no sistema eletrônico ou no site do Banco, a sessão será suspensa e será agendada uma nova data.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 12.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

- 12.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 12.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 12.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 12.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 12.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 12.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 12.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 12.9.** O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Banco da Amazônia ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas e ele, para orientar sua análise e decisão.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13.1.** A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, pela internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando (o)a Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade dessas propostas.
- 13.2.** Até a abertura da sessão, os participantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada ou os documentos de habilitação.
- 13.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, podendo desclassificar desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 13.4.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 13.5.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 13.6.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 13.7.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 13.8.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 13.9.** Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.
- 13.10.** As licitantes também deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no § 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006.
- 13.11.** A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 13.12.** O Banco, considerando o teor do Acórdão TCU nº 298/2011 – Plenário, adotará procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício anterior e/ou outros demonstrativos contábeis/documentos que julgue necessários, apresentados na forma da Lei, além de se realizar as pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamento da Administração Pública Federal, deve ser solicitado à licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de sua declaração de qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de usufruto dos benefícios da referida lei, a fim de subsidiar a verificação do atendimento, pelas licitantes, às exigências da no artigo 3º da LC nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.
- 13.13.** Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).
- 13.14.** A confirmação acerca do atendimento, pelas licitantes, da condição de ME ou EPP também poderá ser realizada por meio da disponibilização de Documentos Fiscais Oficiais, tais como a Declaração do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional, devidamente transmitida à Receita Federal do Brasil, desde que os dados permitam identificar as informações acerca do faturamento bruto do exercício em análise.
- 13.15.** Para fins de definição do “último exercício social” da DRE a ser exigida, será considerado, na data de abertura da sessão pública, o prazo legal fixado pelo Código Civil, art. 1.078.
- 13.16.** Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

14. DOS LANCES

- 14.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 14.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 14.3. O lance deverá ser ofertado pelo **menor preço Global Mensal por lote/item**;
- 14.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 14.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$100,00 (cem reais)**
- 14.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 14.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 14.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 14.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 14.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 14.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 14.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 14.13. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 14.15. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 14.16. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

14.17. Os lances serão ofertados individualmente pelo critério do Menor Preço Global Mensal, Atentar par o ANEXO II deste Edital.

14.17.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.18. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

14.19. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

14.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

14.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele que, assegure a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- 14.27.1. no país;
- 14.27.2. por empresas brasileiras;
- 14.27.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 14.27.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 14.27.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 14.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 14.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 14.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 14.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 14.30. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 14.31. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso publicado no sistema Comprasgovernamentais.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 15.1. A proposta comercial final do licitante declarado vencedor com o preço atualizado em conformidade com o último lance ofertado e eventuais negociações, bem como documentos complementares, deverão ser enviados através do módulo de **ENVIO DE ANEXOS** do Comprasgovernamentais, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
- 15.2. O módulo **ENVIO DE ANEXOS** estará disponível aos licitantes no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contadas da convocação do(a) Pregoeiro(a) no sistema Comprasgovernamentais.
- 15.3. Ao término do prazo o(a) Pregoeiro(a) encerrará o módulo **ENVIO DE ANEXOS**, não sendo possível incluir ou substituir mais nenhum anexo.

- 15.4.** Em casos excepcionais, devidamente justificado no sistema **COMPRASGOVERNAMENTAIS** pelo(a) Pregoeiro(a) e dentro do prazo acima estabelecido, a Proposta de Preços e demais documentos poderão ser remetidos para o endereço de e-mail licitacoes@bancoamazonia.com.br ou outro endereço informado pelo Pregoeiro, devendo a(s) licitante(s), em momento posterior a ser definido pelo(a) Pregoeiro(a), encaminhar através do módulo do sistema de **ENVIO DE ANEXOS** a mesma documentação, de forma que esta seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes para análise e verificação de sua conformidade.
- 15.5.** A licitante convocada, que no prazo do **item 15.2**, não encaminhar a documentação complementar solicitada no prazo estipulado ou não justificar, terá sua proposta **RECUSADA** do certame, dada a impossibilidade de verificação da exequibilidade de seus lances e de sua conformidade com este Edital e com a legislação que rege o objeto do certame.

16. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 16.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019 (quando for o caso).
- 16.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que após a fase de negociações apresentar preço final superior ao preço estimado, conforme determina o artigo 56, inciso IV da Lei 13.303/16 ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 16.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 16.3.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 16.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas (duas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 16.5.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 16.6.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 16.7.** Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente,

por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do(s) Decreto(s) nº 7.546, de 2011.

16.8. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.8.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

16.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

16.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

16.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

16.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

16.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.,

16.14. A proposta apresentada e os lances formulados deverão indicar o **menor preço Global Mensal do item/lote** do objeto da licitação.

16.15. O julgamento da proposta será feito pelo critério do **menor preço Global Mensal do item/lote**, conforme especificações no Termo de Referência - **ANEXO I**, deste Edital, levando-se em conta o estimado para o Valor Total do Item.

16.16. A apresentação da(s) proposta(s) implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

16.17. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

16.18. A Proposta de Preços deverá:

- 16.18.1. ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 16.18.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 16.18.3. Número de Pregão, data e hora da abertura da sessão pública;
- 16.18.4. Razão social e CNPJ da pessoa jurídica;
- 16.18.5. Nome, CPF, RG e cargo empresarial do proponente ou representante legal;
- 16.18.6. Endereço da sede e domicílio completo, endereço eletrônico e telefone para contato;
- 16.18.7. Número do Lote/Item e descrição detalhada do objeto conforme Termo de Referência – **ANEXO I** deste Edital.
- 16.18.8. Preço Unitário, Total e Global da proposta, compatíveis com os preços praticados no mercado – tendo como parâmetro os valores estimados, de lance e negociações realizadas no sítio do Comprasgovernamentais.
- 16.18.9. Prazo de **validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias corridos**, constados da data da solicitação pelo(a) Pregoeiro(a) e anexados no sistema.
- 16.19. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 16.19.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 16.20. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 16.21. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 16.22. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 16.23. A proposta apresentada e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias para o perfeito fornecimento do objeto desta licitação, tais como tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes. O Banco não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o seu objeto. na forma da lei. Na hipótese de redução de alíquota após a apresentação da proposta, a mesma será devidamente considerada por ocasião do pagamento. Em nenhuma hipótese o Banco aceitará arcar com responsabilidade solidária relativa a qualquer despesa não expressamente discriminada no contrato.

Deverá ser considerada a quando da formulação da proposta, portanto, a legislação pertinente vigente nos Estados aos quais os cartões se destinam.

16.24. Serão recusadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos;
- b) Sejam omissas;
- c) Apresentem defeitos capazes de dificultar o seu julgamento ou irregularidades;
- d) Contenha preços incompatíveis com os praticados no mercado, com os custos estimados para a execução do objeto deste Pregão Eletrônico e com as disponibilidades orçamentárias do Banco;
- e) Não restar comprovado sua exequibilidade.

16.25. O(A) Pregoeiro(a) analisará a exequibilidade da proposta apresentada pelos licitantes.

16.26. O(A) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

16.27. O(A) pregoeiro(a) poderá, caso julgue necessário, realizar diligências sobre a composição dos preços unitários propostos.

16.28. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

16.29. Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante detentor da proposta mais vantajosa para o Lote/Item será declarado vencedor.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1. Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação na forma determinada neste Edital e como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.1.1. SICAF;

17.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

17.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 17.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 17.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 17.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 17.5.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 17.6.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 17.7.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 17.8.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 17.9.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 17.9.1.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 17.10.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 17.11.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 17.12.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 17.13.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

- 17.14.** Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada **no item 17**, o(a) Pregoeiro(a) poderá por outros meios solicitar ao licitante que envie a documentação necessária.
- 17.15.** Caso a documentação da licitante não esteja contemplada no SICAF, a mesma deverá ser enviada de acordo com os itens 18,19, 20, 21, e 22, sob pena de desclassificação.
- 17.16.** Ressalvado o disposto no item **11.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos **itens** a seguir, para fins de **habilitação**:

18. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 18.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 18.2.** Em se tratando de microempreendedor individual–MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 18.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 18.4.** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 18.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 18.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 18.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

19. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 19.1.** Comprovante de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda. O comprovante deve ser apresentado na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30.05.2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 19.2.** prova de inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste pregão eletrônico;
- 19.3.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 19.4.** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos estaduais e à dívida ativa do Estado, ou de não contribuinte relativa ao ICMS;
- 19.5.** prova de regularidade para com a Fazenda Municipal mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos municipais e à dívida ativa do Município, ou de não contribuinte relativa ao ISS;
- 19.6.** caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 19.7.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 19.8.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 19.9.** caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

20. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 20.1.** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 20.2.** no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 20.2.1.** entenda-se por "na forma da lei":
 - a) quando S/A:** balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, conforme o caput do art. 289 e o § 5º da Lei nº 6.404/1976;
 - b) quando outra forma societária:** balanço acompanhado de cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969, autenticados pelo órgão competente de Registro do Comércio, ou Termo de Opção, se a empresa for optante pelo regime de tributação do Imposto de Renda com base no lucro presumido.

- c) **sociedades simples:** registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

20.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

20.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

20.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

20.5.1. a comprovação da **boa situação financeira** da licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerada habilitada a empresa que apresentar resultado maior do que 1 (um), em todos os índices aqui mencionados:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \\ & \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ & \text{Passivo Circulante} \\ \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

20.6. os índices de que trata o subitem 16.5.1 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

20.7. a licitante que apresentar qualquer dos índices relativos à boa situação financeira igual ou menor que 1,00 (um) deverá comprovar possuir **Patrimônio Líquido** igual ou superior a **10%** do valor estimado. A comprovação será feita mediante a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1. A qualificação técnica será conforme **ITEM 21** do **ANEXO I (Termo de Referência)**, deste Edital.

22. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

22.1. As declarações complementares abaixo deverão ser enviadas conforme estabelecido no subitem item 12.1 deste Edital.

- 22.2. declaração de inexistência em seu quadro de empregado do Banco como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, representante comercial ou procurador, conforme minuta constante do **ANEXO III** deste Edital;
- 22.3. Declaração de que tem conhecimento do teor do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, conforme minuta constante do **ANEXO IV** deste Edital;
- 22.4. Declaração de que atende o art. 38 da Lei nº 13.303/2016. **ANEXO VI** deste Edital;
- 22.5. Declaração de conhecimento do teor da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/13 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) **ANEXO V** deste Edital;
- 22.6. a licitante que alegar estar desobrigada da apresentação de qualquer um dos documentos acima exigidos na fase de habilitação deverá comprovar essa condição por meio de certificados expedidos por órgão competente ou legislação em vigor;
- 22.7. a não apresentação dos documentos exigidos neste Edital no momento do cadastramento da proposta, implicará a desclassificação da licitante e a aplicação das penalidades previstas neste Edital;
- 21.8 - no caso de a licitante ser empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, os quais deverão ser remetidos e anexados, via anexo, conforme **item 15**, no prazo estabelecido pelo(a) pregoeiro(a), com posterior encaminhamento do original no prazo de 3 (tres) dias úteis, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à realização do final da sessão pública, quando convocado.

23. DO JULGAMENTO

- 23.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **menor preço Global Mensal do item/lote**, observadas todas as demais condições deste Edital, na formada Lei.
- 23.2. Como critério de desempate será assegurado preferência de contratação para as ME e EPP, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, alterada pela Lei complementar nº147, de 07.08.2014.
 - 23.2.1. A identificação do participante como ME ou EPP deverá ser feita na forma do **subitem 10.9.1** deste Edital.
- 23.3. Entenda-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.
- 23.4. Para efeito do disposto no **subitem 14.20** deste Edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 23.4.1. a ME ou EPP melhor classificada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito, apresentar proposta de preço inferior à primeira classificada, situação em que passará à condição de primeira classificada do certame;

- 23.4.2.** não ocorrendo interesse da ME ou EPP na forma do **subitem 23.4.1**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **subitem 14.20** deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- 23.4.3.** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 14.20** deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 23.5.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **subitem 10.9.1** deste Edital, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.
- 23.6.** O disposto nos **subitens 10.9.1 e 14.20** somente se aplicarão quando a proposta não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

24. DO RECURSO

- 24.1.** Declarado o vencedor, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o(a) Pregoeiro(a) abrirá o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões.
- 24.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 24.3.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 24.4.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 24.5.** Realizado o juízo de admissibilidade pelo(a) Pregoeiro(a) e, aceita a Intenção de Recurso, a recorrente deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema Comprasgovernamentais, no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra razões, também via sistema, em igual prazo que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 24.6.** Os recursos serão dirigidos ao(à) Pregoeiro(a) que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, caso contrário, em igual prazo, encaminhá-los à apreciação da Autoridade Superior, devidamente informados, para decisão.
- 24.7.** Encerrada a etapa de lances, as participantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para interposição de recurso.
- 24.8.** A participante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.
- 24.9.** A falta de manifestação da participante quanto à intenção de recorrer, na forma e prazo estabelecidos nos subitens anteriores, importará decadência desse direito,

ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto à participante declarada vencedora sendo submetido o presente procedimento à Autoridade Superior, para homologação.

24.10. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

24.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante declarada vencedora e homologará o procedimento licitatório.

24.12. Em não havendo recurso, o(a) Pregoeiro(a) fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora e colocará o processo à disposição da autoridade competente, para homologação.

24.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na **Gerência de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos (GEPAC)**, no 2º andar, bloco B, do Edifício-Sede do Banco, situado à Avenida Presidente Vargas, nº 800, Bairro da Campina, em Belém-PA, nos dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00 (horário local).

25. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

25.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

25.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

25.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

25.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

25.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

25.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

26. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

26.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

26.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

27. DO PREPOSTO

28.1 De acordo com o **item 20** do **ANEXO I** – Termo de Referência.

28. DA CONTRATAÇÃO

- 28.1.** Depois de homologado o resultado desta licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação da homologação, para apresentar ao Banco todos os documentos exigidos na licitação, devidamente atualizados, se o prazo de validade daqueles apresentados para habilitação já houver expirado.
- 28.2.** Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante para assiná-la, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, na forma da legislação vigente.
- 28.3.** O contrato a ser firmado com a licitante vencedora será formalizada de acordo com minuta constante do **ANEXO-VII**, deste Edital, regulada pelas cláusulas nela especificadas e as disposições legais e regulamentares concernentes, sendo complementada nas omissões pela proposta apresentada, que a integra, para todos os efeitos legais e conhecimento das partes.
- 28.3.1.** no caso de a licitante vencedora recusar-se injustificadamente a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da sua efetiva e documentalmente comprovada convocação, as demais licitantes serão chamadas a fazê-lo, na ordem de classificação;
- 28.3.2.** a existência de preços registrados não obriga o Banco a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igual condição.
- 28.4.** Caso a licitante vencedora seja ME ou EPP, constituída na forma das Leis Complementares nºs 123, de 14.12.2006 e 147, de 07.08.2014, e do Decreto nº 8.538, de 06.10.2015, a comprovação da regularidade fiscal será condição indispensável para a assinatura do contrato.
- 28.5.** O Banco poderá considerar dissolvido o contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a detentora:
- 28.5.1.** deixar de fornecer o objeto no prazo estipulado ou infringir qualquer disposição contratada;
- 28.5.2.** tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- 28.5.3.** recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do fornecimento;
- 28.5.4.** atrasar, injustificadamente, o fornecimento;
- 28.5.5.** cometer faltas durante o fornecimento do objeto do contrato;
- 28.5.6.** promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique o fornecimento do objeto do contrato.

29. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 29.1.** Constituem obrigações da **CONTRATADA** além de outras previstas neste Edital as constantes do **ITEM 12,13,14,15,16,17,18 e 19** do **ANEXO I** (Termo de Referência) e da **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** do contrato (**ANEXO VII**), deste Edital.
- 29.2.** Constituem obrigações do Banco além de outras previstas neste Edital as constantes do **ITEM 24** do **ANEXO I** (Termo de Referência) e da **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** do contrato (**ANEXO VII**), deste Edital).

30. DO PAGAMENTO

30.1. O pagamento relativo ao fornecimento do objeto desta contratação será realizado pelo CONTRATANTE em parcelas em intervalos não inferiores a 30 dias, quando concluídos os serviços, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, preferentemente, por meio de crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, mantida junto ao Banco da Amazônia, previamente indicada por aquela, nos dias 05 (cinco), 15 (quinze) ou 25 (vinte e cinco), desde que a CONTRATADA efetive a entrega das Notas Fiscais e Faturas discriminativas com 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para pagamento, e após a conferência e confirmação da execução do serviço, acompanhadas do Termo de Recebimento dos Bens nas condições dos **subitens** abaixo:

30.1.1 - O pagamento será automaticamente transferido para o dia útil subsequente, caso não haja expediente no Banco na data prevista para tal. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura implicará a transferência automática do pagamento para o próximo mês, sem qualquer acréscimo financeiro ao Banco.

30.1.2 - Caso a CONTRATADA opte pelo recebimento do pagamento em conta corrente mantida em outra instituição financeira será cobrado o valor da tarifa TED ou DOC correspondente ao da tabela de tarifas e serviços do Banco, sendo que esse valor será de responsabilidade da CONTRATADA e deduzida do valor do crédito a ser enviado.

30.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pelo Banco, o qual atestará o fornecimento dos mobiliários contratados e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

30.1.4 - Em caso de necessidade de ajuste na Nota Fiscal/Fatura será estabelecido prazo para a CONTRATADA fazer a substituição do documento em questão.

30.1.5 - O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal/Fatura Discriminativa) atestada pelo setor competente, em 2 (duas) vias, com emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA.

30.1.6 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

30.1.7 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo o Banco da Amazônia por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

30.1.8 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos, enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou

inadimplência total ou parcial referente à contratação ou execução do objeto deste Edital.

30.1.9 - O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal e de todos os documentos nos quais deva constar será o mesmo indicado no preâmbulo do contrato e na carta-proposta de preços apresentada por ocasião do Pregão Eletrônico.

30.2. Para efeito do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com as Notas Fiscais/Faturas discriminativas os documentos a seguir relacionados, caso não estejam disponíveis no Cadastro Único de Fornecedores (SICAF):

- a)** certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à dívida ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- b)** certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos emitida pelas Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada;
- c)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d)** certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT); e
- e)** atestado, se for o caso, de optante pelo SIMPLES (ANEXO I-AV da Instrução Normativa SRF n.º 480, de 15.12.2004);

30.3 - A não apresentação dos documentos referidos no item anterior poderá ensejar, do Banco, a rescisão do contrato, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer indenização.

30.4 - No caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva do Banco, o(s) valor(es) devido(s) será(ão) acrescido(s) de encargos financeiros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "*pro rata die*" até o dia do efetivo pagamento.

30.5 - As Notas Fiscais não aprovadas pelo Banco serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções ou apresentação de documentos, inclusive os relativos às retenções legais, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos a partir das suas reapresentações devidamente corrigidas.

30.6 - Em hipótese alguma a devolução de Nota Fiscal e Fatura discriminativa não aprovada pelo Banco servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido aos seus empregados ou fornecedores.

30.7 - A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pelo Banco, o qual atestará o fornecimento dos produtos e serviços contratados e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

30.8 - O atraso na entrega da Nota Fiscal e Fatura discriminativa implicará a transferência automática do pagamento para o próximo mês, sem qualquer acréscimo financeiro contra o Banco.

31. DAS VEDAÇÕES

31.1. O contrato firmado entre o Banco e a detentora não poderá ser no todo ou em parte objeto de cessão ou transferência.

31.2. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Pregão Eletrônico.

31.3. A detentora não poderá, salvo se estiver expressamente autorizada pelo Banco:

31.3.1. veicular em publicidade o fato de prestar serviços ao Banco ou qualquer outra informação acerca das suas atividades e programas;

31.3.2. utilizar o contrato como garantia perante terceiros ou cessão dos direitos creditícios em operações de desconto bancário;

31.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, também é vedado à detentora utilizar, durante toda a vigência do contrato, mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de empregado do Banco que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

31.4.1. para os fins do disposto no **subitem 31.4**, a pessoa jurídica participante deste pregão eletrônico deverá, por meio do seu representante legal, declarar em papel timbrado da empresa, que tem conhecimento do teor do citado decreto e que não utilizará no fornecimento do objeto contratados mão de obra enquadrada na vedação.

32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

32.1. As sanções administrativas estão previstas no **Item 29 do ANEXO I** (Termo de Referência) e da **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** do contrato (**ANEXO IX**), deste Edital.

33. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

33.1. O contrato decorrente desta licitação terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da data da sua assinatura.

33.2. Após os primeiros 12(doze) meses, será efetuado análise quanto a vantagem econômica da continuidade do contrato e se os serviços foram prestados regularmente pela CONTRATADA.

34. DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO:

34.1. O valor total estimado da contratação para esta licitação será mantido sob sigilo até o fim da sessão pública, conforme prevê o art. 34 da Lei 13.303/2016 e acórdão TCU nº 2.080/2012-Plenário, publicado no DOU de 14/08/2012.

34.2. Os valores cadastrados na licitação no portal www.comprasnet.gov.br, corresponde a um valor simbólico dos quais constam todas as especificações e quantidades previstas no **ANEXO I** deste Edital.

34.3. O Banco não aceitará proposta que esteja acima do valor máximo admitido para a contratação autorizado pela alçada competente.

35. DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

35.1. As condições de repactuação estão dispostas no **item 23 do Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital.

36. DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

36.1. Conforme prevê a Lei 13.303/16, e o art. 96 do Regulamento do Banco, a execução e gestão do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Serviço e pelo Fiscal do Contrato, verificando seu adimplemento, cumprindo-se a exigência legal.

- 36.2.** A Gestão do Contrato e dos Serviços será feita por funcionários especialmente designado, lotado na Gerência Executiva de Patrimônio, Logística, Contratações e Gestão de Contratos – **GEPAC**.
- 36.3.** O Banco deverá designar 02 (dois) empregados, sendo um responsável pela fiscalização técnica do contrato (fiscal técnico do contrato) e outro responsável pela gestão contratual.
- 36.4.** Nas ausências ou impedimentos dos empregados de que trata o item anterior, os encargos a ele atribuídos passarão a ser exercidos por quem o substituir na forma regulamentar.
- 36.5.** A ausência ou omissão da fiscalização do Banco não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Edital e seus Anexos e no Contrato.
- 36.6.** Os contatos entre o Banco e a detentora serão mantidos por intermédio da Fiscalização do Banco.
- 36.7.** Todas as ordens de serviço ou comunicações entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão transmitidas por escrito, por meio eletrônico, e constarão dos autos do processo.
- 36.8.** A fiscalização ocorrerá conforme o **item 25 do Termo de Referência – ANEXO I** deste Edital e da minuta do Contrato - **ANEXO VII** deste Edital.

37. DAS ALTERAÇÕES

- 37.1.** O presente Contrato somente poderá ser alterado por comum acordo entre as partes, e nos seguintes casos:
- I.** Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - II.** Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos nos termos do Art. 93, do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia;
 - III.** Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - IV.** Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - V.** Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
 - VI.** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

- 37.2.** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.
- 37.3.** As alterações contratuais serão formalizadas mediante a utilização dos seguintes instrumentos: I - aditivo contratual, nas alterações em geral; II - apostilamento, no caso de reajuste de preço por índice ou repactuação e quando não houver alteração de cláusula contratual.

38. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 38.1.** O contrato com a licitante vencedora poderá ser rescindido de acordo com as condições estabelecidas no Edital e na minuta do contrato.
- 38.2.** A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme abaixo disciplinado:
- a)** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- 38.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:
- a)** Unilateral, assegurada a prévia defesa;
 - b)** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e o CONTRATADO; ou
 - c)** Por determinação judicial.
 - d)** A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 38.4.** Constituem motivos para rescisão deste Contrato:
- a)** O não cumprimento ou o cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b)** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - c)** O descumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 70 da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
 - d)** A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - e)** A inobservância da vedação ao nepotismo;
 - f)** A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Instrumento contratual;
 - g)** A constatação de que o Contratado mantém, em seus quadros, trabalhadores em condições análogas à de escravo.

- h) A solicitação de rescisão por parte do CONTRATADO, na forma prevista no Inciso IV desta Cláusula, deverá ocorrer mediante comunicação prévia ao CONTRATANTE, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência

39. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 39.1. De acordo com o **item 22** do Termo de Referência, **ANEXO I** deste Edital.

40. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 40.1. A execução dos serviços serão conforme disposto no **Item 18 e 19 do ANEXO I** (Termo de Referência).

41. DO PISO SALARIAL

- 41.1. De acordo com o **item 7 do ANEXO I** – Termo de Referência.

42. DA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE EPIS, UNIFORMES, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA

- 42.1. De acordo com o **item 8, 9, 10 E 11 do ANEXO I** (Termo de Referência).

43. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 43.1. De acordo com o **item 12 do ANEXO I** – Termo de Referência.

- 43.2. A CONTRATADA deverá observar as regulamentações referentes à preservação do meio-ambiente. Assim, em conformidade com o decreto 7.746, de 2012, Art 2º, 3º e 4º, e para a contratação dos serviços, serão considerados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, entre outras:

- I. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local e material reciclado decorrente do serviço executado pela empresa.

44. DA INTEGRIDADE, DA CONDUTA ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

- 44.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e a Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- a) Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

- c) Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Código de Conduta Ética do BANCO DA AMAZÔNIA S.A, cujo teor poderá ser acessado no site: www.bancoamazonia.com.br/index.php/obanco-codigodeetica.

- 44.2.** A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.
- 44.3.** A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos.

45. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 45.1.** Esta licitação poderá ser revogada por interesse do Banco, caso nenhuma empresa atenda aos requisitos do edital, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros.
- 45.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 45.3.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 45.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 45.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 45.6.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 45.7.** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o(a) Pregoeiro(a) porventura julgar necessários.
- 45.8.** A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável das normas deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.
- 45.9.** Havendo indício de conluio entre as licitantes, o Banco comunicará os fatos à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, para as providências devidas.
- 45.10.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação e esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial

quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seus Anexos.

45.10.1. as licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

45.10.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

45.11. Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital, dentro do prazo estabelecido para o início da abertura da sessão pública, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior, ou a licitação será revogada e realizada novamente em outra oportunidade.

45.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

45.13. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

45.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.bancoamazonia.com.br>, item “**Licitações**”, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Presidente Vargas, 800-2º Andar-Bloco B, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Belém (PA), 06 de janeiro de 2022.

Michelle Teixeira de Sousa

Pregoeiro(a)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/001**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1 Contratação dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos, necessários à execução dos serviços nas unidades do Banco da Amazônia localizadas no Estado do Pará, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando que o CONTRATANTE não dispõe em seu quadro de pessoal, de profissionais para realização dos serviços de limpeza e que referidos serviços fazem parte das atividades terceirizáveis, estamos propondo a instauração de Processo Licitatório, para contratação dos serviços de auxiliar de serviços gerais.

3. LOCAL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços serão realizados nas unidades do Banco da Amazônia S.A. localizadas no Estado do Pará-PA, abaixo discriminadas:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	CEP	TELEFONE
1	ABAIETUBA	Av. Dom Pedro II, nº 270 , Centro	66.440-000	(91)3751-1629/1204
2	ALBUQUER	Trav. Lauro Sodré, nº 740 - Aninjal	68.200-000	(93) 3526-1473 / 1352
3	ALTAMIRA	Trav. Agrário Cavalcante, nº 526 - Centro	68.371-159	(93) 3515-1072/1291/1839
4	ANANINDEUA	Rodovia Br 316 Km 08 Edifício Pleno Sobreloja - Centro	67.030-007	(91) 3073-3200
5	ARMAZÉM GERAL-BELÉM	Rua Municipalidade nº 487, Reduto	66053-180	
6	BELÉM CENTRO	Av. Presidente Vargas, nº 800, Campina	66.017-901	(91) 4008-2440
7	BELÉM PEDREIRA	Av. Pedro Miranda, nº 979, Pedreira	66.085-022	(91) 3039-3056
8	BELÉM REDUTO	Tv. Almirante Wandenkolk, nº 175 - Umarizal	66.055-030	(91) 3224-9870
9	BRAGANÇA	Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 285- Centro	68.600-000	(91) 3425-2001 / 2129
10	CAMETÁ	Rua Coronel Raimundo Leão, nº 824 - Centro	68.400-000	(91) 3781-1177 / 1234 / 1239
11	CANAÃ DOS CARAJÁS	Av. Weyne Cavalcante, S/N - Centro	68.537-000	6 (94) 3358-1370
12	CAPANEMA	Av. Barão de Capanema, nº 1364 - Centro	68.700-005	(91) 3462-1529 / 1579 / 1629 / 1679
13	CASTANHAL	Av. Barão do Rio Branco, nº 2612 - Centro	68.743-050	(91) 3311-1141 / 1191
14	CENTRAL DE CRÉDITO I	Tv. Almirante Wandenkolk, nº 175 - Umarizal	66.055-030	(91)98341-9245
15	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Av. 7 de Setembro, nº 842 - Centro	68.540-000	(94) 3421-1347 / 1271 / 1421
16	DOM ELISEU	Av. JK, Esquina com Rua Belém, nº 366 -Centro	68.633-970	(94) 3335-1184 / 1169
17	ELDORADO DOS CARAJÁS	Rua Jacarandá, nº 04 Centro	68.524-000	(94) 3315-1278 / 1244
18	EDIFÍCIO SEDE	Av. Presidente Vargas, nº 800, Campina	66.017-901	40083969
19	ICORACI	Rua Manoel Barata, nº 660 - Centro	68.810-100	(91) 3344-4019/ 3227- 2516

20	IGARAPÉ MIRI	Trav. Quintino Bocaiúva, nº 227 - Centro	68.430-000	(91) 3755-1226 / 1231/1244
21	ITAITUBA	Trav. Quinze de agosto, nº 149 - Centro	68.180-610	(93) 3518-1430 / 1117 / 3677
22	JACUNDÁ	Rua Bianor Paixão, nº 25 - Centro	68.590-000	(94) 3345-3115
23	MARABÁ	Folha CSI-31, VCI-1, Lotes 53/57 - Nova Marabá	68.508-970	(94) 2101-3900/3901/ 3911/
24	MARABÁ CIDADE NOVA	Av. Transamazônica, nº 2180 - Cidade Nova	68.501-660	(94)2103-9001/9002/9003
25	MONTE ALEGRE	Praça Tiradentes, S/N – Cidade Baixa	68.220-000	(93) 3533-1219 / 1224
26	NOVO PROGRESSO	Av. Jamanxim, nº192 - Rui Pires de Lima	68.193-000	7 (93)3528-1147/ 1148/ 1462
27	NOVO REPARTIMENTO	Rua Arara, nº 04 - Uirapuru	68.473-000	3 (94) 3785-0060
28	ÓBIDOS	Rua Doutor Picanço Diniz, nº 581 - Centro	68.250-000	(93) 3547-1246 / 1004 / 1241 / 1811
29	PAA-PLACAS	Travessa Boa Esperança, 100 - Centro	68.138-000	(93) 3552-1356
30	PACAJÁ	Rua 13 de Abril, 151 - Centro	68.485-000	6 (91) 4008-2706
31	PARAGOMINAS	Praça Célio Miranda, nº 350 - Centro	68.625-050	(91)3729-3155
32	PARAUPEBAS	Rua E, QD 45, nº 417, lotes 25, 26 e 27 -Cidade Nova	68.515-000	(94) 3356-1350 /1306 / 1188
33	REDENÇÃO	Av. Brasil, nº 349 - Lote 5 Quadra 35 -Núcleo Urbano Centro	68.550-005	(94) 3424-3822/ 8253
34	RONDON DO PARÁ	Rua Gonçalves Dias, S/N - Centro	68.638-000	5 (94) 3326-2494
35	RURÓPOLIS	Av. Presidente Médici, nº 484 - Centro	68.165-000	(93) 3543-1109 1090/1121
36	SANTANA DO ARAGUAIA	Av. Zeca Abreu s/nº Quadra 13 Lote 8 -Centro	68.560-000	(94) 3431-3375/ 3326
37	SANTARÉM	Tv. Nazaré, nº 75- A - Praça São Sebastião - Prainha	68.005-530	9 (93) 2101-2213
38	SÃO FELIX DO XINGU	Av. Goiás, nº 1359 - Centro	68.380-000	(94) 3435-1258 / 1248
39	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	Av. Tancredo de Almeida Neves S/N - Zona 02, quadra 12 - Perpetuo Socorro	68.660-000	(91) 3446-1367 / 1362
40	SITE BACKUP	BR 316, KM 02 – Atalaia - Ananindeua-PA	67.010-000	(91) 3073-3200
41	SOURE	Quarta Rua, nº 1467 - Centro	68.870-000	(91) 3741-1346/1332/1225
42	SUPER PA I	Tv. Almirante Wandenkolk, nº 175, Umarizal	66.055-030	(91) 4008-2470
43	SUPER PA II	Tv. Nazaré, nº 75- A - Praça São Sebastião - Prainha	68.005-530	(91) 523-2898 / 2755 522-2563 / 5237 / 4472
44	TAILÂNDIA	Tv. São Félix, S/N - Centro	68.695-000	(91) 3752-3314/3408
45	TOMÉ AÇU	Rodovia Dionísio Bentes, nº 445, Quatro Bocas - Centro	68.680-000	(91) 3734-1116/ 3727
46	TUCUMÃ	Av. Pará, S/N - Esquina com Av. Brasil -Centro	68.385-000	(94) 3433-9530/9488/9477
47	TUCURUI	Rua Lauro Sodré, nº 636 - São José	68.456-000	(94) 3787-1485/ 1486/ 1535/ 1386
48	URUARÁ	Av. Ângelo Debiase, nº 69 - Centro	68.140-000	(93) 3532-2933 / 2944 / 2955
49	XINGUARA	Av. Xingu, S/N - Lotes 04 e 05 - Centro	68.555-011	(94) 3426-1027/1028/1029

4. VISTORIA TÉCNICA

4.1 Os interessados em participar desta licitação poderão realizar vistoria técnica junto ao Banco, para

esclarecimentos de dúvidas e tomar conhecimento dos aspectos técnicos locais e operacionais inerentes à execução do serviço.

4.2 As vistorias deverão ser agendadas junto ao CONTRATANTE, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, pelos telefones constantes no **item 3.1** deste Termo de Referência e deverão ser realizadas antes da data da apresentação da proposta.

4.3 O CONTRATANTE indicará um representante para esclarecer dúvidas e acompanhar as vistorias.

4.4 Quaisquer divergências encontradas entre o Termo de Referência e seus Anexos, as observações feitas no local ou questionamentos importantes que possam alterar os termos da contratação pretendida, deverá ser formalizada tempestivamente ao CONTRATANTE que também se manifestará a respeito por escrito, ouvida previamente a área técnica do CONTRATANTE.

4.5 Tendo em vista que a vistoria se constitui em uma faculdade e não em uma obrigação, não serão admitidas alegações futuras, por parte das pretendentes ou pela empresa que vier a ser contratada, quanto a desconhecimento de detalhes dos serviços afins, como justificativas para frustrar no total ou em parte o certame, bem como auferir vantagens de preços, adendos de orçamento e escusar-se de responsabilidades na vigência do contrato.

4.6 Para a vistoria, o licitante ou seu representante, deverá estar devidamente identificado.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1 A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do Banco da Amazônia S.A. localizadas no Estado do Pará e a CONTRATADA deverá disponibilizar 109 (cento e nove) postos de auxiliar de serviços gerais.

5.1.1 Será adotada a relação de um encarregado para cada trinta serventes, nas dependências aonde essa relação exigir.

5.2 A CONTRATADA iniciará a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato, mediante as condições previstas nos **itens 17 e 18** deste Termo de Referência.

5.3 A CONTRATADA colocará à disposição do CONTRATANTE o quantitativo mínimo de auxiliar de serviços gerais – CBO-5143-20, de acordo com a produtividade mínima x tamanho da área e deverá considerar as peculiaridades locais das dependências, tais como: agência localizada em rua não pavimentada, lama e poeira intensa, fluxo intenso de pessoas, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados.

5.4 Os serviços de limpeza, conservação e higienização serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada, observando a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local.

5.5 Será adotada a produtividade máxima para os serviços de limpeza, conservação e higienização, considerada para efeito de composição deste Termo de Referência de acordo com os parâmetros estabelecidos no Anexo VI-B da IN 05/2017, abaixo citados, que deverão atender integralmente as necessidades do Banco.

5.6 Os Valores Limites referente à limpeza e conservação, observaram os seguintes índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, dentro dos seguintes parâmetros:

I - áreas internas com produtividade de 800 a 1200 m² (oitocentos a mil e duzentos metros quadrados);

II - áreas externas com produtividade de 1800 a 2.700 m² (mil e oitocentos a dois mil e setecentos metros quadrados);

III - esquadrias externas com produtividade de 300 a 380 m² (trezentos a trezentos e oitenta metros quadrados); e"

IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 130 a 160 m² (cento e trinta a cento e sessenta metros quadrados).

5.7 As áreas dos imóveis que necessitam dos serviços e limpeza, relacionadas nas tabelas abaixo, são aquelas atualmente utilizadas pelo CONTRATANTE, o que implica dizer que, outras poderão ser incluídas/excluídas ou, até mesmo as atuais serem aumentadas/reduzidas, de acordo com as necessidades que se apresentarem ao longo da vigência do Contrato.

ITEM	UNIDADE ES PARÁ-	METRAGEM (área real) (*)				
		ÁREA INTERNA (m²)	ÁREA EXTERNA (m²)	ESQUADRIAS/JANELAS (m²)	VIDRAÇARIA	ÁREA TOTAL

		PISOS FRIOS	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES (saguão, hall e salão)	ALMOXAR IFADO	BANHEIROS	PISOS E PAVIMENTOS ADJACENTES	VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUA- MENTOS	PATIOS E ÁREAS VERDES	ESQUA DRIAS (1 lado)	ESQUA DRIAS	TOTAL ESQUADRI AS		
1	ABAETETUBA	526,78	478,00	33,37	15,41	0,00	131,35	0,00	31,61	13,12	31,61	11,65	1.272,90
2	ALENQUER	468,87	413,39	31,50	23,98	0,00	42,76	0,00	31,53	0,00	31,53	8,75	1.052,31
3	ALTAMIRA	831,83	692,33	95,22	44,28	0,00	39,85	101,71	69,30	45,15	69,30	26,50	2.015,47
4	ANANINDEUA	459,98	429,30	9,42	21,26	0,00	0,00	0,00	7,36	0,00	7,36	21,50	956,18
5	ARMAZÉM GERAL	4.609,55	0,00	0,00	0,00	0,00	3.399,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.009,03
6	BELÉM-CENTRO	1.595,66	1.517,19	31,91	46,56	0,00	0,00	0,00	73,38	0,00	73,38	7,62	3.345,70
7	BELÉM PEDREIRA	827,06	729,22	70,77	27,07	0,00	0,00	0,00	52,02	0,00	52,02	11,64	1.769,80
8	BELÉM REDUTO	675,41	627,59	21,95	25,87	103,33	597,23	112,97	0,00	54,60	54,60	28,01	2.301,56
9	BRAGANÇA	517,00	461,05	34,78	21,17	0,00	0,00	0,00	32,25	0,00	32,25	22,92	1.121,42
10	CAMETÁ	656,64	573,70	59,19	23,75	0,00	0,00	0,00	222,94	118,98	222,94	8,72	1.886,86
11	CANAÃ DOS CARAJÁS	405,22	369,28	21,14	14,80	0,00	256,97	2,23	44,42	0,00	44,42	12,90	1.171,38
12	CAPANEMA	488,78	425,63	44,88	18,27	0,00	179,31	0,00	32,79	8,20	32,79	13,32	1.243,97
13	CASTANHAL	557,91	494,68	39,59	23,64	0,00	623,15	55,31	96,00	0,00	96,00	10,95	1.997,23
14	CCRE I	401,15	15,33	0,00	89,16	0,00	0,00	0,00	0,00	54,60	54,60	28,01	642,85
15	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	771,78	708,43	25,38	37,97	0,00	0,00	0,00	146,61	81,27	146,61	18,40	1.936,45
16	DOM ELISEU	375,50	349,60	12,30	13,60	0,00	165,91	12,77	51,40	0,00	51,40	17,85	1.050,33
17	ELDORA DO DOS CARAJÁS	269,82	246,76	11,90	11,16	0,00	14,93	0,00	30,94	6,85	30,94	14,02	637,32
18	ED. SEDE	23.997,34	0,00	479,95	719,92	0,00	237,70	50,87	0,00	1.988,00	1.988,00	0,00	29.461,78
19	ICOARACI	544,26	523,05	0,00	21,21	0,00	493,68	13,10	57,72	0,00	57,72	35,60	1.746,34
20	IGARAPÉ MIRI	335,11	293,96	11,50	29,65	0,00	0,00	22,26	38,82	0,00	38,82	26,50	796,62
21	ITAITUBA	395,73	358,49	23,51	13,73	0,00	657,07	64,24	45,50	0,00	45,50	29,65	1.633,42
22	JACUNDÁ	395,61	365,19	16,34	14,08	0,00	269,29	3,45	38,76	0,00	38,76	11,95	1.153,43
23	MARABÁ	518,77	431,13	68,96	18,68	0,00	130,48	1.282,05	47,30	0,00	47,30	17,25	2.561,92
24	MARABÁ CIDADE NOVA	413,94	390,23	14,80	8,91	0,00	180,00	536,84	73,93	0,00	73,93	22,72	1.715,30
25	MONTE ALEGRE	503,85	465,37	20,97	17,51	0,00	0,00	0,00	29,44	0,00	29,44	18,62	1.085,20
26	NOVO PROGRESSO	424,85	387,02	24,36	13,47	0,00	56,27	56,41	26,23	0,00	26,23	24,17	1.039,01
27	NOVO REPARTIMENTO	387,58	352,93	21,45	13,20	0,00	22,80	482,48	28,92	0,00	28,92	7,41	1.345,69
28	ÓBIDOS	404,59	367,43	18,90	18,26	230,32	119,31	34,15	26,86	0,00	26,86	27,07	1.273,75
29	PAA PLACAS	254,31	227,91	8,23	18,17	0,00	100,90	282,33	28,68	0,00	28,68	19,62	968,83
30	PACAJÁ	425,59	387,98	15,31	22,30	0,00	222,74	0,00	40,14	0,00	40,14	34,92	1.189,12
31	PARAGOMINAS	459,26	432,27	13,08	13,91	0,00	0,00	0,00	19,95	0,00	19,95	13,00	971,42
32	PARAUAPEBAS	760,08	691,29	43,31	25,48	0,00	34,14	182,17	40,00	16,10	40,00	25,00	1.823,43
33	REDENÇÃO	640,01	586,29	32,87	20,85	0,00	89,12	29,63	26,97	12,00	26,97	13,60	1.478,31

34	RONDON DO PARÁ	443,00	415,90	13,03	14,07	0,00	104,55	156,70	39,57	0,00	39,57	29,62	1.256,01
35	RURÓPOLIS	423,41	359,81	45,60	18,00	0,00	152,52	15,04	54,22	0,00	54,22	16,10	1.138,92
36	SANTANA DO ARAGUAIA	424,35	404,52	6,50	13,33	0,00	0,00	39,36	25,31	10,50	25,31	15,50	964,68
37	SANTARÉM	539,34	503,84	0,00	35,50	115,35	0,00	899,18	55,40	0,00	55,40	28,07	2.232,08
38	SÃO FÉLIX DO XINGU	350,72	313,54	23,23	13,95	0,00	0,00	246,54	26,90	0,00	26,90	18,24	1.020,02
39	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	423,78	385,81	12,91	25,06	0,00	253,16	11,07	37,54	0,00	37,54	13,00	1.199,87
40	SITE BACKUP	448,28	448,28	0,00	0,00	0,00	2.097,15	0,00	44,77	0,00	44,77	0,00	3.083,25
41	SOURÉ	546,16	484,04	41,19	20,93	0,00	0,00	4,45	87,19	0,00	97,19	19,27	1.300,42
42	SUPER PA I	319,69	35,29	0,00	4,64	0,00	0,00	0,00	0,00	54,60	54,60	28,01	496,83
43	SUPER PA II	512,50	471,02	12,45	29,03	0,00	21,78	26,85	32,40	0,00	32,40	20,97	1.159,40
44	TAILÂNDIA	561,48	527,72	13,25	20,51	0,00	64,35	1,32	40,92	32,95	40,92	160,00	1.463,42
45	TOMÉ AÇU	492,69	439,77	29,82	23,10	0,00	0,00	0,00	50,25	0,00	32,24	27,93	1.095,80
46	TUCUMÃ	397,78	359,47	11,73	26,58	0,00	0,00	0,00	47,47	0,00	47,47	24,37	914,87
47	TUCURUÍ	545,70	500,56	32,00	13,14	0,00	98,34	771,72	64,41	12,25	64,41	21,22	2.123,75
48	URUARÁ	427,42	378,18	27,06	22,18	0,00	51,00	235,01	210,39	0,00	210,39	28,55	1.590,18
49	XINGUARA	401,08	367,12	19,88	14,08	0,00	306,00	198,52	34,95	0,00	34,95	10,05	1.386,63
	TOTAL	52.557,20	21.186,89	1.645,49	1.741,38	449,00	11.179,15	5.930,73	2.343,46	2.509,17	4.487,25	1.050,74	105.080,46

6. HORÁRIO PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 A CONTRATADA deverá prestar os serviços, no quantitativo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que serão realizadas de segunda a sexta-feira, no período de 7h às 18h, de acordo com o horário definido por cada agência, sendo observada a carga horária de 8 (oito) horas, com intervalo de 2 (duas) horas para almoço, não computadas no horário de trabalho e aos sábados (quando convocados) o horário será de 08h às 12h com intervalo de 15 minutos não computadas no horário de trabalho.

6.2 No caso de não haver prestação de serviço aos sábados, as 4 (quatro) horas de serviço deverão ser realizadas ao longo da semana.

6.3 As jornadas de trabalho, sempre que possível, deverão anteceder ou suceder a dos empregados das unidades do CONTRATANTE, de forma a evitar que a execução dos serviços interfira no atendimento de terceiros e/ou nas atividades internas das respectivas unidades.

6.4 A Fiscalização do CONTRATANTE e a CONTRATADA estabelecerão escalas para a execução de tarefas, preservada a jornada laboral de cada empregado e garantida à execução de todos os serviços contratados.

6.5 Caso seja necessário, e a critério do CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente à CONTRATADA, observando-se o horário limite até as 22 (vinte e duas) horas, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida por posto.

6.6 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente comprovante de registro de Banco de Horas ou do pagamento das horas-extras, quando houver necessidade de prestação de serviços com carga horária mensal que ultrapasse às 220 horas, assim como o pagamento de adicional noturno se houver prestação de serviços após as 22h até 5h da manhã do dia seguinte.

6.7 As horas extras serão acrescidas dos percentuais previstos em lei.

6.8 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. PISO SALARIAL

7.1 A categoria terá como base salarial o piso estipulado pela SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS TERCEIRIZAVEIS TRABALHO TEMPORARIO LIMPEZA E CONSERVACAO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARA SEAC, CNPJ n. 04.697.124/0001-29, **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PA000067/202, representativos da categoria profissional contemplada na contratação, devendo ser indicado pelo proponente por ocasião da apresentação da proposta.

8. UNIFORMES

8.1 A CONTRATADA deverá fornecer no início do contrato os uniformes a cada empregado, em conformidade com as especificações a seguir relacionadas, submetendo-os previamente à aprovação do CONTRATANTE, resguardado a este o direito de exigir, a qualquer momento, a substituição dos uniformes que não atendam às especificações indicadas ou sem condições mínimas de apresentação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	VIDA ÚTIL ESTIMADA	QTD P/ PROFISSIONAL
1	Calça comprida com elástico e cordão, em gabardine.	Peça	6 Meses	2
2	Camiseta malha fria, com gola esporte, em gabardine com emblema da empresa pintado.	Peça	6 Meses	2
3	Meia em algodão, tipo soquete.	Par	6 Meses	2
4	Sapato fechado, na cor preta, em couro, solado baixo de borracha, com palmilha antibacteriana.	Par	6 Meses	1

8.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

8.3 Observar as condições climáticas da região de prestação dos serviços de limpeza, com relação à confecção do uniforme, sendo preferencialmente composto por um conjunto camisa malha fria, com gola esporte e calça de brim ou gabardine, calçados que atendam as normas de segurança, e, ainda, ser aprovado pelo CONTRATANTE.

8.4 O uniforme deverá ser custeado, integralmente, pela CONTRATADA, e fornecido semestralmente aos seus empregados, na quantidade de, no mínimo, 2 (dois) uniformes completos e 1 (um) par de sapatos.

8.5 Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo, com a relação nominal das peças, cuja cópia deverá ser entregue à Fiscalização Técnica do CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de entrega.

9. EQUIPAMENTOS DE EPI'S

9.1 A CONTRATADA deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual-EPI's, sendo estes essenciais à integridade física do trabalhador.

9.2 Os EPI's a serem utilizados nos serviços de limpeza são: luvas, óculos, botas de borracha, máscaras de proteção respiratória descartável, aventais e demais equipamentos de proteção.

9.3 A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados a utilização dos EPI's, não sendo permitida sua ausência na execução dos serviços de coleta, remoção ou manipulação de lixo e de limpeza de dependências sanitárias, esgotos, etc, sob pena de sofrer as sanções determinadas neste Termo de Referência.

9.4 Os EPI's deverão ser efetivamente utilizados, quando de situações que necessitem de sua utilização, ficando a CONTRATADA responsável pela orientação da correta utilização dos equipamentos e o Fiscal Técnico do Contrato de cobrar o fornecimento e a utilização dos mesmos.

9.5 Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objeto deste Termo de Referência, nas condições do item anterior, deverá ser substituído no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa.

9.6 Os EPI's deverão ser substituídos, sem ônus para o CONTRATANTE, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização, ou por extravio, ficando a CONTRATADA responsável pela guarda dos mesmos.

10. MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

10.1 O fornecimento dos materiais de limpeza são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo permitida a remessa do valor mensal estipulado na proposta, para que os empregados do CONTRATANTE efetuem a aquisição dos materiais de limpeza.

10.2 A CONTRATADA deverá utilizar materiais de primeira qualidade, que deverão ser entregues mensalmente nas unidades do CONTRATANTE, localizadas no Estado do Pará, em quantidade suficiente, que garantam a permanente execução dos serviços, respeitada a capacidade das áreas indicadas pelo CONTRATANTE conforme relação estipulada, que se encontra definida no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

10.3 Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela Administração, deverão ser entregues, nas unidades do CONTRATANTE, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que deverão atender a legislação vigente e órgãos fiscalizadores, sendo aceito preferencialmente os materiais biodegradáveis, atendendo a critérios socioambientais e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com Art. 27, § 2º da Lei nº 13.303/2016.

10.4 Fornecer material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade e embalagens originais de fábrica ou de comercialização, inofensivos ao ser humano e ao meio ambiente, que não causem danos a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e todas as demais instalações das dependências do CONTRATANTE.

10.5 A boa qualidade dos produtos de higiene, limpeza e conservação e prazos de validade devem ser verificados, periodicamente, pela CONTRATADA e comprovados ao CONTRATANTE.

10.6 Comunicar, previamente ao CONTRATANTE, eventual necessidade de substituição de material de limpeza especificado, devidamente justificado, cujo produto para reposição deve ser aprovado pela Administração, cessando a sua remessa tão logo normalize a causa impeditiva.

10.7 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

10.8 Utilização de produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

10.9 A inclusão de dispensers de papel toalha, papel higiênico, sabonetes líquidos e álcool gel, quando necessário; ou a substituição por outros modelos ou marcas não constituirá alteração contratual, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer o material adequado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação da fiscalização.

10.10 Os dispensers deverão ser de material plástico resistente a alto impacto e caberá à CONTRATADA instalar e efetuar as revisões periódicas, para mantê-los em perfeitas condições de uso, sem ônus para o CONTRATANTE.

11. EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA

11.1 A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos de limpeza de primeira qualidade, novos, de primeiro uso, na ocasião do início do contrato, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do CONTRATANTE e à prestação dos serviços.

11.2 Os custos decorrentes da aquisição dos Materiais e Equipamentos, para execução dos serviços, deverão ser demonstrados na ocasião da apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, para constatação da exequibilidade do contrato diante dos preços praticados no mercado.

11.3 A relação mínima dos equipamentos de limpeza se encontra definida no **ANEXO II** deste Termo de Referência.

11.4 A CONTRATADA deverá manter os equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do contrato, nas dependências do Banco, devidamente identificados.

11.5 A CONTRATADA, antes de iniciar os serviços ou em caso de substituição, relacionará os equipamentos a serem utilizados, fornecendo descrição sumária dos mesmos, além de apresentá-los previamente para avaliação e aprovação da fiscalização, que poderá recusar qualquer equipamento considerado inadequado para realização dos serviços.

11.6 Os equipamentos de limpeza que a CONTRATADA disponibilizar para as unidades do CONTRATANTE, destinados ao desenvolvimento dos serviços contratados, só poderão ser retirados com autorização formal da Fiscalização do CONTRATANTE.

11.7 Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica e aos operadores.

11.8 A CONTRATADA deverá providenciar a substituição dos equipamentos danificados em até 24 (vinte e quatro) horas.

11.9 Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a CONTRATADA deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do CONTRATANTE.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIAIS E AMBIENTAIS DA CONTRATADA.

12.1 PRÁTICAS AMBIENTAIS

12.1.1 Executar todos os serviços de maneira humanitária e legal, com foco na proteção do ser humano e na sustentabilidade do meio ambiente, a fim de preservá-lo e assim proteger a vida hoje, a médio e longo prazo.

12.1.2 Implantar, rever e aperfeiçoar políticas que visem o equilíbrio e a interação com a natureza, considerando-se que os recursos naturais são finitos.

12.1.3 Treinar os prestadores para a perfeita realização dos serviços contratados, com a conscientização de todos os envolvidos e por meio de ações concretas ao cumprimento das obrigações deste contrato.

12.1.4 Providenciar de maneira adequada e legal o descarte de materiais potencialmente poluidores, de modo a evitar contaminação do meio ambiente.

12.1.5 Promover a adequada manipulação de produtos domissanitários, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços.

12.1.6 Observar as práticas recomendadas pela legislação vigente na realização de atividades com produtos químicos controlados e na aplicação de saneantes domissanitários, no que se refere à qualidade, quantidade ou destinação, sendo de integral responsabilidade da CONTRATADA caso seja necessário responder perante os órgãos fiscalizadores.

12.1.7 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, principalmente no que se refere à legislação ambiental.

12.1.8 Elaborar e manter programa interno de treinamento dos prestadores de serviço com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica, água e a geração de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

12.1.9 Informar-se, sistematicamente, com relação aos programas de uso racional dos recursos que impactem no meio ambiente.

12.1.10 Comunicar ao CONTRATANTE as ocorrências que gerem riscos ou desperdícios, como por exemplo:

- a)** vazamentos em torneiras ou sifões;
- b)** saboneteiras ou toalheiros quebrados;
- c)** lâmpadas queimadas ou piscando;
- d)** tomadas ou espelhos soltos;
- e)** fios desencapados;
- f)** janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
- g)** carpete solto, entre outras.

12.2 USO RACIONAL DA ÁGUA

12.2.1 Capacitar os empregados com relação ao uso racional da água, por meio de cursos oferecidos por empresas conceituadas e/ou gerenciadoras deste recurso, para repasse das informações, posteriormente, aos prestadores de serviço.

12.2.2 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, de acordo com a legislação vigente.

12.2.3 Colaborar com ações do CONTRATANTE para uso racional da água, além da redução de consumo, devendo os encarregados atuar como facilitadores dessas mudanças de comportamento junto aos prestadores de serviço.

12.2.4 Manter critérios especiais para aquisição e uso de equipamentos e/ou ferramentas que promovam a redução do consumo de água.

12.3 USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA

12.3.1 Orientar os prestadores de serviço com relação à redução do consumo de energia.

12.3.2 Sugerir medidas de redução do consumo de energia ao CONTRATANTE, como por exemplo, desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outras.

12.3.3 Comunicar ao CONTRATANTE as ocorrências de mau funcionamento ou danos em instalações elétricas, como por exemplo, lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e funcionamento deficiente de instalações energizadas, entre outras.

12.3.4 Verificar, sistematicamente, e promover manutenções, se for o caso:

- a) vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza;
- b) condições de segurança do sistema de proteção elétrica, extensões elétricas, filtros e/ou escovas utilizados em aspiradores de pó, enceradeiras e demais aparelhos elétricos;
- c) cortinas ou persianas impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente

12.3.5 Evitar, ao máximo, o uso de extensões elétricas.

12.3.6 Acender apenas as luzes de áreas que estiverem sendo limpas, durante a limpeza noturna, quando permitida.

12.3.7 Manter critérios especiais para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

12.4 COLETA SELETIVA - REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

12.4.1 A coleta de lixo será feita seletivamente, separando-se os seguintes materiais: papéis, plásticos, vidros, metais, orgânicos e outros que deverão ser acondicionados em recipientes, adquiridos pelo CONTRATANTE, de cores diferenciadas, que serão destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, onde houver, nos termos da IN MARE, de 3/11/1995 e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.

12.4.2 Promover o treinamento e capacitação dos seus empregados sobre a política de coleta seletiva implantada nas unidades do CONTRATANTE e orientar, sistematicamente, para a redução da geração de resíduos sólidos produzidos pelos prestadores de serviço.

12.4.3 Adequar, nos locais onde há Coleta Seletiva, os procedimentos e materiais utilizados para prestação de serviços e, ainda, colaborar de forma efetiva, de acordo com os critérios e padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE.

12.4.4 Fornecer sacos de lixo em tamanhos adequados aos tipos de resíduos a serem coletados nos recipientes destinados a este fim.

12.4.5 Dispor os resíduos coletados nos locais a serem especificados pelo CONTRATANTE, corretamente acondicionados em sacos plásticos, para recolhimento posterior, por cooperativas de catadores e/ou instituições definidas pelo CONTRATANTE.

12.4.6 Utilizar com racionalidade os sacos de lixo, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, atentando para o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

12.4.7 São de responsabilidade da CONTRATADA, de acordo com orientações da Administração, a coleta seletiva, separação, acondicionamento adequado e remoção dos resíduos recicláveis, do local de origem até o local designado pela Fiscalização Técnica, dentro das dependências do CONTRATANTE.

12.5 SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

12.5.1 Manter critérios especiais para aquisição e uso somente de produtos biodegradáveis, conforme legislação pertinente.

12.5.2 Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, observando a regra basilar de menor toxicidade, não adição de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio.

12.5.3 Manter critérios de qualificação de fornecedores, com a apresentação de certificação emitida pelos órgãos controladores e apresentação de projetos já implementados de Ações de Responsabilidade Social Empresarial.

12.5.4 Observar, rigorosamente, a legislação vigente na aplicação e/ou manipulação de todos os produtos a serem utilizados na prestação de serviços.

12.5.5 Somente aplicar saneantes domissanitários cujas substâncias utilizadas em sua composição sejam biodegradáveis, face a necessidade de preservação da qualidade dos recursos hídricos naturais e de modo a evitar que a flora e fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas.

13. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

13.1 Obrigar-se, por meio de seu quadro técnico especializado e treinado nas áreas de prestação dos serviços, a:

a) manter limpa as áreas da unidade, independentemente de suas condições e, inclusive, se estiver em obras.

13.2 Obedecer às técnicas e rotinas constantes do Termo de Referência, e estar em estrita concordância com as normas técnicas e legislação vigente, sem prejuízo do que dispõem as cláusulas contratuais.

13.3 Esclarecer junto ao CONTRATANTE por meio da unidade responsável pela gestão operacional do contrato, as eventuais dúvidas em relação às especificações técnicas.

13.4 Indicar 01(um) supervisor residente, para orientar e supervisionar os serviços executados, além de intermediar a relação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

13.5 Responsabilizar-se por todas as despesas.

13.6 Executar os serviços sem interferir nas atividades de rotina da unidade e observando seu horário de funcionamento, de maneira que:

13.6.1 a limpeza das unidades seja realizada antes do horário de atendimento ao público e mantida durante todo esse período.

13.7 Gerir e fiscalizar o uso adequado de equipamentos, evitando a ocorrência de acidentes e/ou danos aos seus prestadores, empregados do CONTRATANTE e/ou terceiros, conforme determinam as Normas de Segurança do Ministério do Trabalho e Emprego.

13.8 Apresentar relatório mensal sobre as condições das instalações, ocorrências verificadas, trabalhos realizados, ações implementadas, críticas e sugestões para melhoria na execução dos serviços.

13.9 Apresentar, se for o caso, propostas de melhorias para a gestão e execução dos serviços de limpeza, a partir de levantamentos, estudos e outros instrumentos, sendo que os custos decorrentes deverão compor o preço proposto.

13.10 Responsabilizar-se pela contratação, supervisão, treinamento, reciclagem, diária e transporte dos prestadores de serviços de limpeza, inclusive os custos decorrentes.

13.11 Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, orientando-os e comprometendo-se na manutenção do respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal do CONTRATANTE, observando o controle do regimento de trabalho e descanso dos empregados, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental.

13.12 A CONTRATADA conforme disposto no **item 8** deste Termo de Referência, deverá fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes e fiscalizar seu estado de conservação, substituindo-os, quando necessário, independentemente do prazo decorrido.

13.13 Fiscalizar, rotineiramente, o estado dos equipamentos de EPI – Equipamento de Proteção Individual e EPC – Equipamento de Proteção Coletiva, garantindo o bom estado de conservação e apresentação, substituindo-os, quando necessário, independentemente do prazo decorrido.

13.14 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho.

13.15 Elaborar manual de orientação e capacitação dos prestadores de serviços pela CONTRATADA, abrangendo, no mínimo:

a) como funciona a CONTRATADA, suas atividades, hierarquia e relação com o CONTRATANTE;

b) qual é o papel do preposto;

c) quais são as atribuições, direitos e deveres do prestador de serviços de limpeza;

d) quais as diferenças entre o ambiente da organização, social e familiar;

e) quais as formas adequadas de tratamento e convivência no trabalho em relação aos prestadores e aos empregados do Banco e seus clientes;

- f) quais os cuidados com a saúde, higiene pessoal, limpeza e estado do uniforme de trabalho;
- g) quais as características dos tipos de serviços de limpeza;
- h) quais os cuidados básicos a serem observados na execução dos serviços;
- i) noções de responsabilidade socioambiental no ambiente de trabalho e na vida;
- j) o que é coleta seletiva, para que serve e como fazê-la no ambiente do Banco.

13.16 Treinar as equipes que irão executar os serviços de limpeza, de acordo com cada área de atuação, no início da execução dos serviços e reciclá-las, no mínimo, 1 (uma) vez ao ano ou sempre que necessário.

13.17 Apresentar a documentação com o conteúdo e relação dos participantes em cada treinamento.

13.18 Para a realização do objeto da contratação, a CONTRATADA deverá entregar declaração de que instalará escritório na capital do estado onde será prestado o serviço ou em um dos municípios de sua região metropolitana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

13.19 Apresentar ao CONTRATANTE, ao responsável pela gestão operacional do Contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da assinatura do Contrato:

- a) relação dos equipamentos e materiais de limpeza, conservação e higiene a serem utilizados, com especificação de marca, tipo, quantidade e preço e discriminados, separadamente;
- b) Canais de comunicação eficientes, tais como telefones fixos, telefone celular, fax, correio eletrônico, entre outros.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS AOS EMPREGADOS

14.1 A CONTRATADA deverá selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, apresentando-os com pontualidade e assiduidade, de acordo com os horários fixados pelo CONTRATANTE.

14.2 Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional de acordo com a legislação vigente.

14.3 Exigir que seus empregados estejam sempre asseados, com uniformes limpos e munidos, obrigatoriamente, de crachá de identificação com fotografia recente (de responsabilidade do CONTRATADO), para que possam ter acesso às instalações do CONTRATANTE.

14.4 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo CONTRATANTE.

14.5 Não permitir que qualquer empregado se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

14.6 Substituir imediatamente, mediante comunicação da Fiscalização Técnica, o empregado cujo comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente, que não se apresentar limpo e asseado, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no aspecto de higiene pessoal, ou seus serviços forem julgados insatisfatórios, vedado seu retorno às dependências do CONTRATADO, mesmo que para coberturas, licenças, dispensas, suspensões ou férias.

14.7 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas Disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE.

14.8 Orientar seus empregados a não exercer qualquer tipo de atividade comercial (venda, promoção, representação, etc.) dentro das dependências do CONTRATANTE, inclusive no intervalo de almoço.

14.9 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE.

14.10 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto.

14.11 A CONTRATADA adotará as providências determinadas pela legislação na hipótese de ocorrência de acidentes que envolvam seus empregados.

14.12 Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelo pessoal empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

14.13 Garantir o quantitativo de pessoal contratado para os postos de trabalho nos casos de atraso, falta, folga e licença ou férias de qualquer empregado.

14.14 Substituir, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, os atrasos e ausências de empregados nos postos de trabalho.

14.15 As faltas e ausências dos empregados no posto de serviço, deverão ser supridas por outro profissional com a mesma capacidade técnica, que atenda aos requisitos exigidos neste Termo de Referência.

14.16 Remunerar o profissional substituto com salário compatível ao do profissional substituído e recolher os encargos correspondentes previstos contratualmente e na legislação vigente à época da substituição.

14.17 As ausências dos profissionais nos postos de serviço, não supridas, serão descontadas do faturamento mensal da CONTRATADA, no valor correspondente ao número de dias ou horas em que o posto de serviço ficar descoberto, com a aplicação das penalidades previstas em contrato.

14.18 Sempre que exigido pelo CONTRATANTE, substituir de forma diligente e inquestionável, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, os empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços.

14.19 No caso de alteração de prestadores, o CONTRATANTE deverá ser informado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, acerca das inclusões e exclusões, sempre que ocorrerem;

14.20 Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta higienização nos respectivos manuseios.

14.21 Não permitir que os empregados realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificado e solicitado pela CONTRATANTE, observando o limite de 5% do valor contratado e de acordo com a legislação trabalhista.

14.22 Recolher e devolver ao CONTRATANTE os crachás dos empregados que não estiverem mais prestando serviços ao CONTRATANTE.

15. OBRIGAÇÕES DOCUMENTOS ADMISSIONAIS

15.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias após o início do Contrato:

a) relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, RG, função exercida, lotação e horário do posto de trabalho, salário, adicionais, e quantitativos de vales transporte e auxílio alimentação;

b) cópia das carteiras de identidade (RG);

c) cópia das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

d) cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devidamente preenchidas e assinadas pela contratada, para fins de conferência;

e) cópia dos Exames Médicos Admissionais.

f) sempre que houver admissão de novos empregados pelo CONTRATADO, os documentos elencados nos itens acima deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de admissão do empregado.

15.2 Apresentar, quando houver demissão de empregados, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de demissão do empregado:

a) cópia dos exames médicos demissionais dos empregados dispensados;

b) cópia das Carteiras de Trabalho com os registros feitos pela empresa;

c) cópia dos Termos de Rescisão dos Contratos de Trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria ou pela legislação vigente;

d) cópia das Notificações de Aviso Prévio;

e) cópia das Guias de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF) devidamente pagas juntamente com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver;

f) cópia dos Extratos atualizados do FGTS;

g) cópia dos Termos de Rescisão que deverão conter a assinatura do empregado e do empregador e estar acompanhados do comprovante de pagamento das verbas rescisórias, caso o empregado não as tenha recebido por ocasião da lavratura do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho;

h) encaminhar comprovante dos exames admissionais, periódicos e demissionais, nos prazos e formas da legislação aplicável;

- i) encaminhar à fiscalização, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que usufruirão de férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
- j) dar conhecimento à Fiscalização Técnica do CONTRATANTE das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

16.1 A CONTRATADA deverá manter a situação trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, devidamente atualizada e regularizada, inclusive no aspecto salarial, mantendo em dia todos os direitos trabalhista de seus profissionais, tais como horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da CONTRATANTE prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados.

16.2 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, e caso haja inadimplência do CONTRATADO não será transferida a responsabilidade ao CONTRATANTE.

16.3 O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados, deve ser rigorosamente cumprindo de acordo com os parâmetros previstos neste termo e não podem estar atrelados aos pagamentos que o CONTRATANTE efetua à contratada pela prestação dos serviços discriminados no presente instrumento.

16.4 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, que deverá ser aberta na localidade onde o profissional estiver prestando os serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE.

16.5 Pagar, incondicionalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês, auxílio alimentação e vale transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

16.6 Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados de suas residências até as dependências do CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação de transportes coletivos, greves ou outras situações impeditivas, e ainda nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário.

16.7 No mês de início do contrato, o pagamento do auxílio alimentação e do vale transporte deverá se feito até o primeiro dia útil do início da execução contratual.

16.8 Fornecer ao CONTRATANTE, a partir do segundo mês de vigência do Contrato, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, cópias dos comprovantes de pagamento e vale transporte e auxílio alimentação, das folhas de pagamento, dos contracheques e dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais do mês anterior, bem como demais documentos constantes do item 10 e seus subitens.

16.9 Reajustar os salários dos empregados alocados nos postos de trabalho objeto deste Termo de Referência, conforme os percentuais e períodos de reajuste pactuados em instrumento coletivo de trabalho das categorias profissionais abrangidas neste documento.

16.10 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

16.11 Viabilizar a emissão do Cartão Cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

16.12 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos das contribuições previdenciárias e do FGTS, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível, e à fiscalização sempre que solicitado.

16.13 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do artigo 18, da LC 123, de 2006.

16.14 Comunicar formalmente à Receita Federal do Brasil a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do artigo 18, da LC 123, de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º; II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

16.15 Apresentar ao CONTRATANTE comprovante de entrega e recebimento do referido comunicado à Receita Federal do Brasil, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

16.16 Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo o CONTRATANTE utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

- 1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou
- 2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

17. OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS SERVIÇOS

17.1 A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, responsabilizando-se integralmente pelos serviços prestados, nos termos da legislação vigente.

17.2 Disponibilizar ao CONTRATANTE empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, devidamente asseados, uniformizados e identificados por meio de crachá com fotografia recente, fazendo uso dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução dos serviços nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE.

17.3 Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE.

17.4 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelo empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

17.6 Realizar, por meios próprios, a fiscalização das atividades contratadas em todas as instalações do CONTRATANTE.

17.7 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

17.8 Garantir o quantitativo de pessoal estabelecido para os postos de serviço nos casos de atraso, falta, folga e licença ou férias de qualquer empregado, realizando substituição imediata de funcionário em caso de ausência, ainda que justificada.

17.9 Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério de Trabalho e Emprego.

17.10 A CONTRATADA deverá adotar todas as providências, determinadas pela legislação na hipótese de ocorrência de acidentes que envolvam seus empregados.

17.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrente de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

17.12 Encaminhar à Fiscalização, até 20 (vinte) dias do início do Contrato, cópia dos recibos individuais de entrega dos uniformes, e, posteriormente, a cada 6 (seis) meses de acordo com o item 08 deste Termo de Referência..

17.13 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, os serviços efetuados em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.

18. OBRIGAÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA, na seguinte frequência:

18.1.2 DIARIAMENTE

18.1.2.1 Serviços de Copa e Cozinha

a) providenciar o preparo do café e/ou chá, abastecer as garrafas térmicas e servir, no período da manhã e da tarde, ou quando solicitado;

b) limpar com pano úmido com álcool os locais onde tenham sido efetuadas refeições ou onde tenham sido servidas bebidas, mantendo-os asseados;

- c) lavar louças, recolher, higienizar e guardar os utensílios de cozinha após o uso;
- d) zelar pela limpeza e organização da copa.

18.1.2.2 Serviços de Limpeza

- a) varrer todas as áreas internas e externas;
- b) lavar e desinfetar os banheiros;
- c) bater, limpar e remover os capachos;
- d) limpar os vidros das divisões, dos guichês e das portas;
- e) remover, com pano úmido com álcool, o pó dos equipamentos de informática, telefones, quadros, espelhos, portas, removendo-os, se necessário;
- f) limpar os equipamentos de autoatendimento com flanelas secas e quando necessário, para remoção de manchas, utilizar flanelas levemente umedecidas em água;
- g) arrumar e organizar os impressos e folders nos balcões de clientes;
- h) limpar equipamentos e/ou locais onde ocorram contatos manuais frequentes, tais como maçanetas, portas giratórias, botões de elevadores teclados de autoatendimento, dispensadores de senhas, com pano umedecido em álcool 70% líquido, durante o período de funcionamento da unidade ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
- i) proceder a limpeza geral dos elevadores, se houver, com produtos adequados, incluindo: paredes, tetos, pisos, portas (internas e externas), painéis e visores dos andares, usando produto adequado, aspirar o pó dos trilhos, com isolamento da área e colocação de avisos/placas de alerta, sendo expressamente proibido jogar água, pois provoca danos nos equipamentos;
- j) passar aspirador nos tapetes e carpetes;
- k) remover completamente o pó dos móveis, peitoris, balcões, divisões, guichês, ventiladores;
- l) recolher, remover e transportar o lixo, resíduos em geral e os materiais recicláveis incluídos no programa de eco eficiência, que deverão ser depositados nos recipientes padronizados por cores de cada resíduo, transportando-os para lugares indicados pelo CONTRATANTE;
- m) limpar os cestos de despejos e as caixas de areia;
- n) remover, transportar e/ou manejar, eventualmente, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos;
- o) guarnecer os banheiros com papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido nas saboneteiras das pias;
- p) lavar as bacias, assentos e pias dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, duas vezes ao dia;
- q) limpar e higienizar adequadamente os bebedouros que deverão ser abastecidos, sempre que for necessário, com garrações de água mineral, devidamente higienizados, adquiridos pelo CONTRATANTE;
- r) lavar os depósitos de lixo;
- s) limpar portas-objeto;
- t) limpar escadas e os corrimões;
- u) lavar louças, recolher, higienizar e guardar os utensílios de cozinha após o uso;
- v) deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE Nº 06, de 03.11.1995.
- w) executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

18.1.2.3 SEMANALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- a) limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b) limpar, com produtos adequados, os vidros das divisórias dos guichês e das portas;
- c) limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- d) lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e) limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plásticos em assentos e poltronas;
- f) limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;
- g) lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- h) lavar e desinfetar os banheiros;
- i) limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- j) retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- k) retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- l) executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

18.1.2.4 MENSALMENTE

- a) limpar, usando produto apropriado, os sofás e poltronas, removendo-os ou transportando-os, se necessário;
- b) encerar e polir os pisos tratados a cera;
- c) passar aspirador de pó ou pano úmido de acordo com o tipo de cortina;
- d) limpar o mobiliário revestido de laminado/fórmica, com esponjas levemente umedecidas em água e saponáceo neutro, passando pano seco a seguir;
- e) aplicar lustra móveis no mobiliário de madeira;
- f) limpar os tetos, portas, paredes e rodapés;
- g) revisar os serviços diários;
- h) lavar as escadas;
- i) limpar as marquises;
- j) passar enceradeira nos pisos que permitem este procedimento (pisos internos 1x por semana e pisos plurigoma 2 x por semana);
- k) lavar e clarear os pisos laváveis;
- l) varrer e lavar as áreas externas;
- m) limpar os vidros em geral, nas duas faces;
- n) conservar as persianas, limpando-as com produtos apropriados;
- o) limpar caixilhos;
- p) desobstrução de ralos, tubulação e calhas;
- q) aspirar piso suspenso;
- r) lavagem completa de todos os bebedouros;
- s) limpar externamente os globos de luz, luminárias em geral e letreiros luminosos;
- t) limpar as calhas, ralos e caixas, verificando a correta posição dos ralos;
- u) limpar as caixas de gordura, sifonadas, de inspeção, valetas, ralos e válvulas de pias e lavatórios;
- v) limpar os suportes/dispensadores de papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e álcool gel, com esponjas levemente umedecidas em água e saponáceo neutro, passando pano seco a seguir;
- w) proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa plantas desnecessárias, cortar gramas e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas, quando couber;
- x) executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

18.1.2.5 SEMESTRALMENTE (a ser executado pela equipe especializada em limpeza pesada)

18.1.2.5.1 Limpar as fachadas das dependências, mediante utilização de equipamento apropriado (andaime/gôndola/balancim individual), se necessário;

18.1.2.5.2 Executar demais serviços considerados necessários à frequência semestral.

18.1.2.6 ANUALMENTE (a ser executado pela equipe especializada em limpeza pesada):

- a) efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;
- b) aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- c) lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

18.1.2.7 As tarefas acima relacionadas poderão ser alteradas na periodicidade e frequência, conforme necessidade da Unidade.

18.1.2.8 Os serviços especificados neste Termo de Referência não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas.

19. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS

19.1 A limpeza de áreas internas ou externas, escadas e hall de elevadores, durante o horário de expediente, serão feitas com isolamento da respectiva área e colocação de avisos/placas de alerta e recomendação de **CUIDADO**.

19.2 É vedada a utilização de ácido ou soda cáustica em qualquer tipo de revestimento de pisos, tetos e paredes, inclusive das fachadas.

19.3 Na limpeza de pisos encerados, usar vassouras de pelo.

19.4 Na limpeza de teclados de informática, usar pincel.

19.5 Para pisos vinílicos / paviflex e laminados / fórmica, utilizar esponja **NÃO ABRASIVA** úmida e saponáceo.

19.6 NÃO EMPREGAR SOLVENTE, GASOLINA, QUEROSENE, PALHA DE AÇO OU ÁGUA SANITÁRIA.

19.7 A utilização de cera é vedada para o piso de escadas e hall de circulação.

19.8 Os serviços de limpeza abrangem pisos internos e externos, mobiliários, vidraças, equipamentos, utensílios e acessórios em geral, dispostos nos ambientes internos e externos das unidades do CONTRATANTE.

19.9 A limpeza em equipamentos e/ou locais onde ocorram contatos manuais frequentes, tais como maçanetas, portas giratórias, botões de elevadores, teclados de autoatendimento, dispensadores de senhas, entre outros, deve ser realizada com pano umedecido em álcool 70% líquido, detergente, desinfetante ou água e sabão, além dos procedimentos constantes do Termo de Referência, durante todo o período de funcionamento da unidade ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

19.10 Quaisquer danos causados ao tecido dos mobiliários ou carpete que impliquem em redução da vida útil ou alteração das características originais são de responsabilidade do CONTRATADO e devem ser reparados de imediato, nas condições estabelecidas no Contrato.

19.11 As vidraças de fachadas devem ser limpas por processo mecanizado ou manual sem utilização de produtos químicos e/ou abrasivos que possam causar danos às instalações do CONTRATANTE e com o uso de EPI – Equipamento de Proteção Individual e EPC – Equipamento de Proteção Coletiva, de acordo com as Normas de Segurança no Trabalho.

19.12 A coleta dos resíduos descartados pelas unidades do CONTRATANTE deve ser diária, com manutenção do lixo segregado por tipo (não reciclável, vidro, metal, plástico, papel e orgânico), em sacos plásticos de cor diferenciada, conduzindo-os até o local estabelecido para descarte pelo CONTRATANTE, de acordo com as determinações locais.

19.13 PISOS ELEVADOS: Não molhar, mesmo que o revestimento seja lavável e utilizar apenas pano umedecido com água e sabão neutro.

19.14 PISOS E PAREDES DE MÁRMORE OU GRANITO: Usar pano umedecido com água e sabão neutro.

19.15 ÁREAS COM TOMADAS DE PISO: Isolar a área, quando da lavagem dos pisos, para não entrar água.

19.16 TETOS E PAREDES: Utilizar esponja úmida com sabão neutro quando revestidos com pintura. Remover manchas de mofo com um pano umedecido com água sanitária. Manchas de óleo ou gordura devem ser removidas com esponja úmida de detergente à base de amoníaco. No caso de laminados (fórmica), usar pano umedecido com álcool (**NUNCA UTILIZAR PRODUTOS A BASE DE PETRÓLEO**).

19.17 PORTAS E JANELAS:

a) de alumínio, utilizar vaselina líquida aplicada com pano seco e mover o excesso com outro pano seco limpo (não usar produtos que contenham ácido, palha de aço ou qualquer outro produto abrasivo);

b) pintadas ou envernizadas, usar pano limpo umedecido em água e sabão neutro (não usar álcool, palha de aço ou detergentes);

c) enceradas, usar flanela e cera incolor em pequenas quantidades.

19.18 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: Usar aspirador de pó para retirar cliques ou grampos; limpar as luminárias e difusores com espanador.

19.19 EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS:

a) limpar as louças com sabão neutro e detergente biodegradável;

b) bancadas de pia, em mármore, granito ou inox, usar esponja umedecida em água e sabão ou detergente (**NÃO UTILIZAR PALHA DE AÇO**).

19.20 REVESTIMENTOS EM AZULEJOS E CERÂMICA: Utilizar água sanitária ou escova com saponáceo, para limpeza de rejuntamento. É recomendável a lavagem a vapor.

20. OBRIGAÇÕES DO PREPOSTO

20.1 A CONTRATADA para a prestação dos serviços, deverá comprovar em até 60 (sessenta) dias, ter escritório próprio nas unidades do CONTRATANTE no Estado do Pará-PA, onde os serviços serão realizados, com nomeação de Preposto por documento formalmente encaminhado ao CONTRATANTE, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas do início da prestação do serviço, de forma a garantir celeridade na resolução de problemas e demandas relativas ao contrato.

20.2 O Preposto deverá ser indicado mediante declaração em que conste o nome completo, o nº CPF, o nº do documento de identidade, o endereço residencial completo, e-mail, número de telefone para contato do CONTRATANTE diretamente com o preposto, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

20.3 O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas a prestação dos serviços contratados e às faturas dos serviços prestados.

20.4 A CONTRATADA orientará o seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

20.5 A CONTRATADA deverá substituir o Preposto, quando solicitado pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

20.6 Em caso de substituição do Preposto pelo CONTRATADO, encaminhar aviso formal com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, no qual deve conter informações relativas ao substituto, nos termos do **item 20.2**.

21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1 Apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos a serem contratados em decorrência desta licitação.

21.1.2 Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

21.2 A comprovação de que trata o **subitem 21.1** será feita por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado da(s) emitente(s) e com a identificação do(s) signatário(s), de que a participante foi contratada para fornecimento de objetos similares ao dessa licitação, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório.

21.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

22. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1 Para garantia do fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por Caução em Dinheiro, Títulos da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária.

22.1.1 A Caução em Dinheiro deverá ser efetuada no Banco da Amazônia S/A, em conta específica com correção monetária em favor do Banco, que permanecerá bloqueada durante a vigência do contrato, só podendo ser movimentada mediante autorização expressa desta Gerência;

22.1.2 Em caso de Título da Dívida Pública deverá ser apresentada declaração de instituição bancária informando que os referidos títulos foram caucionados em nome do CONTRATANTE, no valor equivalente à garantia exigida;

22.1.3 O Seguro Garantia deverá feito junto a entidade autorizada pelo IRB – Instituto de Resseguro do Brasil, aceita pela CONTRATANTE;

22.1.4 Fiança Bancária, nos termos estipulados pelo CONTRATANTE, com estabelecimento bancário por ele aceito. Caso ocorra o vencimento da garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá providenciar de imediato a renovação da respectiva garantia sob pena de bloqueio dos pagamentos devidos.

22.2 A garantia oferecida pela CONTRATADA ao CONTRATANTE qualquer que seja a modalidade escolhida, visa assegurar o cumprimento tanto do objetivo contratado, quanto das obrigações acessórias, inclusive trabalhistas, Previdenciárias, Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato, Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA, Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

22.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.3.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

22.3.2 Multas punitivas aplicadas pela Fiscalização à CONTRATADA;

22.3.3 Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

22.3.4 Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

22.4 No caso de Caução em Dinheiro, o valor depositado será administrado pelo CONTRATANTE em conta específica no Banco da Amazônia, com correção monetária e devolvido à CONTRATADA no término do contrato.

22.5 No caso da CONTRATADA optar pela modalidade de Seguro Garantia ou de Fiança Bancária, o CONTRATANTE deverá ser indicado como beneficiário e deverá assegurar o pagamento de todas as obrigações contratuais previstas, sua validade será de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, com previsão expressa de que a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

22.5.1 No caso da Fiança Bancária deverão constar do instrumento os seguintes requisitos:

a. Prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato;

b. Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento, ao CONTRATANTE, dos prejuízos por este sofridos, em razão do descumprimento das obrigações da CONTRATADA, independente de interpelação judicial;

c. Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

d A garantia na modalidade Fiança Bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante no **Anexo IV** deste Termo de Referência.

22.5.2 No caso de a Contratada optar pelo Seguro Garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:

22.5.2.1 Apresentar Seguro Garantia para os riscos elencados nos **subitens 22.3.1 a 22.3.4** do **item 22.3** acima, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na modalidade “Seguro Garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela Contratada; ou

22.5.2.2 Apresentar Seguro Garantia, modalidade “Seguro Garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” para cobertura dos **subitens 22.3.1 a 22.3.4** do **item 22.3** acima, complementada com a garantia adicional da modalidade “Seguro Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias” para o subitem **22.3.4** do **item 22.3** acima, correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor atualizado do contrato.

22.8 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

22.9 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

22.9.1 O bloqueio efetuado com base no **item 22.9** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

22.9.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 22.9** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária.

22.9.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

22.10 O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

22.11 Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

22.12 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

22.13 Será considerada extinta a garantia:

22.13.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.13.2 Com a extinção do contrato;

22.13.3 Isenção de responsabilidade da garantia.

22.14 O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

22.14.1 Caso fortuito ou força maior;

22.14.2 Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

22.14.3 Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

22.14.4 Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

22.15 Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens **22.14.1** a **22.14.4**, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo CONTRATANTE.

22.16 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo Contratante à Contratada e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

22.17 O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração do CONTRATANTE.

22.18 A CONTRATADA obriga-se a apresentar nova apólice, até 5 (cinco) dias úteis após o vencimento da anterior e a comprovar o pagamento do prêmio respectivo, até 2 (dois) dias úteis após o seu vencimento.

22.19 Caso ocorra o vencimento da garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá providenciar de imediato a sua renovação sob pena de suspensão do pagamento devido contratualmente.

22.20 A qualquer tempo, mediante prévia comunicação (com prazo mínimo de 30 dias de antecedência) ao CONTRATANTE, poderá solicitar a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Termo de Referência e após anuência do CONTRATANTE.

22.21 Na hipótese de alteração do valor contratado, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, garantia complementar ajustada a nova situação nos termos deste título.

22.22 Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização Técnica do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

22.23 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA até que seja aceita, pelo CONTRATANTE, a garantia de que trata este título.

22.24 Rescindido o presente Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia oferecida será executada em favor do CONTRATANTE.

22.25 A garantia deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência do Contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação e/ou repactuação do objeto deste certame.

22.26 Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

b) com a extinção do Contrato.

22.27 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.

22.28 A garantia nas modalidades de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, somente será devolvida à CONTRATADA após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do término ou rescisão do contrato, desde que devidamente comprovado que não há pendências envolvendo direitos trabalhistas dos empregados abrangidos pelo contrato encerrado, inclusive quanto às verbas rescisórias, mediante expressa autorização do CONTRATANTE.

23. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

23.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA, o valor contratado poderá ser repactuado.

23.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas

diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

23.3 Deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação contado da seguinte forma:

23.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

23.3.2 Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços, conforme **ANEXO III** deste Termo de Referência, que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

23.3.3 Os preços dos insumos e materiais serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, contados da data da proposta, salvo os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, que serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data em que ocorrer a repactuação da mão de obra.

23.3.4 Para os demais custos sujeitos à variação de preços de mercado, a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital do Pregão Eletrônico.

23.4 O pedido de repactuação será acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, de acordo com a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, e do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fundamente a repactuação.

23.5 A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta/orçamento e o momento do pedido de repactuação, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global, então vigente.

23.6 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

23.7 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

23.8 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

23.9 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

23.9.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

23.9.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

23.9.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

23.10 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

23.11 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

23.12 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

23.13 O CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

23.14 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

23.15 Quando a repactuação se referir aos demais custos, a Contratada demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

23.15.1 os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

23.15.2 as particularidades do contrato em vigência;

23.15.3 a nova planilha com variação dos custos apresentados;

23.15.4 indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

23.15.5 índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA.

23.16 O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

23.17 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

23.17.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

23.17.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

23.17.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

23.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

23.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

23.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

23.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas através de Termo Aditivo ao Contrato.

23.20 O CONTRATANTE disporá de 60 (sessenta) dias para a decisão sobre o pedido de repactuação, contados a partir da solicitação e da entrega de comprovantes de variação de custos. O prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada.

24. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

24.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

24.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

24.3 Promover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias, vestiários com armários guarda-roupas, local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e outras que se apresentarem necessárias.

24.4 Receber os empregados e Prepostos da CONTRATADA, devidamente identificados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades.

24.5 Não permitir que os empregados da CONTRATADA desempenhem funções que não as definidas no Contrato e nos seus aditivos.

24.6 Cuidar para que os empregados da CONTRATADA somente recebam ordens para a execução de tarefas, do Preposto da CONTRATADA.

24.7 Notificar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

24.8 Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

- a)** Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- b)** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- c)** Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- d)** Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

24.9 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

25. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

25.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato objeto deste Termo de Referência consistem na verificação da execução da prestação dos serviços, da fiscalização das obrigações trabalhistas e conformidade na documentação dos pagamentos, visando assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

25.2 Quando necessário ou solicitado, a CONTRATADA deverá providenciar visita de profissional responsável pela inspeção e testes aos locais de prestação dos serviços, devendo incluir os custos no preço proposto.

25.3 O acompanhamento e a fiscalização dos serviços serão exercidos por um ou mais empregados do CONTRATANTE, designados por meio de Ordem de Serviço.

25.4 O FISCAL TÉCNICO do Contrato será responsável por:

- a)** cumprir e fazer cumprir as disposições e condições deste Termo de Referência e seus anexos;
- b)** ordenar a retirada imediata e substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, julgar inconveniente;
- c)** apurar eventuais falhas do CONTRATADO que possam gerar aplicação de sanções previstas neste Termo de Referência;
- d)** comunicar à CONTRATADA a ocorrência de irregularidades, diligenciando para que sejam plenamente corrigidas;
- e)** não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas;
- f)** providenciar sempre que demandado, notificação de irregularidades à CONTRATADA diligenciando para que sejam plenamente corrigidas.

25.5 O FISCAL ADMINISTRATIVO do contrato será responsável por:

- a)** fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores;
- b)** atestar as Notas Fiscais/Faturas de Serviços e a documentação exigível para pagamento, correspondentes às etapas executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento.

25.6 A ausência ou omissão da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

26. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

26.1 O pagamento será realizado pelo CONTRATANTE, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, preferencialmente em qualquer agência do CONTRATANTE, nos dias 05 (cinco), 15 (quinze) ou 25 (vinte e cinco), desde que a CONTRATADA efetive a entrega das Notas Fiscais e Faturas discriminativas com 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para pagamento e após a conferência e confirmação da entrega do serviço devidamente comprovado através do Termo

Circunstanciado de Recebimento de Serviços, não sendo admitida cobrança por meio de boleto bancário, ficando sua liberação condicionada à total observância do Contrato.

26.2 Caso a CONTRATADA opte pelo recebimento do pagamento em conta corrente mantida em outra instituição financeira, lhe será cobrado o valor da tarifa TED ou DOC correspondente ao da tabela de tarifas e serviços do Banco, sendo que esse valor será de responsabilidade da CONTRATADA e deduzido do valor do crédito a ser enviado.

26.3 O pagamento será automaticamente transferido para o dia útil subsequente, caso não haja expediente no Banco nas datas previstas para tal. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura implicará a transferência automática do pagamento para próxima data dentre as acima abordadas, sem qualquer acréscimo financeiro contra o Banco.

26.4 O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar subordinado ao recebimento pelos serviços contratados.

26.5 As notas fiscais não aprovadas pelo CONTRATANTE serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções ou apresentação de documentos, inclusive os relativos às retenções legais, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos a partir **da sua reapresentação e devidamente corrigidas.**

26.6 A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.

26.7 A CONTRATADA deverá efetuar os pagamentos dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido e fornecer até o último dia útil do mês o auxílio-alimentação e vale-transporte correspondente ao mês seguinte, independente do pagamento da fatura pelo CONTRATANTE.

26.8 A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento, devendo constar no seu corpo:

- I) A identificação completa do CONTRATANTE, bem como o número do Contrato;
- II) Os valores referentes às retenções obrigatórias de tributos, devidamente destacados;
- III) Descrição detalhada de todos os itens que compõem o objeto licitado, de forma clara, indicando, inclusive, se for o caso, os valores unitários e totais e o período a que se refere.

26.9 No caso de atraso no pagamento por parte do CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de encargos financeiros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "pro-rata die" **até o dia do efetivo pagamento.**

26.10 Será considerada falta grave e compreendida como falha na execução contratual, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação **(ou feito estes com atraso)**, o que dará ensejo à rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar com o Banco, nos termos da legislação vigente.

26.11 As faturas, emitidas em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução, deverão ser entregues exclusivamente na Gerência de Patrimônio e Gestão de Contratos do CONTRATANTE, na Av. Presidente Vargas, 800, Campina, Belém-PA, e deverão estar acompanhadas da documentação descrita nos subitens subsequentes:

26.11.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e Certidão de Regularidade junto à Fazenda Municipal;

26.11.2 Folha de Pagamento Analítica, **referente ao mês da prestação dos serviços**, na qual constem todos os empregados que atuaram junto ao CONTRATANTE, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante;

26.11.3 No mês em que houver pagamento de alguma parcela referente ao 13º salário, a contratada deverá apresentar também a folha de pagamento do benefício acompanhada do respectivo comprovante de pagamento;

26.11.4 Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, do auxílio alimentação e do vale transporte de todos os empregados que atuaram nas dependências do CONTRATANTE, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês subsequente a prestação do serviço.

26.12 Caso algum empregado opte por não receber o vale transporte, a CONTRATADA deverá apresentar, junto com a documentação no mesmo mês da não opção, declaração específica devidamente datada e assinada pelo empregado.

26.13 Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

26.13.1 Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo "Nº Arquivo" dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios refiram-se ao protocolo de envio;

26.13.2 Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP-RE que conste todos os empregados que prestaram serviço no Banco da Amazônia, inclusive substitutos;

26.13.3 Cópia da relação de Trabalhadores/Obras-RET do Banco da Amazônia, do resumo da empresa e de eventuais tomadores em que constem trabalhadores que atuaram como substituto nas dependências do CONTRATANTE no mês de competência;

26.13.4 Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP-Tomador/Obra;

26.13.5 Cópia do comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;

26.13.6 Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado no Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos; e

26.13.7 Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP.

26.14 A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

26.15 O CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

26.16 Quando ocorrer admissão ou demissão de pessoal, será necessário o encaminhamento dos exames médicos admissionais e demissionais dos empregados, das cópias das carteiras de trabalho com os registros feitos pela empresa e, nos casos de demissão, dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, das notificações de aviso prévio, da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento do FGTS Rescisório e do extrato atualizado do FGTS, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

26.17 Os Termos de Rescisão entregues ao CONTRATANTE deverão estar acompanhados dos comprovantes de pagamento de verbas rescisórias, caso o empregado não tenha recebido as verbas por ocasião da lavratura do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, e conter a assinatura do empregado e do empregador;

26.18 Quando exigível, os Termos de Rescisão deverão estar homologados pelo sindicato que assiste a categoria profissional do trabalhador.

26.19 Nos casos de remanejamento de empregados para prestação de serviços em outros órgãos ou para a Administração da empresa, deverá ser encaminhada a folha de pagamento e a RE do Arquivo SEFIP relativos ao novo tomador ou à administração da CONTRATADA, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

26.20 Por ocasião de férias de empregado, deverá ser encaminhado o respectivo aviso e o comprovante de quitação ao trabalhador, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

26.21 Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de dezembro de cada ano, a CONTRATADA deverá apresentar a GPS (Guia da Previdência Social) da competência 13 do respectivo ano.

26.22 Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de janeiro de cada ano, a CONTRATADA deverá apresentar a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) da competência 13 do ano anterior, cujo valor corresponda à GPS competência 13 apresentada com a nota fiscal de dezembro do ano anterior.

26.23 As documentações descritas nos **subitens 26.13 e 26.13.1 a 26.13.7** acima deverá ser apresentada até, no máximo, o dia 25 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mesmo que a empresa ainda não tenha emitido a nota fiscal referente ao período.

26.24 O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não forem honradas pela Contratada, conforme Acórdão TCU nº 1.214/2013 - Plenário.

26.25 Atestado de optante pelo SIMPLES (Anexo IV da Instrução Normativa SRF n.º 480, de 15 de dezembro de 2004), e for o caso.

26.26 O CNPJ constante da Nota Fiscal e de todos os documentos dos quais deva constar deverá ser o mesmo indicado no preâmbulo do Contrato e na proposta comercial da CONTRATADA.

26.27 O CNPJ do CONTRATANTE, constante da nota fiscal/fatura, deverá ser o CNPJ do local da prestação dos serviços, face à necessidade do repasse ao ISS às respectivas Prefeituras.

27. VEDAÇÕES

27.1 O contrato firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA não poderá ser no todo ou em parte objeto de cessão ou transferência.

27.2 É vedada a subcontratação para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

27.3 A CONTRATADA não poderá, salvo se estiver expressamente autorizada pelo CONTRATANTE:

27.3.1 veicular em publicidade o fato de prestar serviços à CONTRATADA ou qualquer outra informação acerca das suas atividades e programas;

27.3.2 utilizar o contrato como garantia perante terceiros ou cessão dos direitos creditícios em operações de desconto bancário.

27.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.213, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, também é vedado à detentora utilizar, durante toda a vigência do contrato, mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de empregado da CONTRATADA que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

27.4.1 para os fins do disposto no **subitem 27.4**, a pessoa jurídica participante desta licitação deverá, por meio do seu representante legal, declarar em papel timbrado da empresa, na forma da minuta constante do Edital, que tem conhecimento do teor do citado decreto e que não utilizará no fornecimento do objeto contratado mão de obra enquadrada na vedação.

28. CONTRATAÇÃO

28.1 Depois de homologado o resultado desta licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação da homologação, para apresentar à CONTRATADA todos os documentos exigidos na licitação, devidamente atualizados, se o prazo de validade daqueles apresentados para habilitação já houver expirado.

28.1.1 Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante para assiná-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, na forma da legislação vigente.

28.2 O Contrato a ser firmado com a licitante vencedora será formalizado de acordo com a minuta constante no anexo do **Edital do Pregão Eletrônico**, regulada pelas Cláusulas nela especificadas e as disposições legais e regulamentares concernentes, sendo complementada nas omissões pela proposta apresentada, que a integra, para todos os efeitos legais e conhecimento das partes.

28.2.1 No caso de a licitante vencedora recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da sua efetiva e documentalmente comprovada convocação, as demais licitantes serão chamadas a fazê-lo, na ordem de classificação;

28.3 Caso a licitante vencedora seja ME ou EPP, constituída na forma das Leis Complementares nºs 123, de 14.12.2006 e 147, de 07.08.2014, e do Decreto nº 8.538, de 06.10.2015, a comprovação da regularidade fiscal será condição indispensável para a assinatura do contrato.

28.4 O CONTRATANTE poderá considerar dissolvido o contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a detentora:

28.4.1 Deixar de fornecer o objeto no prazo estipulado ou infringir qualquer disposição contratada;

28.4.2 Tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

28.4.3 Recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do fornecimento;

28.4.4 Atrasar, injustificadamente, o fornecimento;

28.4.5 Cometer faltas durante o fornecimento do objeto do contrato;

28.4.6 Promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique o fornecimento do objeto do contrato.

28.5 A empresa contratada para a prestação dos serviços deverá comprovar, em até 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do contrato, ter escritório próprio no Estado, onde os serviços serão realizados, e, apresentar nomeação de preposto por documento formalmente encaminhado ao CONTRATANTE, com antecedência de 48 horas do início da prestação do serviço, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando orientações necessárias aos executantes dos serviços, de acordo com as normas pré-estabelecidas pela contratante, dando celeridade na resolução de problemas e demandas relativas ao contrato.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 Pela inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações pela CONTRATADA, o CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar penalidades de natureza pecuniárias, de obrigações de fazer ou de não fazer e em especial as seguintes sanções previstas na Lei nº 13.303/2016:

29.2 Advertência escrita;

29.3 Multa na forma prevista no Edital ou no Contrato;

29.4 Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Banco por prazo não superior a 02 (dois) anos; as sanções previstas neste item poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

29.5 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo para o CONTRATANTE e que não comprometam a continuação da prestação dos serviços.

29.6 A multa será aplicada nos percentuais, situações e condições indicados a seguir:

29.6.1 Multa de **0,5% (meio por cento)**, por dia de atraso, aplicável sobre o preço global anual contratado, em caso de não comprovação tempestiva, se for o caso, da instalação de filial ou escritório de representação na capital do estado onde será prestado o serviço ou em um dos municípios de sua região metropolitana, com a estrutura objeto do **subitem 13.18** deste Termo;

29.6.2 Multa de **0,07% (sete centésimos por cento)**, aplicável sobre o preço global anual contratado, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação ou reposição da garantia contratual, limitado a **2% (dois por cento)**;

29.6.3 Multa de **4% (quatro por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de:

29.6.4 deixar serviços incompletos e/ou mal acabados, trazendo com isso transtornos ao local de trabalho;

29.6.5 permitir, por dolo ou culpa, situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou algum outro prejuízo;

29.6.6 multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de não pagamento dos salários e/ou das verbas trabalhistas;

29.6.7 multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias, trabalhistas e para com o FGTS;

29.6.8 Multa de **5% (cinco por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de:

29.6.8.1 Pagamento de salários após o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, atraso no pagamento das férias e 13º salário e no fornecimento de vale-refeição (que devem ser disponibilizados no 1º dia útil de cada mês), de vale-transporte e fardamenta, quando for o caso;

29.6.9 Multa de 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, nas demais violações ou descumprimentos de Cláusula(s) ou condição(ões) estipulada(s) no Contrato;

29.6.10 Multa de 10% (dez por cento), aplicável sobre o preço global anual contratado, em caso de inexecução total do Contrato.

29.6.11 O percentual da multa a ser aplicado de acordo com situação será de acordo com a tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA	
01	0,2% Por dia sobre o valor do contrato	
02	0,4% Por dia sobre o valor do contrato	
03	0,8% Por dia sobre o valor do contrato	
04	1,6% Por dia sobre o valor do contrato	
05	3,2% Por dia sobre o valor do contrato	
06	4,0% Por dia sobre o valor do contrato	
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	05
03	Manter empregados sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregados e por dia.	03
04	Permitir a presença de empregado sem o uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
06	Utilizar as dependências do Banco para fins diversos do objeto do contrato, por ocorrência.	04
PARA OS ITENS ABAIXO, DEIXAR DE:		
07	Zelar pelas instalações do Contratante utilizadas, por item e por dia.	03
08	Colocar à disposição do Contratante os equipamentos relacionados no anexo III deste termo de Referência, por ocorrência.	04
09	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência.	02
10	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	01
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia.	01
12	Efetuar a reposição de empregados faltosos, por funcionário.	01
13	Deixar de entregar no prazo determinado os materiais de limpeza, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, por item e por dia.	04
14	Entregar os vales transporte e/ou auxílio alimentação das datas avançadas, por ocorrência e por dia.	02
15	Fornecer EPIs (equipamentos de Proteção Individual) quando exigido por lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
16	Fornecer por semestre 02(dois) uniformes para cada empregado, por funcionário e por ocorrência.	02
17	Efetuar pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução contratual, por dia e por ocorrência.	06
18	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
19	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

20	Utilizar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, por ocorrência.	02
----	--	----

29.7 A sanção prevista no **item 29.1, c**, poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos Contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia:

29.7.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

29.7.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

29.7.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco da Amazônia S.A. em virtude de atos ilícitos praticados.

29.8 Além das multas elencadas no **item 29.4** serão aplicadas multas, conforme infrações cometidas e o grau respectivo, indicados no **Item 29.3.12** do deste Termo de Referência até o limite de 10% do valor mensal deste contrato e conforme Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

29.9 Se a CONTRATADA não mantiver durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico, o contrato poderá ser rescindido, bem como poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei.

29.10 Será caracterizado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União.

29.11 Após o devido processo administrativo, as multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste item e estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do contratado.

29.12 Inexistindo pagamento(s) devido(s) pelo Banco ou sendo este(s) insuficiente(s), cabe à CONTRATADA quitar o valor da(s) multa(s) mediante depósito em conta corrente própria em nome do Banco no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da comunicação de confirmação da penalidade.

29.13 Em não se realizando o pagamento nos termos definidos no **item 29.12** a cobrança será realizada judicialmente.

29.14 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no mesmo, poderá ser rescindido, por ato formal do CONTRATANTE, por descumprimento contratual.

29.15 O atraso superior a 15 (quinze) dias consecutivos na execução dos serviços poderá ensejar, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a critério exclusivo do CONTRATANTE, a rescisão deste contrato firmado, ficando a CONTRATADA sujeito a multa conforme **item 29.6.11**.

29.16 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

29.17 As ações danosas ou criminosas cometidas por empregados, prepostos da CONTRATADA, empresas ou pessoas por ela contratada ou designadas, no exercício das atividades previstas no contrato que ocasionem prejuízos ao CONTRATANTE, a seus clientes/usuários de serviços bancários, devidamente comprovados através de decisão judicial (transitado em julgado), implicará na cobrança de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e mais o valor correspondente ao valor do prejuízo apurado.

29.18 A advertência e a anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores poderão ser aplicadas quando ocorrer descumprimento das obrigações editalícias ou contratuais que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE e/ou execução insatisfatória, ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

29.19 A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

29.20 A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Ministro da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de **atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

29.21 Caso não seja garantido absoluto sigilo sobre todos os processos, rotinas, objetos, informações, documentos e quaisquer outros dados fornecidos pelo CONTRATANTE, implicará na cobrança de multa compensatória correspondente a 5% sobre o valor total do contrato, além das cominações previstas na legislação, podendo o CONTRATANTE rescindir o contrato.

29.22 A rescisão do contrato provocada pela CONTRATADA implicará, de pleno direito, a cobrança pelo CONTRATANTE de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

29.23 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia contratada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

29.24 Por ato de competência exclusiva de Ministro de Estado, na forma da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, a CONTRATADA também poderá ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, se vier a apresentar conduta incompatível, cominada com a aplicação da referida sanção.

29.25 Nenhuma penalidade será aplicada pelo CONTRATANTE à CONTRATADA sem o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e o direito à ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

29.26 Inexistindo pagamento(s) devido(s) pelo CONTRATANTE ou sendo este(s) insuficiente(s), cabe à CONTRATADA quitar o valor da(s) multa(s) mediante depósito em conta corrente própria em nome do CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da comunicação de confirmação da penalidade.

29.27 Ao valor da multa não adimplida e objeto de cobrança judicial serão acrescidos honorários advocatícios, estes no percentual de 20%, custas judiciais, correção monetária (INPC) e juros na forma do artigo nº 405 do código civil, facultando-se ainda ao CONTRATANTE a inscrição do inadimplente nos órgãos de cadastro restritivo (SERASA/SPC).

29.28 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA multa conforme a graduação estabelecida nas tabelas do item **29.3.12** deste Termo de Referência.

29.29 Quando necessário ou solicitado, a CONTRATADA deve providenciar visita de profissional responsável pela inspeção e testes aos locais de prestação dos serviços, devendo os custos estar incluídos no preço proposto.

29.30 Ao término do Contrato será feita vistoria em conjunto com representante responsável do CONTRATANTE e da CONTRATADA, com assinatura de ambas as partes em Termo de Entrega das Instalações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

30. RESCISÃO CONTRATUAL

30.1 Constituem motivos para rescisão contratual, independente da interpelação judicial ou extrajudicial:

30.1.1 A inexecução, total ou parcial do contrato dará ensejo a sua rescisão por justa causa e acarretará as consequências previstas no Instrumento Contratual e na legislação.

30.1.2 A rescisão acarretará, de imediato, retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

30.1.3 Na rescisão do contrato provocada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE aplicará a multa prevista no item 29.22, reservando-se, ainda, o direito de intentar ação judicial para indenização por perdas e danos.

30.1.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados à CONTRATADA o contraditório e o direito à ampla defesa.

30.1.5 – As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

30.1.6 A não apresentação dos comprovantes referidos no item 28.1 deste Termo de Referência, poderá ensejar, a critério do CONTRATANTE, a rescisão do Contrato, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer indenização.

30.2 Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão por justa causa do contrato pelo CONTRATANTE as situações descritas nos subitens abaixo:

I - Paralisação injustificada dos serviços.

II - O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações ou prazos.

III - A subcontratação, ainda que parcial, dos serviços objeto do contrato.

IV - A cessão ou transferência do contrato.

V - O desatendimento às determinações da Fiscalização do CONTRATANTE designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

VI - O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços.

VII - A decretação de falência, o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

VIII - A dissolução da sociedade.

IX - A alteração societária que modifique a finalidade ou o controle acionário ou, ainda, a estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, inviabilize ou prejudique a execução do contrato.

X - A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos.

XI - O descumprimento de quaisquer das condições ajustadas no contrato.

XII - A utilização pela CONTRATADA de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

XIII - O conhecimento, ainda que, “a posteriori”, de fato ou ato que afete a idoneidade do CONTRATADO ou de seus sócios/cotistas ou de seus gestores ou ainda de seus representantes.

XIV - Razões de interesse público.

XV - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

30.3 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e a seu critério, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, denunciar o contrato, para efeito de rescisão, sem que, por esse motivo, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra de qualquer natureza, salvo previsão em lei.

30.4 – Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, poderá sustar o pagamento da Fatura se a CONTRATADA não cumprir integralmente o objeto do contrato.

30.5 – A rescisão do Contrato também poderá ocorrer quando a CONTRATADA:

I - Deixar de comprovar sua regularidade fiscal, trabalhista, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados.

II - Vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública.

III - Utilizar em benefício, próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas obrigações contratuais.

IV - Vier a ser atingida por protestos de títulos, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira.

V - Não prestar garantia suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

VI - Motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes.

30.6 – Configurada a hipótese do inciso VI do caput desta CLÁUSULA, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer.

30.7 – A rescisão poderá ocorrer:

I – Mediante distrato pelo inadimplemento contratual.

II – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo do Pregão Eletrônico Nº xxx, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, precedida de autorização escrita e fundamentada, mediante aviso prévio por escrito, de 30 (trinta) dias consecutivos.

II – Judicialmente, nos termos da legislação.

30.8 – A rescisão acarretará, de imediato, execução da garantia para ressarcimento ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas.

31. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

31.1 No julgamento das propostas será considerada vencedora a empresa que apresentar o menor preço global mensal, desde que atendidos os requisitos previstos neste Termo de Referência e mediante a apresentação da Planilha de Composição de Custos.

32. VIGÊNCIA DO CONTRATO

32.1 O prazo de vigência do contrato será de 05 (CINCO) anos, a contar da data de sua assinatura.

32.3 Após os primeiros 12(doze) meses, será efetuado análise quanto a vantagem econômica da continuidade do contrato e se os serviços foram prestados regularmente pela CONTRATADA.

33. VALORES DE REFERÊNCIA

33.1 O valor médio das propostas pesquisadas no Banco de Preços foi de **RS XXXXXX para postos de serviços gerais e R\$ XXXXXX para o posto de encarregado.**

33. 2 O valor mensal estimado para os 110 postos é de **RS XXXXXX**

33.3 O valor global estimado para a contratação dos serviços de auxiliar de serviços gerais e de encarregado é de **R\$ XXXXXXXX.**

34. ORÇAMENTO

34.1 Os recursos para dar cobertura à contratação decorrente desta licitação estão previstos na rubrica - **81.354-0 “DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS - Serviços de Limpeza-INSS-PJ”**, do orçamento de despesas do CONTRATANTE.

35. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

35.1 **COPAT** - Coordenadoria de Patrimônio e de Gestão de Serviços Terceirizados

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2022/001

ANEXO I-A

INFORMAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO POR ÁREA

Produtividades - IN - 05/2017	
Área Interna	1200
Área Externa	2700
Banheiros	300
Esquadria	380
Vidraçaria	160

UNIDADES PARÁ	METRAGEM (área real) (*)														CÁLCULO PRODUTIVIDADE POR ÁREA (**)					PRODUTI VIDADE Real (***)	QUANT. POSTOS m²	
	ÁREA INTERNA (m²)					ÁREA EXTERNA (m²)				ESQUADRIAS/JANELAS				VIDRA ÇARIA	ÁREA TOTAL	ÁREA DE PISO (m²)			FACHADAS (VIDROS)			
	PISOS FRIOS	ÁREAS c/ espaços livres (sagão, hall e salão)	ALMOXA RIFADO	BANHEI ROS	TOTAL ÁREA INTERNA	PISOS E PAVIMENTOS ADJACENTES	VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS	PATIOS E ÁREAS VERDES	TOTAL ÁREA EXTERNA	FACE EXTERNA SEM RISCO	FACE EXTERNA COM RISCO	FACE INTERNA	TOTAL ESQUA DRIAS			Produtivida de INTERNA	Produtivida de BANHEI ROS	Produtivida de EXTERNA	Produtividade ESQUA DRIAS			Produtividade VIDRAÇARIA
ABAETETU BA	526,78	478,00	33,37	15,41	1.053,56	0,00	131,35	0,00	131,35	31,61	13,12	31,61	76,34	11,65	1.272,90	0,88	0,05	0,00	0,00	0,04	0,97	1
ALENQUER	468,87	413,39	31,50	23,98	937,74	0,00	42,76	0,00	42,76	31,53	0,00	31,53	63,06	8,75	1.052,31	0,78	0,08	0,00	0,00	0,03	0,89	1
ALTAIRA	831,83	692,33	95,22	44,28	1.663,66	0,00	39,85	101,7 1	141,56	69,30	45,15	69,30	183,7 5	26,50	2.015,47	1,39	0,15	0,04	0,02	0,08	1,67	2
ANANINDE UA	459,98	429,30	9,42	21,26	919,96	0,00	0,00	0,00	0,00	7,36	0,00	7,36	14,72	21,50	956,18	0,77	0,07	0,00	0,00	0,07	0,90	2
ARMAZÉM GERAL	4.609,55	0,00	0,00	0,00	4.609,55	0,00	3.399,48	0,00	3.399,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.009,03	3,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3,84	5
BELÉM CENTRO	1.595,66	1.517,19	31,91	46,56	3.191,32	0,00	0,00	0,00	0,00	73,38	0,00	73,38	146,7 6	7,62	3.345,70	2,66	0,16	0,00	0,00	0,02	2,84	2
BELÉM PEDREIRA	827,06	729,22	70,77	27,07	1.654,12	0,00	0,00	0,00	0,00	52,02	0,00	52,02	104,0 4	11,64	1.769,80	1,38	0,09	0,00	0,00	0,04	1,51	2
BELÉM REDUTO	675,41	627,59	21,95	25,87	1.350,82	103,33	597,23	112,9 7	813,53	0,00	54,60	54,60	109,2 0	28,01	2.301,56	1,13	0,09	0,04	0,02	0,09	1,36	2
BRAGANÇ A	517,00	461,05	34,78	21,17	1.034,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,25	0,00	32,25	64,50	22,92	1.121,42	0,86	0,07	0,00	0,00	0,07	1,00	2
CAMETÁ	656,64	573,70	59,19	23,75	1.313,28	0,00	0,00	0,00	0,00	222,9 4	118,9 8	222,9 4	564,8 6	8,72	1.886,86	1,09	0,08	0,00	0,04	0,03	1,24	1
CANNAÁ CARAJÁS	405,22	369,28	21,14	14,80	810,44	0,00	256,97	2,23	259,20	44,42	0,00	44,42	88,84	12,90	1.171,38	0,68	0,05	0,00	0,00	0,04	0,77	1
CAPANEMA	488,78	425,63	44,88	18,27	977,56	0,00	179,31	0,00	179,31	32,79	8,20	32,79	73,78	13,32	1.243,97	0,81	0,06	0,00	0,00	0,04	0,92	1
CAPANHA L	557,91	494,68	39,59	23,64	1.115,82	0,00	623,15	55,31	678,46	96,00	0,00	96,00	192,0 0	10,95	1.997,23	0,93	0,08	0,02	0,00	0,03	1,06	1
CCRE I	401,15	15,33	0,00	89,16	505,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,60	54,60	109,2 0	28,01	642,85	0,42	0,30	0,00	0,02	0,09	0,83	1

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	771,78	708,43	25,38	37,97	1.543,56	0,00	0,00	0,00	0,00	146,61	81,27	146,61	374,49	18,40	1.936,45	1,29	0,13	0,00	0,03	0,06	1,50	2
DOM ELISEU	375,50	349,60	12,30	13,60	751,00	0,00	165,91	12,77	178,68	51,40	0,00	51,40	102,80	17,85	1.050,33	0,63	0,05	0,00	0,00	0,06	0,73	1
ELDORADO DOS CARAJÁS	269,82	246,76	11,90	11,16	539,64	0,00	14,93	0,00	14,93	30,94	6,85	30,94	68,73	14,02	637,32	0,45	0,04	0,00	0,00	0,04	0,53	1
ED. SEDE	23.997,34	0,00	479,95	719,92	25.197,21	0,00	237,70	50,87	288,57	0,00	1.988,00	1.988,00	3.976,00	0,00	29.461,78	21,00	2,40	0,02	0,70	0,00	24,11	47
ICOARACI	544,26	523,05	0,00	21,21	1.088,52	0,00	493,68	13,10	506,78	57,72	0,00	57,72	115,44	35,60	1.746,34	0,91	0,07	0,00	0,00	0,11	1,09	1
IGARAPÉ MIRI	335,11	293,96	11,50	29,65	670,22	0,00	0,00	22,26	22,26	38,82	0,00	38,82	77,64	26,50	796,62	0,56	0,10	0,01	0,00	0,08	0,75	1
ITAITUBA	395,73	358,49	23,51	13,73	791,46	0,00	657,07	64,24	721,31	45,50	0,00	45,50	91,00	29,65	1.633,42	0,66	0,05	0,02	0,00	0,09	0,82	1
JACUNDÁ	395,61	365,19	16,34	14,08	791,22	0,00	269,29	3,45	272,74	38,76	0,00	38,76	77,52	11,95	1.153,43	0,66	0,05	0,00	0,00	0,04	0,74	1
MARABÁ	518,77	431,13	68,96	18,68	1.037,54	0,00	130,48	1.282,05	1.412,53	47,30	0,00	47,30	94,60	17,25	2.561,92	0,86	0,06	0,47	0,00	0,05	1,46	2
MARABÁ CIDADE NOVA	413,94	390,23	14,80	8,91	827,88	0,00	180,00	536,84	716,84	73,93	0,00	73,93	147,86	22,72	1.715,30	0,69	0,03	0,20	0,00	0,07	0,99	1
MONTE ALEGRE	503,85	465,37	20,97	17,51	1.007,70	0,00	0,00	0,00	0,00	29,44	0,00	29,44	58,88	18,62	1.085,20	0,84	0,06	0,00	0,00	0,06	0,96	1
NOVO PROGRESSO	424,85	387,02	24,36	13,47	849,70	0,00	56,27	56,41	112,68	26,23	0,00	26,23	52,46	24,17	1.039,01	0,71	0,04	0,02	0,00	0,08	0,85	1
NOVO REPARTIMENTO	387,58	352,93	21,45	13,20	775,16	0,00	22,80	482,48	505,28	28,92	0,00	28,92	57,84	7,41	1.345,69	0,65	0,04	0,18	0,00	0,02	0,89	1
ÓBIDOS	404,59	367,43	18,90	18,26	809,18	230,32	119,31	34,15	383,78	26,86	0,00	26,86	53,72	27,07	1.273,75	0,67	0,06	0,01	0,00	0,08	0,83	1
PAA-PLACAS	254,31	227,91	8,23	18,17	508,62	0,00	100,90	282,33	383,23	28,68	0,00	28,68	57,36	19,62	968,83	0,42	0,06	0,10	0,00	0,06	0,65	1
PACAJÁ	425,59	387,98	15,31	22,30	851,18	0,00	222,74	0,00	222,74	40,14	0,00	40,14	80,28	34,92	1.189,12	0,71	0,07	0,00	0,00	0,11	0,89	1
PARAGOMINAS	459,26	432,27	13,08	13,91	918,52	0,00	0,00	0,00	0,00	19,95	0,00	19,95	39,90	13,00	971,42	0,77	0,05	0,00	0,00	0,04	0,85	1
PARAUAPEBAS	760,08	691,29	43,31	25,48	1.520,16	0,00	34,14	182,17	182,17	40,00	16,10	40,00	96,10	25,00	1.823,43	1,27	0,08	0,07	0,01	0,08	1,50	1
REDENÇÃO	640,01	586,29	32,87	20,85	1.280,02	0,00	89,12	29,63	118,75	26,97	12,00	26,97	65,94	13,60	1.478,31	1,07	0,07	0,01	0,00	0,04	1,19	1
RONDON DO PARÁ	443,00	415,90	13,03	14,07	886,00	0,00	104,55	156,70	261,25	39,57	0,00	39,57	79,14	29,62	1.256,01	0,74	0,05	0,06	0,00	0,09	0,94	1
RURÓPOLIS	423,41	359,81	45,60	18,00	846,82	0,00	152,52	15,04	167,56	54,22	0,00	54,22	108,44	16,10	1.138,92	0,71	0,06	0,01	0,00	0,05	0,82	1
SANTANA DO ARAGUAIA	424,35	404,52	6,50	13,33	848,70	0,00	0,00	39,36	39,36	25,31	10,50	25,31	61,12	15,50	964,68	0,71	0,04	0,01	0,00	0,05	0,82	1
SANTARÉM	539,34	503,84	0,00	35,50	1.078,68	115,35	0,00	899,18	1.014,53	55,40	0,00	55,40	110,80	28,07	2.232,08	0,90	0,12	0,33	0,00	0,09	1,44	2
SÃO FELIX DO XINGU	350,72	313,54	23,23	13,95	701,44	0,00	0,00	246,54	246,54	26,90	0,00	26,90	53,80	18,24	1.020,02	0,58	0,05	0,09	0,00	0,06	0,78	1
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	423,78	385,81	12,91	25,06	847,56	0,00	253,16	11,07	264,23	37,54	0,00	37,54	75,08	13,00	1.199,87	0,71	0,08	0,00	0,00	0,04	0,83	1
SITE BACKUP	448,28	448,88	0,00	0,00	896,56	0,00	2.097,15	0,00	2.097,15	44,77	0,00	44,77	89,54	0,00	3.083,25	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	2
SOURE	546,16	484,04	41,19	20,93	1.092,32	0,00	0,00	4,45	4,45	87,19	0,00	97,19	184,38	19,27	1.300,42	0,91	0,07	0,00	0,00	0,06	1,04	1

SUPER PA I	319,69	35,29	0,00	4,64	359,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,60	54,60	109,20	28,01	496,83	0,30	0,02	0,00	0,02	0,09	0,42	2
SUPER PA II	512,50	471,02	12,45	29,03	1.025,00	0,00	21,78	26,85	48,63	32,40	0,00	32,40	64,80	20,97	1.159,40	0,85	0,10	0,01	0,00	0,07	1,03	1
TAILÂNDIA	561,48	527,72	13,25	20,51	1.122,96	0,00	64,35	1,32	65,67	40,92	32,95	40,92	114,79	160,00	1.463,42	0,94	0,07	0,00	0,01	0,50	1,52	1
TOMÉ AÇU	492,69	439,77	29,82	23,10	985,38	0,00	0,00	0,00	0,00	50,25	0,00	32,24	82,49	27,93	1.095,80	0,82	0,08	0,00	0,00	0,09	0,99	1
TUCUMÃ	397,78	359,47	11,73	26,58	795,56	0,00	0,00	0,00	0,00	47,47	0,00	47,47	94,94	24,37	914,87	0,66	0,09	0,00	0,00	0,08	0,83	1
TUCURUI	545,70	500,56	32,00	13,14	1.091,40	0,00	98,34	771,72	870,06	64,41	12,25	64,41	141,07	21,22	2.123,75	0,91	0,04	0,29	0,00	0,07	1,31	1
URUARÁ	427,42	378,18	27,06	22,18	854,84	0,00	51,00	235,01	286,01	210,39	0,00	210,39	420,78	28,55	1.590,18	0,71	0,07	0,09	0,00	0,09	0,96	1
XINGUARA	401,08	367,12	19,88	14,08	802,16	0,00	306,00	198,52	504,52	34,95	0,00	34,95	69,90	10,05	1.386,63	0,67	0,05	0,07	0,00	0,03	0,82	1
TOTAL	52.557,20	21.186,89	1.645,49	1.741,38	77.130,96	449,00	11.179,15	5.930,73	17.558,88	2.343,46	2.509,17	4.487,25	9.339,88	1.050,74	105.080,46							110

(*) Área real para efeitos de composição de custos referente a materiais e equipamentos.

(**) Área ajustada para efeitos de precificação do custo da mão de obra e eventuais acréscimos, de acordo com a área padrão estipulada pelo Banco para atendimento ao Anexo VI-B, item 9, da IN nº 05/2017.

(***) A carga horária estimada pelo Banco poderá ser alterada pelo licitante, sendo esse dimensionamento de sua estrita responsabilidade. Caso entenda necessário, deverá vistoriar as Unidades do Banco antes da preparação da sua proposta.

OBSERVAÇÕES:

Para estimativa de quantidade de postos por área, foi feito o calculo $[(\text{área física em m}^2) / [\text{produtividade diária}]] * (\text{frequência no mês, em dias} / \text{dias úteis no mês})$, com o total de áreas internas, áreas externas e fachadas, considerando os índices máximos de produtividade, conforme as determinações do Anexo VI-B Serviço de Limpeza e Conservação da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para a área de Fachadas (Vidros) foi admitida a produtividade 380, por se tratar de área no térreo/primeiro piso, sem exposição à situação de risco e sem exigência de equipamentos especiais para execução dos serviços;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 2022/001**ANEXO I-B****RELAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA**

ITEM	PRODUTO
01	Ácido muriático, ou produto similar para limpeza de piso;
02	Água sanitária múltiplo uso;
03	Álcool 70% líquido;
04	Álcool etílico hidratado em gel – uso doméstico;
05	Álcool gel para mãos, 70% odor alcoólico e incolor;
06	Aspiradores de pó;
07	Balde plástico;
08	Bomba pulverizadora c/ gatilho p/ uso em limpeza;
09	Cera líquida incolor c/ perfume p/ piso paviflex, p/ uso c/ pano ou enceradeira;
10	Cera líquida incolor de carnaúba, p/ piso flexível tipo paviflex, p/ uso c/ enceradeira;
11	Cera líquida preta de carnaúba, p/ piso de borracha antiderrapante;
12	Desinfetante líquido p/ uso geral, com fragrância;
13	Desodorizador ou Odorizante de ambientes;
14	EPC – Equipamento de Proteção Coletiva;
15	EPI – Equipamento de Proteção Individual;
16	Escadas p/ limpeza de vidraças;
17	Espanador em fibra de tucum, p/ limpeza de móveis;
18	Esponja de lã de aço;
19	Esponja de limpeza dupla face;
20	Extensão monofásica de 20m;
21	Extensão trifásica de 20m;
22	Flanela p/ limpeza de móveis;
23	Higienizador sanitário líquido, com suporte;
24	Higienizador sanitário líquido, somente refil;
25	Limpa vidros e acrílicos c/ álcool;
26	Limpador instantâneo multiuso;
27	Limpador sanitário líquido, ação/poder germicida, embalagem c/ bico apropriado p/ borda interna do vaso;
28	Lustra móveis perfumado;
29	Luva de látex, natural forrada, antiderrapante, anatômica e resistente, tamanho pequeno;
30	Luva de látex, natural forrada, antiderrapante, anatômica e resistente, tamanho médio;
31	Luva de látex, natural forrada, antiderrapante, anatômica e resistente, tamanho grande;
32	Pá plástica p/ limpeza, com cabo roscado;
33	Pano atalhado (para uso na COPA);
34	Pano de chão em algodão p/ limpeza do piso;
35	Papel Higiênico - Branco, gofrado, fabricado com material puro (100% celulose virgem, admitindo-se até 30% de aparas virgens), inodoro, absorvente e resistente, hidrossolúvel, macio, rolo intermediário, de no mínimo 19g/m ² de gramatura e 10cm de largura, sendo o mesmo entre 300m e 530m de papel;
36	Papel Toalha – Boa qualidade, branco, interfolhado, de 2 ou 3 dobras, gofrado ou liso, fabricado com material puro (100% celulose virgem, admitindo-se até 30% de aparas virgens), inodoro, absorvente, maleável, biodegradável, embalagem econômica, resistente, macio, hidrossolúvel, gramatura de no mínimo 27g/m ² e tamanho mínimo de 21,00cm x 21,00cm;
37	Pedra sanitária ou Bloco limpador sanitário, com suporte;
38	Placas sinalizadoras (piso molhado, cuidado, etc.) e cones sinalizadores;
39	Polidor líquido p/ metais e cromados;
40	Rodo de base plástica, tamanho entre 38cm e 42cm, com cabo roscado;

41	Sabão de limpeza em pasta;
42	Sabão em pó;
43	Sabão neutro líquido pH 7,00 p/ lavagem de pisos;
44	Sabonete Líquido p/ mãos - Concentrado, cremoso, perolizado, pH fisiológico, agentes emolientes e hidratantes, com aroma suave, embalagem de 5 (cinco) litros;
45	Saco plástico para acondicionamento de lixo, capacidade para 15 ou 20 litros, preto, película virgem com espessura de no mínimo 0,03mm, com medidas a partir de 39cm largura x 49cm altura;
46	Saco plástico para acondicionamento de lixo, capacidade para 15 ou 20 litros, azul, película virgem com espessura de no mínimo 0,03mm, com medidas a partir de 39cm largura x 49cm altura;
47	Saco plástico para acondicionamento de lixo, capacidade para 200 litros, preto, película virgem com espessura de no mínimo 0,03mm, com medidas a partir de 83cm largura x 97cm altura;
48	Saco plástico para acondicionamento de lixo, capacidade para 200 litros, azul, película virgem com espessura de no mínimo 0,03mm, com medidas a partir de 83cm largura x 97cm altura;
49	Tela odorizadora de ambiente para mictório, composição PVC (policloreto de vinilina) e fragrância;
50	Vaselina líquida para limpeza;
51	Vassoura com extensor/espanador;
52	Vassoura em pêlo sintético, para sanitário, com cabo;
53	Vassoura reta, de pêlo sintético, base plástica, tamanho entre 38cm e 42cm, com cabo roscado;
54	Vassoura tipo leque, de pêlo sintético, base plástica, tamanho entre 27cm e 33cm, com cabo roscado;
55	Suportes/Dispensers de papel toalha, papel higiênico, sabonetes líquidos e álcool gel, quando necessário;
56	Lavadora de alta pressão; com pistões em cerâmica, válvula by-pass com stop total. Mangueira de entrada d'água: ½, tamanho 08 m; potência elétrica: (Watts/hp): 2600/13.5; pressão de trabalho: 1900/130; tensão de rede compatível com a localidade; vazão máxima de água: 500l/h, vazão de alimentação: 650/h; dimensão (c x l x a): 60 x 38 x 71; peso 23 kg.
57	Mangueira transparente ¾" camada interna e externa em PVC flexível, c/ suporte, de 50 m.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 2022/001**ANEXO I-C****SERVIÇOS DE LIMPEZA****PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativas.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1- MÓDULOS**MÃO DE OBRA****Mão de obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra	
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria Profissional
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data-Base da categoria (dia/mês/ano)

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo e posto de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O módulo refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 – 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota2: O adicional de férias Contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

SUBMÓDULO 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI-SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1% para o risco leve, de 2% para o risco médio e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

SUBMÓDULO 2.3 – Benefícios Mensais Diários

2.3	Benefícios Mensais Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	

C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado)

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor substituto que por ventura venha a cobrir o empregado nos casos de ausências Legais (submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2) a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do submódulo 2.2 sobre esse módulo.

SUBMÓDULO 4.1 – Ausências Legais

4.1	SUBSTITUTO DE AUSÊNCIAS LEGAIS	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	

D	Substituto na Cobertura de Férias	
E	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	
F	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	
Total		

Nota: As Alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

SUBMÓDULO 4.2 – Intrajornada

4.2	Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso e alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2

Quadro Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intrajornada	
Total		

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	Percentual %	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C1. Tributos Federais (especificar)		
	C2. Tributos Estaduais (especificar)		

	C.3 Tributos Municipais (especificar)		
Total			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2- QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B + C + D + E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

3- QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
N	Serviço N (indicar)	R\$		R\$		R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

4- QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
DESCRIÇÃO		VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida*	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato)	

Total	
--------------	--

Nota: Informar o valor da Unidade de medida por tipo de serviço

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 2022/001**ANEXO I-D****PLANILHA INFORMATIVA DE CUSTO DO MATERIAL**

(Somente para o CONTRATADO. Apresentar ao BANCO, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da assinatura do Contrato, conforme item 10.1)

1 - MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS						
ITEM	PRODUTO	TIPO/MODELO	MARCA	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 2022/001

ANEXO I-E

RELAÇÃO DOS EMPREGADOS DO CONTRATADO PARA O CONTRATO

NOME DA UNIDADE	CATÉGORIA PROFISSIONAL	NOME DO PRESTADOR	RG DO PRESTADOR	CPF DO PRESTADOR

Esta planilha deverá ser apresentada apenas pelo CONTRATADO, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da assinatura do Contrato.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 2022/001
ANEXO II

MODELO DE CARTA-PROPOSTA

REF. Pregão Eletrônico Nº 2022/001

1. PRONONENTE:
RAZÃO SOCIAL:
SEDE:
CNPJ:
TELEFONE/FAX:
ENDEREÇO:

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2022/001** e seus anexos.

2. PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Número de postos	Valor do posto estimado (R\$)	Valor mensal estimado (R\$)	Valor anual estimado (R\$)
01				
02				
VALOR TOTAL				

ATENÇÃO: PREENCHER CONFORME AS UNIDADES (Item 3.1 TR – ANEXO I)

3. Declaro que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 2022/001**.

4. Declaro que o prazo para entrega total dos cartões é de até 10 **(dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da O.S.

5. O prazo de validade desta proposta de preço é **de 90 (noventa) dias** consecutivos, a contar da data da sessão de abertura da licitação.

6. FORMA DE HABILITAÇÃO: assinalar com “X” a opção escolhida entre as oferecidas no **item 7** do Pregão Eletrônico Nº 2022/001:

a. Pelo SICAF ().

Local, de de 2022.

Representante Legal da licitante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2022/001**ANEXO III****MINUTA DE DECLARAÇÃO CONFORME ITEM 7.2.2. DO EDITAL**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/001

***** (nome completo da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº
*****, por intermédio do seu representante legal o Sr. *****, portado
da Carteira de Identidade nº *****/**-** e do CPF/MF nº *****,
DECLARA, sob as penas da lei, que não existe em seu quadro empregado do Banco da
Amazônia S. A. como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital com direito a voto
ou controlador, responsável técnico, representante comercial ou procurador.

***** (**), ** de ***** de 2022

Nome e identificação do declarante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2022/001**ANEXO IV****MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO TEOR
DO DECRETO Nº 7.203, DE 04.06.2010**

Para participar do **Pregão Eletrônico nº 2022/001**, cujo objeto é a Contratação dos serviços de limpeza e conservação, por área, com fornecimento de materiais e equipamentos, necessários à execução dos serviços nas Unidades do Banco da Amazônia localizadas no Estado do Pará, discriminadas no Anexo I deste Termo de Referência, a empresa ***** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.*/0001-**, sediada em ***** (UF), na Rua (Avenida etc) *****, nº *** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, SRª *****, portador(a) do RG nº *****-SSP/** e do CPF/MF nº **.***.***-**, abaixo assinado(a), **DECLARA** que: **a)** tem conhecimento do teor do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal; e **b)** em cumprimento ao citado decreto, não utilizará durante toda a vigência do contrato a ser firmado com o Banco da Amazônia S.A. mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no contratante.

***** (UF), ***** de 2022.

assinatura do(a) declarante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2022/001**ANEXO V****MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO LEI
DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

(Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”)

Para participar do Pregão Eletrônico nº 2022/001, cujo objeto é Contratação dos serviços de limpeza e conservação, por área, com fornecimento de materiais e equipamentos, necessários à execução dos serviços nas Unidades do Banco da Amazônia localizadas no Estado do Pará, conforme discriminadas no Anexo I deste Termo de Referência, a empresa ***** (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.***.*/0001-**, sediada em ***** (UF), na Rua (Avenida etc) *****, nº *** (endereço completo), por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) *****, portador(a) do RG nº *****-SSP/** e do CPF/MF nº **.***.***-**, abaixo assinado(a), **DECLARA** que:

a) tem conhecimento do teor *Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos*, que dispõe sobre as *normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira*; e

b) se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência do contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos no Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: **(i)** não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e **(ii)** adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

***** (UF), ***** de 2022.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/001**ANEXO VI****MINUTA DE DECLARAÇÃO CONFORME Art. 38 da Lei 13.303/2016****Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/001**

***** (nome completo da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº *****, por intermédio do seu representante legal o Sr. *****, portado da Carteira de Identidade nº *****/** e do CPF/MF nº *****,
DECLARA, nos termos do art. 38, da Lei nº 13.303/2016, sob as penas da lei que não existe em seu quadro administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado do Banco; que não se encontra suspensa pelo Banco; que não foi declarada inidônea pela União; que não é constituída por sócio de empresa que sofreu suspensão, impedimento ou tenha sido declarada inidônea; que o seu administrador não é sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea; que não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; que o seu administrador não foi sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

DECLARA, ainda, que está ciente da vedação à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante; a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente do Banco da Amazônia; de empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; de autoridade do ente público a que o Banco da Amazônia mista esteja vinculado; e de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Banco há menos de 6 (seis) meses.

***** (**), ** de ***** de 2022

Nome e identificação do declarante

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/001**ANEXO VII****MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL****MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL****Contrato nº 2022/*****

CONTRATO DE SERVIÇOS
....., PARA ATENDER AS
UNIDADES DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A.,
LOCALIZADAS NO ESTADO DO
******* QUE ENTRE SI FAZEM O**
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. E A EMPRESA

Por este instrumento particular de Contrato, em que são partes, de um lado, o Banco da Amazônia S.A., sociedade de economia mista, vinculado ao Governo Federal, com sede em Belém (PA), na Avenida Presidente Vargas, nº 800, Bairro Campina, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.902.979/0001-44, representado neste ato por seu Diretor de, Sr., (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº SSP/** e do CPF/MF nº-.., domiciliado e residente nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, com sede em (UF), na Rua (Avenida, Quadra etc), nº, Bairro, CEP: nº-..., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ..-.../0001-.., representada neste ato por seu (cargo), Sr(a) (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº/SSP-(UF) e do CPF/MF nº-.., doravante denominada **CONTRATADA**, por este instrumento e na melhor forma de direito, nos termos da decisão da Diretoria do **CONTRATANTE**, datada de ..-..-2020, ajustam o presente Contrato, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/001, sujeitando, ainda, as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17.07.2002; dos Decretos nºs 3.555, 08.08.2000, 10.024 de 20.09.2019 e 8.538, de 06.10.2015; da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e a Lei 13.303/16, de 30.06.2016 e suas alterações, bem como ao REGULAMENTO do Banco da Amazônia S/A.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a Contratação dos serviços de limpeza e conservação, por área, com fornecimento de materiais e equipamentos, necessários à execução dos serviços nas Unidades do Banco da Amazônia localizadas no Estado do Pará, em conformidade, condições, exigências, especificações técnicas e disposições previstas neste Contrato e no Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/001 e seus Anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO – A proposta da **CONTRATADA**, datada de ..-..-20xx, fica fazendo parte integrante deste Contrato.

DAS ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de acordo com as seguintes especificações:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do Banco da Amazônia S.A. localizadas no Estado do e o **CONTRATADO** deverá disponibilizar 109 (cento e nove) postos de auxiliar de serviços gerais e um (um) posto de encarregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Será adotada a relação de um encarregado para cada trinta serventes, nas dependências aonde essa relação exigir..

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **CONTRATADO** executará as tarefas no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura do contrato, mediante as condições previstas nos itens **17** e **18** deste Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços de limpeza, conservação e higienização serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada, observando a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local.

PARÁGRAFO QUINTO – Serão adotadas as produtividades máximas para os serviços de limpeza, conservação e higienização, consideradas para efeito de composição deste Termo de Referência de acordo com os parâmetros estabelecidos no Anexo VI-B da IN 05/2017 da SLTI/MPOG abaixo citados, que deverão atender integralmente as necessidades do Banco.

PARÁGRAFO SEXTO – Os Valores Limites referente a limpeza e conservação, observaram os seguintes índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, dentro dos seguintes parâmetros:

I - áreas internas com produtividade de 800 a 1200 m² (oitocentos a mil e duzentos metros quadrados);

II - áreas externas com produtividade de 1800 a 2.700 m² (mil e oitocentos a dois mil e setecentos metros quadrados);

III - esquadrias externas com produtividade de 300 a 380 m² (trezentos a trezentos e oitenta metros quadrados); e

IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 130 a 160 m² (cento e trinta a cento e sessenta metros quadrados).

PARÁGRAFO SÉTIMO – As áreas dos imóveis que necessitam dos serviços e limpeza, relacionadas na tabela abaixo, são aquelas atualmente utilizadas pelo **CONTRATANTE**, o que implica dizer que, outras poderão ser incluídas/excluídas ou, até mesmo as atuais serem aumentadas/reduzidas, de acordo com as necessidades que se apresentarem ao longo da vigência do Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - A **CONTRATADA** colocará à disposição do **CONTRATANTE** o quantitativo mínimo de auxiliar de serviços gerais – CBO-5143-20, de acordo com a produtividade mínima x tamanho da área e deverá considerar as peculiaridades locais das dependências, tais como: agência localizada em rua não pavimentada, lama e poeira intensa, fluxo intenso de pessoas, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados

ITEM	UNIDADES PARÁ-PA	METRAGEM (área real) (*)											
		ÁREA INTERNA (m²)				ÁREA EXTERNA (m²)			ESQUADRIAS/JANELAS (m²)		TOTAL ESQUADRIAS	VIDRAÇARIA	ÁREA TOTAL
		PISOS FRIOS	ÁREAS COM ESPAÇOS LIVRES (saguão, hall e salão)	ALMOXARIFADO	BANHEIROS	PISOS E PAVIMENTOS ADJACENTES	VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUEMENTOS	PATIOS E ÁREAS VERDES	ESQUADRIAS (1 lado)	ESQUADRIAS			
1	ABAETETUBA	526,78	478,00	33,37	15,41	0,00	131,35	0,00	31,61	13,12	31,61	11,65	1.272,90
2	ALENQUER	468,87	413,39	31,50	23,98	0,00	42,76	0,00	31,53	0,00	31,53	8,75	1.052,31
3	ALTAMIRA	831,83	692,33	95,22	44,28	0,00	39,85	101,71	69,30	45,15	69,30	26,50	2.015,47

4	ANANIND EUA	459,98	429,30	9,42	21,26	0,00	0,00	0,00	7,36	0,00	7,36	21,50	956,18
5	ARMAZÉ M GERAL	4.609,55	0,00	0,00	0,00	0,00	3.399,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.009,03
6	BELÉM- CENTRO	1.595,66	1.517,19	31,91	46,56	0,00	0,00	0,00	73,38	0,00	73,38	7,62	3.345,70
7	BELÉM PEDREIR A	827,06	729,22	70,77	27,07	0,00	0,00	0,00	52,02	0,00	52,02	11,64	1.769,80
8	BELÉM REDUTO	675,41	627,59	21,95	25,87	103,33	597,23	112,97	0,00	54,60	54,60	28,01	2.301,56
9	BRAGAN ÇA	517,00	461,05	34,78	21,17	0,00	0,00	0,00	32,25	0,00	32,25	22,92	1.121,42
10	CAMETÁ	656,64	573,70	59,19	23,75	0,00	0,00	0,00	222,94	118,98	222,94	8,72	1.886,86
11	CANAÁ DOS CARAJÁ S	405,22	369,28	21,14	14,80	0,00	256,97	2,23	44,42	0,00	44,42	12,90	1.171,38
12	CAPANE MA	488,78	425,63	44,88	18,27	0,00	179,31	0,00	32,79	8,20	32,79	13,32	1.243,97
13	CASTAN HAL	557,91	494,68	39,59	23,64	0,00	623,15	55,31	96,00	0,00	96,00	10,95	1.997,23
14	CCRE I	401,15	15,33	0,00	89,16	0,00	0,00	0,00	0,00	54,60	54,60	28,01	642,85
15	CONCEIÇ ÃO DO ARAGUA I	771,78	708,43	25,38	37,97	0,00	0,00	0,00	146,61	81,27	146,61	18,40	1.936,45
16	DOM ELISEU	375,50	349,60	12,30	13,60	0,00	165,91	12,77	51,40	0,00	51,40	17,85	1.050,33
17	ELDORA DO DOS CARAJÁ S	269,82	246,76	11,90	11,16	0,00	14,93	0,00	30,94	6,85	30,94	14,02	637,32
18	ED. SEDE	23.997,3 4	0,00	479,95	719,92	0,00	237,70	50,87	0,00	1.988,00	1.988,00	0,00	29.461,78
19	ICOARAC I	544,26	523,05	0,00	21,21	0,00	493,68	13,10	57,72	0,00	57,72	35,60	1.746,34
20	IGARAPÉ MIRI	335,11	293,96	11,50	29,65	0,00	0,00	22,26	38,82	0,00	38,82	26,50	796,62
21	ITAITUBA	395,73	358,49	23,51	13,73	0,00	657,07	64,24	45,50	0,00	45,50	29,65	1.633,42
22	JACUND Á	395,61	365,19	16,34	14,08	0,00	269,29	3,45	38,76	0,00	38,76	11,95	1.153,43
23	MARABÁ	518,77	431,13	68,96	18,68	0,00	130,48	1.282,05	47,30	0,00	47,30	17,25	2.561,92
24	MARABÁ CIDADE NOVA	413,94	390,23	14,80	8,91	0,00	180,00	536,84	73,93	0,00	73,93	22,72	1.715,30
25	MONTE ALEGRE	503,85	465,37	20,97	17,51	0,00	0,00	0,00	29,44	0,00	29,44	18,62	1.085,20
26	NOVO PROGRE SSO	424,85	387,02	24,36	13,47	0,00	56,27	56,41	26,23	0,00	26,23	24,17	1.039,01
27	NOVO REPARTI MENTO	387,58	352,93	21,45	13,20	0,00	22,80	482,48	28,92	0,00	28,92	7,41	1.345,69
28	ÓBIDOS	404,59	367,43	18,90	18,26	230,32	119,31	34,15	26,86	0,00	26,86	27,07	1.273,75
29	PAA PLACAS	254,31	227,91	8,23	18,17	0,00	100,90	282,33	28,68	0,00	28,68	19,62	968,83
30	PACAJÁ	425,59	387,98	15,31	22,30	0,00	222,74	0,00	40,14	0,00	40,14	34,92	1.189,12
31	PARAGO MINAS	459,26	432,27	13,08	13,91	0,00	0,00	0,00	19,95	0,00	19,95	13,00	971,42
32	PARAUA PEBAS	760,08	691,29	43,31	25,48	0,00	34,14	182,17	40,00	16,10	40,00	25,00	1.823,43
33	REDENÇ ÃO	640,01	586,29	32,87	20,85	0,00	89,12	29,63	26,97	12,00	26,97	13,60	1.478,31
34	RONDON DO PARÁ	443,00	415,90	13,03	14,07	0,00	104,55	156,70	39,57	0,00	39,57	29,62	1.256,01
35	RURÓPO LIS	423,41	359,81	45,60	18,00	0,00	152,52	15,04	54,22	0,00	54,22	16,10	1.138,92
36	SANTAN A DO ARAGUA I	424,35	404,52	6,50	13,33	0,00	0,00	39,36	25,31	10,50	25,31	15,50	964,68
37	SANTAR ÉM	539,34	503,84	0,00	35,50	115,35	0,00	899,18	55,40	0,00	55,40	28,07	2.232,08

38	SÃO FÉLIX DO XINGU	350,72	313,54	23,23	13,95	0,00	0,00	246,54	26,90	0,00	26,90	18,24	1.020,02
39	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	423,78	385,81	12,91	25,06	0,00	253,16	11,07	37,54	0,00	37,54	13,00	1.199,87
40	SITE BACKUP	448,28	448,28	0,00	0,00	0,00	2.097,15	0,00	44,77	0,00	44,77	0,00	3.083,25
41	SOURCE	546,16	484,04	41,19	20,93	0,00	0,00	4,45	87,19	0,00	97,19	19,27	1.300,42
42	SUPER PA I	319,69	35,29	0,00	4,64	0,00	0,00	0,00	0,00	54,60	54,60	28,01	496,83
43	SUPER PA II	512,50	471,02	12,45	29,03	0,00	21,78	26,85	32,40	0,00	32,40	20,97	1.159,40
44	TAILÂNDIA	561,48	527,72	13,25	20,51	0,00	64,35	1,32	40,92	32,95	40,92	160,00	1.463,42
45	TOMÉ AÇU	492,69	439,77	29,82	23,10	0,00	0,00	0,00	50,25	0,00	32,24	27,93	1.095,80
46	TUCUMÃ	397,78	359,47	11,73	26,58	0,00	0,00	0,00	47,47	0,00	47,47	24,37	914,87
47	TUCURUÍ	545,70	500,56	32,00	13,14	0,00	98,34	771,72	64,41	12,25	64,41	21,22	2.123,75
48	URUARÁ	427,42	378,18	27,06	22,18	0,00	51,00	235,01	210,39	0,00	210,39	28,55	1.590,18
49	XINGUARA	401,08	367,12	19,88	14,08	0,00	306,00	198,52	34,95	0,00	34,95	10,05	1.386,63
	TOTAL	52.557,20	21.186,89	1.645,49	1.741,38	449,00	11.179,15	5.930,73	2.343,46	2.509,17	4.487,25	1.050,74	105.080,46

DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços serão prestados pela **CONTRATADA** nas Agências do **CONTRATANTE**, localizadas no **Estado do**, discriminadas abaixo, em conformidade com as especificações técnicas e exigências deste Contrato e do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 2022/001** e seus Anexos que o integram e complementam e conforme planilhas abaixo:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO	CEP	TELEFONE
1	ABAETETUBA	Av. Dom Pedro II, nº 270 , Centro	66.440-000	(91) 37511629 / 1204
2	ALENQUER	Trav. Lauro Sodré, nº 740 - Aningal	68.200-000	(93) 3526-1473 / 1352
3	ALTAMIRA	Trav. Agrário Cavalcante, nº 526 - Centro	68.371-159	(93) 3515-1072/1291/1839
4	ANANINDEUA	Rodovia Br 316 Km 08 Edifício Pleno Sobreloja - Centro	67.030-007	(91) 3073-3200
5	ARMAZÉM GERAL-BELÉM	Rua Municipalidade nº 487, Reduto	66053-180	(91) 4008-79056
6	BELÉM CENTRO	Av. Presidente Vargas, nº 800, Campina	66.017-901	(91) 4008-2440
7	BELÉM PEDREIRA	Av. Pedro Miranda, nº 979, Pedreira	66.085-022	(91) 3039-3056
8	BELÉM REDUTO	Tv. Almirante Wandenkolk, nº 175 - Umarizal	66.055-030	(91) 3224-9870
9	BRAGANÇA	Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 285- Centro	68.600-000	(91) 3425-2001 / 2129
10	CAMETÁ	Rua Coronel Raimundo Leão, nº 824 - Centro	68.400-000	(91) 3781-1177 / 1234 / 1239
11	CANAÃ DOS CARAJÁS	Av. Weyne Cavalcante, S/N - Centro	68.537-000	6 (94) 3358-1370
12	CAPANEMA	Av. Barão de Capanema, nº 1364 - Centro	68.700-005	(91) 3462-1529 / 1579 / 1629
13	CASTANHAL	Av. Barão do Rio Branco, nº 2612 - Centro	68.743-050	(91) 3311-1141 / 1191

14	CENTRAL DE CRÉDITO	Tv. Almirante Wandenkolk, nº 175 - Umarizal	66.055-030	(91)98341-9245
15	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Av. 7 de Setembro, nº 842 - Centro	68.540-000	(94) 3421-1347 / 1271 / 1421
16	DOM ELISEU	Av. JK, Esquina com Rua Belém, nº 366 -Centro	68.633-970	(94) 3335-1184 / 1169
17	ELDORADO DOS CARAJÁS	Rua Jacarandá, nº 04 Centro	68.524-000	(94) 3315-1278 / 1244
18	EDIFÍCIO SEDE	Av. Presidente Vargas, nº 800, Campina	66.017-901	40083969
19	ICORACI	Rua Manoel Barata, nº 660 - Centro	68.810-100	(91) 3344-4019/ 3227- 2516
20	IGARAPÉ MIRI	Trav. Quintino Bocaiúva, nº 227 - Centro	68.430-000	(91) 3755-1226 / 1231/1244
21	ITAITUBA	Trav. Quinze de agosto, nº 149 - Centro	68.180-610	(93) 3518-1430 / 1117 / 3677
22	JACUNDÁ	Rua Bianor Paixão, nº 25 - Centro	68.590-000	(94) 3345-3115
23	MARABÁ	Folha CSI-31, VCI-1, Lotes 53/57 - Nova Marabá	68.508-970	(94) 2101-3900/3901/ 3911/
24	MARABÁ CIDADE NOVA	Av. Transamazônica, nº 2180 - Cidade Nova	68.501-660	(94)2103-9001/9002/9003
25	MONTE ALEGRE	Praça Tiradentes, S/N – Cidade Baixa	68.220-000	(93) 3533-1219 / 1224
26	NOVO PROGRESSO	Av. Jamanxim, nº192 - Rui Pires de Lima	68.193-000	7 (93)3528-1147/ 1148/ 1462
27	NOVO REPARTIMENTO	Rua Arara, nº 04 - Uirapuru	68.473-000	3 (94) 3785-0060
28	ÓBIDOS	Rua Doutor Picanço Diniz, nº 581 - Centro	68.250-000	(93) 3547-1246 / 1004 / 1241 / 1811
29	PAA-PLACAS	Travessa Boa Esperança, 100 - Centro	68.138-000	(93) 3552-1356
30	PACAJÁ	Rua 13 de Abril, 151 - Centro	68.485-000	6 (91) 4008-2706
31	PARAGOMINAS	Praça Célio Miranda, nº 350 - Centro	68.625-050	(91)3729-3155
32	PARAUPEBAS	Rua E, QD 45, nº 417, lotes 25, 26 e 27 -Cidade Nova	68.515-000	(94) 3356-1350 /1306 / 1188
33	REDENÇÃO	Av. Brasil, nº 349 - Lote 5 Quadra 35 -Núcleo Urbano Centro	68.550-005	(94) 3424-3822/ 8253
34	RONDON DO PARÁ	Rua Gonçalves Dias, S/N - Centro	68.638-000	5 (94) 3326-2494
35	RURÓPOLIS	Av. Presidente Médici, nº 484 - Centro	68.165-000	(93) 3543-1109 1090/1121
36	SANTANA DO ARAGUAIA	Av. Zeca Abreu s/nº Quadra 13 Lote 8 -Centro	68.560-000	(94) 3431-3375/ 3326
37	SANTARÉM	Tv. Nazaré, nº 75- A - Praça São Sebastião - Prainha	68.005-530	9 (93) 2101-2213
38	SÃO FELIX DO XINGU	Av. Goiás, nº 1359 - Centro	68.380-000	(94) 3435-1258 / 1248
39	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	Av. Tancredo de Almeida Neves S/N - Zona 02, quadra 12 - Perpetuo Socorro	68.660-000	(91) 3446-1367 / 1362
40	SITE BACKUP	BR 316, KM 02 – Atalaia - Ananindeua-PA	67.010-000	(91) 3073-3200
41	SOURE	Quarta Rua, nº 1467 - Centro	68.870-000	(91) 3741-1346/1332/1225
42	SUPER PA I	Tv. Almirante Wandenkolk, nº 175, Umarizal	66.055-030	(91) 4008-2470

43	SUPER PA II	Tv. Nazaré, nº 75- A - Praça São Sebastião - Prainha	68.005-530	(91) 523-2898 / 2755 522-2563 /
44	TAILÂNDIA	Tv. São Félix, S/N - Centro	68.695-000	(91) 3752-3314/3408
45	TOMÉ AÇU	Rodovia Dionísio Bentes, nº 445, Quatro Bocas - Centro	68.680-000	(91) 3734-1116/3727
46	TUCUMÃ	Av. Pará, S/N - Esquina com Av. Brasil -Centro	68.385-000	(94) 3433-9530/9488/9477
47	TUCURUI	Rua Lauro Sodré, nº 636 - São José	68.456-000	(94) 3787-1485/1486/ 1535
48	URUARÁ	Av. Ângelo Debiase, nº 69 - Centro	68.140-000	(93) 3532-2933 / 2944 / 2955
49	XINGUARA	Av. Xingu, S/N - Lotes 04 e 05 - Centro	68.555-011	(94) 3426-1027/1028/1029

DO PREÇO

CLÁUSULA QUARTA - O valor global mensal deste Contrato é de R\$ ***.***,** (*****), de acordo com a carta-proposta de preços da **CONTRATADA**, datada de **.**.2022, apresentada no Pregão Eletrônico Nº 2022/001, que é parte integrante deste Contrato como se nele estivesse transcrita.

PARÁGRAFO ÚNICO - O preço indicado no caput desta CLÁUSULA inclui todos os custos que incidem sobre a contratação, na forma do Edital e seus Anexos do Pregão Eletrônico Nº 2022/001.

DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUINTA – Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA, o valor contratado poderá ser repactuado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação contado da seguinte forma:

- I. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- II. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços, conforme **ANEXO III** deste Termo de Referência, que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os preços dos insumos e materiais serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, contados da data da proposta, salvo os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, que serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data em que ocorrer a repactuação da mão de obra.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para os demais custos sujeitos à variação de preços de mercado, a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital do Pregão Eletrônico.

PARÁGRAFO QUARTO - O pedido de repactuação será acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, de acordo com a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, e do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fundamente a repactuação.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta/orçamento e o momento do pedido de repactuação, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global, então vigente.

PARÁGRAFO SEXTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

PARÁGRAFO NONO - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

PARÁGRAFO DÉCIMO - Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Quando a repactuação se referir aos demais custos, a Contratada demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

- I. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II. as particularidades do contrato em vigência;
- III. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- IV. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- V. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- II. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- III. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas através de Termo Aditivo ao Contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - O CONTRATANTE disporá de 60 (sessenta) dias para a decisão sobre o pedido de repactuação, contados a partir da solicitação e da entrega de comprovantes de variação de custos. O prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada.

DOS PAGAMENTOS

CLÁUSULA SEXTA – Os pagamentos serão realizados pelo CONTRATANTE, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, preferencialmente em Agência do Banco da Amazônia, nos dias 05 (cinco), 15 (quinze) ou 25 (vinte e cinco), desde que a CONTRATADA efetive a entrega das Notas Fiscais e Faturas discriminativas com 10 (dez) dias de antecedência da data prevista para pagamento e após a conferência e confirmação da entrega do serviço devidamente comprovado através do Termo Circunstanciado de Recebimento de Serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a CONTRATADA opte pelo recebimento em conta corrente mantida em outra instituição financeira, ser-lhe-á cobrado o valor da tarifa TED correspondente ao da tabela de tarifas e serviços praticados pelo Banco, sendo que esse valor será de responsabilidade da CONTRATADA, e deduzido do valor do crédito a ser enviado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será automaticamente transferido para o dia útil subsequente, caso não haja expediente no CONTRATANTE nas datas previstas para tal. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura implicará a transferência automática do pagamento para próxima data dentre as acima abordadas, sem qualquer acréscimo financeiro contra o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de atraso no pagamento por parte do CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de encargos financeiros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados "pro-rata die" até o dia do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento, devendo constar no seu corpo:

- a) A identificação completa do CONTRATANTE, bem como o número do Contrato;
- b) Os valores referentes às retenções obrigatórias de tributos, devidamente destacados;
- c) Descrição detalhada de todos os itens que compõem o objeto licitado, de forma clara, indicando, inclusive, se for o caso, os valores unitários e totais e o período a que se refere;
- d) O CNPJ constante da Nota Fiscal e de todos os documentos dos quais deva constar deverá ser o mesmo indicado no preâmbulo do Contrato e na proposta comercial da CONTRATADA;
- e) O CNPJ do CONTRATANTE, constante da Nota Fiscal/Fatura, deverá ser o CNPJ do local da prestação dos serviços, face à necessidade do repasse ao ISS às respectivas Prefeituras.

PARÁGRAFO QUINTO - As Notas Fiscais não aprovadas pelo CONTRATANTE serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções ou apresentação de documentos, inclusive os relativos às retenções legais, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos a partir da sua reapresentação, e devidamente corrigidas.

PARÁGRAFO SEXTO - A devolução de Nota Fiscal/Fatura não aprovada pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados, não poderá estar vinculado ao recebimento correspondente aos serviços prestados ao CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá efetuar os pagamentos dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, e fornecer até o último dia útil do mês o auxílio-alimentação e vale-transporte correspondente ao mês seguinte, independente do pagamento da Fatura pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO - Será considerada falta grave e compreendida como falha na execução contratual, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale transporte e do auxílio alimentação (**ou feitos estes com atraso**), o que dará ensejo à rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar com o CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para efeito de pagamento mensal, a CONTRATADA deverá enviar para o Ed Sede do Banco da Amazônia - Gerência de Executiva de Patrimônio Logística Contratações e Gestão de Contratos, Av. Presidente Vargas, nº 800, 2º andar, Bloco B, Campina, Belém-PA, juntamente com as notas fiscais/faturas, a documentação abaixo relacionada, devidamente atualizada:

- I. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e Certidão de Regularidade junto à Fazenda Municipal;
- II. Folha de Pagamento Analítica, **referente ao mês da prestação dos serviços**, na qual constem todos os empregados que atuaram junto ao CONTRATANTE, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante;
- III. No mês em que houver pagamento de alguma parcela referente ao 13º salário, a contratada deverá apresentar também a folha de pagamento do benefício acompanhada do respectivo comprovante de pagamento;
- IV. Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, do auxílio alimentação e do vale transporte de todos os empregados que atuaram nas dependências do CONTRATANTE, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês subsequente a prestação do serviço;
- V. Caso algum empregado opte por não receber o vale transporte, o CONTRATADO deverá apresentar, junto com a documentação no mesmo mês da não opção, declaração específica devidamente datada e assinada pelo empregado.
- VI. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:
- VII. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo “Nº Arquivo” dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios refiram-se ao protocolo de envio;
- VIII. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP-RE que conste todos os empregados que prestaram serviço no Banco da Amazônia, inclusive substitutos;
- IX. Cópia da relação de Trabalhadores/Obras-RET do Banco da Amazônia, do resumo da empresa e de eventuais tomadores em que constem trabalhadores que atuaram como substituto nas dependências do CONTRATANTE no mês de competência;
- X. Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP- Tomador/Obra;
- XI. Cópia do comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;
- XII. Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o

recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado no Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos; e

- XIII. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GEFIP.
- XIV. A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Quando ocorrer admissão ou demissão de pessoal, será necessário o encaminhamento dos exames médicos admissionais e demissionais dos empregados, das cópias das carteiras de trabalho com os registros feitos pela empresa e, nos casos de demissão, dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, das notificações de aviso prévio, da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento do FGTS Rescisório e do extrato atualizado do FGTS, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os Termos de Rescisão entregues ao CONTRATANTE deverão estar acompanhados dos comprovantes de pagamento de verbas rescisórias, caso o empregado não tenha recebido as verbas por ocasião da lavratura do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, e conter a assinatura do empregado e do empregador;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Quando exigível, os Termos de Rescisão deverão estar homologados pelo sindicato que assiste a categoria profissional do trabalhador.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Nos casos de remanejamento de empregados para prestação de serviços em outros órgãos ou para a Administração da empresa, deverá ser encaminhada a folha de pagamento e a RE do Arquivo SEFIP relativos ao novo tomador ou à administração do CONTRATADO, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Por ocasião de férias de empregado, deverá ser encaminhado o respectivo aviso e o comprovante de quitação ao trabalhador, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de dezembro de cada ano, o CONTRATADO deverá apresentar a GPS (Guia da Previdência Social) da competência 13 do respectivo ano.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de janeiro de cada ano, o CONTRATADO deverá apresentar a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) da competência 13 do ano anterior, cujo valor corresponda à GPS competência 13 apresentada com a nota fiscal de dezembro do ano anterior.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As documentações descritas nos subitens 25.11 e 25.11.5 a 25.11.7 acima deverá ser apresentada até, no máximo, o dia 25 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mesmo que a empresa ainda não tenha emitido a nota fiscal referente ao período.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não forem honradas pela Contratada, conforme Acórdão TCU nº 1.214/2013 - Plenário.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Atestado de optante pelo SIMPLES (Anexo IV da Instrução Normativa SRF n.º 480, de 15 de dezembro de 2004), e for o caso.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - O CNPJ constante da Nota Fiscal e de todos os documentos dos quais deva constar deverá ser o mesmo indicado no preâmbulo do Contrato e na proposta comercial do CONTRATADO.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - O CNPJ do CONTRATANTE, constante da nota fiscal/fatura, deverá ser o CNPJ do local da prestação dos serviços, face à necessidade do repasse ao ISS às respectivas Prefeituras.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - A Nota Fiscal, para efeito de recolhimento de ISS, deve ser emitida em nome da Unidade do local da prestação dos serviços do **CONTRATANTE**, emitida sem rasuras, com as informações a seguir, e para efeito de pagamento deverá ser entregue no endereço abaixo:

Banco da Amazônia S.A.		Endereço para entrega da Nota Fiscal			
Seq.	Estado	Endereço	Município	UF	CEP
01	Pará	Av. Presidente Vargas, 800	Belém	PA	66.017-901

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - A não apresentação dos documentos referidos no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO desta CLÁUSULA SEXTA poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão deste contrato, sem que caiba à **CONTRATADA** o direito a qualquer indenização.

DO ORÇAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA - Os pagamentos objeto deste contrato serão levados a débito da rubrica 81.354-0 "DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS - Serviços de Limpeza-INSS-PJ", do orçamento de despesas/2022 do **CONTRATANTE**.

DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA OITAVA - Para garantia do fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na modalidade nos termos do arts 68 ao 70 da Lei nº 13.303, de 30.06.2016..

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia oferecida pela CONTRATADA ao CONTRATANTE qualquer que seja a modalidade escolhida, visa assegurar o cumprimento tanto do objetivo contratado, quanto das obrigações acessórias, inclusive trabalhistas, Previdenciárias, Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato, Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA, Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas pela Fiscalização à CONTRATADA;
- III. Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de Caução em Dinheiro, o valor depositado será administrado pelo CONTRATANTE em conta específica no Banco da Amazônia, com correção monetária e devolvido à CONTRATADA no término do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso da CONTRATADA optar pela modalidade de Seguro Garantia ou de Fiança Bancária, o CONTRATANTE deverá ser indicado como beneficiário e

deverá assegurar o pagamento de todas as obrigações contratuais previstas, sua validade será de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, com previsão expressa de que a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso da Fiança Bancária deverão constar do instrumento os seguintes requisitos:

- I. Prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato;
- II. Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento, ao CONTRATANTE, dos prejuízos por este sofridos, em razão do descumprimento das obrigações da CONTRATADA, independente de interpelação judicial;
- III. Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.
- IV. A garantia na modalidade Fiança Bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante no **Anexo IV** do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEXTO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

PARÁGRAFO OITAVO - O bloqueio efetuado com base no **PARÁGRAFO SÉTIMO** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **PARÁGRAFO SÉTIMO** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Será considerada extinta a garantia:

- I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- II. Com a extinção do contrato;
- III. Isenção de responsabilidade da garantia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Caso fortuito ou força maior;
- II. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

III. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

IV. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens I E IV do parágrafo DÉCIMO QUINTO, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo Contratante à Contratada e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A CONTRATADA obriga-se a apresentar nova apólice, até 5 (cinco) dias úteis após o vencimento da anterior e a comprovar o pagamento do prêmio respectivo, até 2 (dois) dias úteis após o seu vencimento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Caso ocorra o vencimento da garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá providenciar de imediato a sua renovação sob pena de suspensão do pagamento devido contratualmente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A qualquer tempo, mediante prévia comunicação (com prazo mínimo de 30 dias de antecedência) ao CONTRATANTE, poderá solicitar a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Termo de Referência e após anuência do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Na hipótese de alteração do valor contratado, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, garantia complementar ajustada a nova situação nos termos deste título.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização Técnica do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA até que seja aceita, pelo CONTRATANTE, a garantia de que trata este título.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Rescindido o presente Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia oferecida será executada em favor do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - A garantia deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência do Contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação e/ou repactuação do objeto deste certame.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

b) com a extinção do Contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - A garantia nas modalidades de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, somente será devolvida à CONTRATADA após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do término ou rescisão do contrato, desde que devidamente comprovado que não há pendências envolvendo direitos trabalhistas dos empregados abrangidos pelo contrato encerrado, inclusive quanto às verbas rescisórias, mediante expressa autorização do CONTRATANTE.

DA VIGÊNCIA DESTE CONTRATO

CLÁUSULA NONA - Este Contrato terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após os primeiros 12(doze) meses, será efetuado análise quanto a vantagem econômica da continuidade do contrato e se os serviços foram prestados regularmente pela CONTRATADA.

DO HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA – A empresa deverá prestar os serviços, no quantitativo de 44 horas semanais, que serão realizadas preferencialmente de segunda a sexta-feira, no período de 7 às 18 horas, sendo observada a carga horária de 8 (oito) horas, com intervalo de mínimo de 01 (uma) hora para almoço, não computada no horário de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de não haver prestação de serviço aos sábados, as 04 horas de serviço deverão ser realizadas ao longo da semana.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A FISCALIZAÇÃO do Banco e a CONTRATADA estabelecerão escalas para a execução de tarefas, preservada a jornada laboral de cada empregado e garantida à execução de todos os serviços contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso seja necessário, e a critério do CONTRATANTE, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente à CONTRATADA, observando-se o horário limite até as 22 (vinte e duas) horas, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida por posto.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa deverá apresentar mensalmente comprovante de registro de Banco de Horas ou do pagamento das horas-extras, quando houver necessidade de prestação de serviços com carga horária mensal que ultrapasse às 220 horas, assim como o pagamento de adicional noturno se houver prestação de serviços após as 22 horas, até às 05 horas da manhã do dia seguinte.

PARÁGRAFO QUINTO - As jornadas de trabalho, sempre que possível, deverão anteceder ou suceder a dos servidores nas unidades do Banco, de forma a evitar que a execução dos serviços interfira no atendimento de terceiros e/ou nas atividades internas das respectivas unidades.

PARÁGRAFO SEXTO - A Fiscalização do CONTRATANTE e a CONTRATADA estabelecerão escalas para a execução de tarefas, preservada a jornada laboral de cada empregado e garantida à execução de todos os serviços contratados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As horas extras serão acrescidas dos percentuais previstos em lei

PARÁGRAFO OITAVO - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do CONTRATADO e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRMEIRA – O fornecimento dos materiais de limpeza são de inteira responsabilidade do CONTRATADO, não sendo permitida a remessa do valor mensal estipulado na proposta, para que os empregados do CONTRATANTE efetuem a aquisição dos materiais de limpeza.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O CONTRATADO deverá utilizar materiais de primeira qualidade, que deverão ser entregues mensalmente nas unidades do CONTRATANTE, localizadas no Estado do Maranhão-MA, em quantidade suficiente, que garantam a permanente execução dos serviços, respeitada a capacidade das áreas indicadas pelo CONTRATANTE conforme relação estipulada, que se encontra definida no ANEXO II deste Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO -Os materiais, cujo recebimento deverá ser atestado pela Administração, deverão ser entregues, nas unidades do CONTRATANTE, acompanhados de cópia das notas fiscais ou de qualquer outro documento pertinente, em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que deverão atender a legislação vigente e órgãos fiscalizadores, sendo aceito preferencialmente os materiais biodegradáveis, atendendo a critérios socioambientais e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com Art. 27, § 2º da Lei nº 13.303/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO -Fornecer material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade e embalagens originais de fábrica ou de comercialização, inofensivos ao ser humano e ao meio ambiente, que não causem danos a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e todas as demais instalações das dependências do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO -A boa qualidade dos produtos de higiene, limpeza e conservação e prazos de validade devem ser verificados, periodicamente, pelo CONTRATADO e comprovados ao Banco.

PARÁGRAFO QUINTO -Comunicar, previamente ao CONTRATANTE, eventual necessidade de substituição de material de limpeza especificado, devidamente justificado, cujo produto para reposição deve ser aprovado pela Administração, cessando a sua remessa tão logo normalize a causa impeditiva.

PARÁGRAFO SEXTO -Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Utilização de produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

PARÁGRAFO OITAVO -A inclusão de dispensers de papel toalha, papel higiênico, sabonetes líquidos e álcool gel, quando necessário; ou a substituição por outros modelos ou marcas não constituirá alteração contratual, obrigando-se o CONTRATADO a fornecer o material adequado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação da fiscalização.

PARÁGRAFO NONO -Os dispensers deverão ser de material plástico resistente a alto impacto e caberá ao CONTRATADO instalar e efetuar as revisões periódicas, para mantê-los em perfeitas condições de uso, sem ônus para o CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO -O CONTRATADO deverá fornecer equipamentos de limpeza de primeira qualidade, novos, de primeiro uso, na ocasião do início do contrato, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações do CONTRATANTE e à prestação dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os custos decorrentes da aquisição dos Materiais e Equipamentos, para execução dos serviços, deverão ser demonstrados na ocasião da apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, para constatação da exequibilidade do contrato diante dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO -A relação mínima dos equipamentos de limpeza se encontra definida no ANEXO II deste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO -O CONTRATADO deverá manter os equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do contrato, nas dependências do Banco, devidamente identificados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO -O CONTRATADO, antes de iniciar os serviços ou em caso de substituição, relacionará os equipamentos a serem utilizados, fornecendo descrição sumária dos mesmos, além de apresentá-los previamente para avaliação e aprovação da fiscalização, que poderá recusar qualquer equipamento considerado inadequado para realização dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os equipamentos de limpeza que o CONTRATADO disponibilizar para as unidades do CONTRATANTE, destinados ao desenvolvimento dos serviços contratados, só poderão ser retirados com autorização formal da Fiscalização Técnica do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica e aos operadores.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO -O CONTRATADO deverá providenciar a substituição dos equipamentos danificados em até 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO -Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, o CONTRATADO deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, sem que isso implique em acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do CONTRATANTE.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os serviços deverão ser executados pelo CONTRATADO, na seguinte frequência:

DIARIAMENTE

I - Serviços de Copa e Cozinha

- providenciar o preparo do café e/ou chá, abastecer as garrafas térmicas e servir, no período da manhã e da tarde, ou quando solicitado;
- limpar com pano úmido com álcool os locais onde tenham sido efetuadas refeições ou onde tenham sido servidas bebidas, mantendo-os asseados;
- lavar louças, recolher, higienizar e guardar os utensílios de cozinha após o uso;
- zelar pela limpeza e organização da copa.

II - Serviços de Limpeza

- varrer todas as áreas internas e externas;
- lavar e desinfetar os banheiros;
- bater, limpar e remover os capachos;
- limpar os vidros das divisões, dos guichês e das portas;
- remover, com pano úmido com álcool, o pó dos equipamentos de informática, telefones, quadros, espelhos, portas, removendo-os, se necessário;
- limpar os equipamentos de autoatendimento com flanelas secas e quando necessário, para remoção de manchas, utilizar flanelas levemente umedecidas em água;
- arrumar e organizar os impressos e folderes nos balcões de clientes;
- limpar equipamentos e/ou locais onde ocorram contatos manuais frequentes, tais como maçanetas, portas giratórias, botões de elevadores teclados de autoatendimento, dispensadores de senhas, com pano umedecido em álcool 70% líquido, durante o período de funcionamento da unidade ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
- proceder a limpeza geral dos elevadores, se houver, com produtos adequados, incluindo: paredes, tetos, pisos, portas (internas e externas), painéis e visores dos andares, usando produto adequado, aspirar o pó dos trilhos, com isolamento da área e colocação de avisos/placas de alerta, sendo expressamente proibido jogar água, pois provoca danos nos equipamentos;
- passar aspirador nos tapetes e carpetes;

- remover completamente o pó dos móveis, peitoris, balcões, divisões, guichês, ventiladores;
- recolher, remover e transportar o lixo, resíduos em geral e os materiais recicláveis incluídos no programa de eco eficiência, que deverão ser depositados nos recipientes padronizados por cores de cada resíduo, transportando-os para lugares indicados pelo CONTRATANTE;
- limpar os cestos de despejos e as caixas de areia;
- remover, transportar e/ou manejar, eventualmente, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos;
- garantir os banheiros com papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido nas saboneteiras das pias;
- lavar as bacias, assentos e pias dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, duas vezes ao dia;
- limpar e higienizar adequadamente os bebedouros que deverão ser abastecidos, sempre que for necessário, com garrações de água mineral, devidamente higienizados, adquiridos pelo CONTRATANTE;
- lavar os depósitos de lixo;
- limpar portas-objeto;
- limpar escadas e os corrimões;
- lavar louças, recolher, higienizar e guardar os utensílios de cozinha após o uso;
- deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE Nº 06, de 03.11.1995.
- executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

III- SEMANALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- limpar, com produtos adequados, os vidros das divisórias dos guichês e das portas;
- limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plásticos em assentos e poltronas;
- limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;
- lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- lavar e desinfetar os banheiros;
- limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

IV- MENSALMENTE

- limpar, usando produto apropriado, os sofás e poltronas, removendo-os ou transportando-os, se necessário;
- encerar e polir os pisos tratados a cera;
- passar aspirador de pó ou pano úmido de acordo com o tipo de cortina;
- limpar o mobiliário revestido de laminado/fórmica, com esponjas levemente umedecidas em água e saponáceo neutro, passando pano seco a seguir;
- aplicar lustra móveis no mobiliário de madeira;
- limpar os tetos, portas, paredes e rodapés;
- revisar os serviços diários;
- lavar as escadas;
- limpar as marquises;
- passar enceradeira nos pisos que permitem este procedimento (pisos internos 1x por semana e pisos plurigoma 2 x por semana);
- lavar e clarear os pisos laváveis;
- varrer e lavar as áreas externas;

- limpar os vidros em geral, nas duas faces;
- conservar as persianas, limpando-as com produtos apropriados;
- limpar caixilhos;
- desobstrução de ralos, tubulação e calhas;
- aspirar piso suspenso;
- lavagem completa de todos os bebedouros;
- limpar externamente os globos de luz, luminárias em geral e letreiros luminosos;
- limpar as calhas, ralos e caixas, verificando a correta posição dos ralos;
- limpar as caixas de gordura, sifonadas, de inspeção, valetas, ralos e válvulas de pias e lavatórios;
- limpar os suportes/dispensadores de papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido e álcool gel, com esponjas levemente umedecidas em água e saponáceo neutro, passando pano seco a seguir;
- proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa plantas desnecessárias, cortar gramas e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas, quando couber;
- executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

V- SEMESTRALMENTE (a ser executado pela equipe especializada em limpeza pesada)

- Limpar as fachadas das dependências, mediante utilização de equipamento apropriado (andaime/gôndola/balancim individual), se necessário;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semestral.

VI- ANUALMENTE (a ser executado pela equipe especializada em limpeza pesada):

- efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;
- aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.
- As tarefas acima relacionadas poderão ser alteradas na periodicidade e frequência, conforme necessidade da Unidade.
- Os serviços especificados neste Termo de Referência não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – É vedada a utilização de ácido ou soda cáustica em qualquer tipo de revestimento de pisos, tetos e paredes, inclusive das fachadas.

-Na limpeza de pisos encerados, usar vassouras de pelo.

-Na limpeza de teclados de informática, usar pincel.

-Para pisos vinílicos / paviflex e laminados / fórmica, utilizar esponja **NÃO ABRASIVA** úmida e saponáceo.

I- NÃO EMPREGAR SOLVENTE, GASOLINA, QUEROSENE, PALHA DE AÇO OU ÁGUA SANITÁRIA.

-A utilização de cera é vedada para o piso de escadas e hall de circulação.

- Os serviços de limpeza abrangem pisos internos e externos, mobiliários, vidraças, equipamentos, utensílios e acessórios em geral, dispostos nos ambientes internos e externos das unidades do CONTRATANTE.

- A limpeza em equipamentos e/ou locais onde ocorram contatos manuais frequentes, tais como maçanetas, portas giratórias, botões de elevadores, teclados de autoatendimento, dispensadores de senhas, entre outros, deve ser realizada com pano umedecido em álcool 70% líquido, detergente, desinfetante ou água e sabão, além dos procedimentos constantes do Termo de Referência, durante todo o período de funcionamento da unidade ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

- Quaisquer danos causados ao tecido dos mobiliários ou carpete que impliquem em redução da vida útil ou alteração das características originais são de responsabilidade do CONTRATADO e devem ser reparados de imediato, nas condições estabelecidas no Contrato.

- As vidraças de fachadas devem ser limpas por processo mecanizado ou manual sem utilização de produtos químicos e/ou abrasivos que possam causar danos às instalações do CONTRATANTE e com o uso de EPI – Equipamento de Proteção Individual e EPC – Equipamento de Proteção Coletiva, de acordo com as Normas de Segurança no Trabalho.

- A coleta dos resíduos descartados pelas unidades do CONTRATANTE deve ser diária, com manutenção do lixo segregado por tipo (não reciclável, vidro, metal, plástico, papel e orgânico), em sacos plásticos de cor diferenciada, conduzindo-os até o local estabelecido para descarte pelo CONTRATANTE, de acordo com as determinações locais.

II - PISOS ELEVADOS: Não molhar, mesmo que o revestimento seja lavável e utilizar apenas pano umedecido com água e sabão neutro.

III - PISOS E PAREDES DE MÁRMORE OU GRANITO: Usar pano umedecido com água e sabão neutro.

IV - ÁREAS COM TOMADAS DE PISO: Isolar a área, quando da lavagem dos pisos, para não entrar água.

V- TETOS E PAREDES: Utilizar esponja úmida com sabão neutro quando revestidos com pintura. Remover manchas de mofo com um pano umedecido com água sanitária. Manchas de óleo ou gordura devem ser removidas com esponja úmida de detergente à base de amoníaco. No caso de laminados (fórmica), usar pano umedecido com álcool (**NUNCA UTILIZAR PRODUTOS A BASE DE PETRÓLEO**).

VI - PORTAS E JANELAS:

-de alumínio, utilizar vaselina líquida aplicada com pano seco e mover o excesso com outro pano seco limpo (não usar produtos que contenham ácido, palha de aço ou qualquer outro produto abrasivo);

- pintadas ou envernizadas, usar pano limpo umedecido em água e sabão neutro (não usar álcool, palha de aço ou detergentes);

- enceradas, usar flanela e cera incolor em pequenas quantidades.

- **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:** Usar aspirador de pó para retirar cliques ou grampos; limpar as luminárias e difusores com espanador.

VII - EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS:

- limpar as louças com sabão neutro e detergente biodegradável;

- bancadas de pia, em mármore, granito ou inox, usar esponja umedecida em água e sabão ou detergente (**NÃO UTILIZAR PALHA DE AÇO**).

VIII - REVESTIMENTOS EM AZULEJOS E CERÂMICA: Utilizar água sanitária ou escova com saponáceo, para limpeza de rejuntamento. É recomendável a lavagem a vapor.

DOS UNIFORMES USADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O CONTRATADO deverá fornecer no início do contrato os uniformes a cada empregado, em conformidade com as especificações a seguir relacionadas, submetendo-os previamente à aprovação do CONTRATANTE, resguardado a este o direito de exigir, a qualquer momento, a substituição dos uniformes que não atendam às especificações indicadas ou sem condições mínimas de apresentação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	VIDA ÚTIL ESTIMADA	QTD P/ PROFISSIONAL
1	Calça comprida com elástico e cordão, em gabardine.	Peça	6 Meses	2
2	Camiseta malha fria, com gola esporte, em gabardine com emblema da empresa pintado.	Peça	6 Meses	2
3	Meia em algodão, tipo soquete.	Par	6 Meses	2
4	Sapato fechado, na cor preta, em couro, com solado baixo de borracha, com palmilha antibacteriana.	Par	6 Meses	1

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Observar as condições climáticas da região de prestação dos serviços de limpeza, com relação à confecção do uniforme, sendo preferencialmente composto por um conjunto camisa malha fria, com gola esporte e calça de brim ou gabardine, calçados que atendam as normas de segurança, e, ainda, ser aprovado pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O uniforme deverá ser custeado, integralmente, pelo CONTRATADO, e fornecido semestralmente aos seus empregados, na quantidade de, no mínimo, 02 (dois) uniformes completos e 01 (um) par de sapatos.

PARÁGRAFO QUARTO - Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo, com a relação nominal das peças, cuja cópia deverá ser entregue à Fiscalização Técnica do CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de entrega.

DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL (EPI) USADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A CONTRATADA cumprirá todas as normas estabelecidas pelo órgão competente e em especial, exigir de seus empregados a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, principalmente, quando da coleta, remoção ou manipulação de lixo e de limpeza de dependências sanitárias, esgotos, etc.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá fornecer os Equipamentos de Proteção Individual-EPI's, sendo estes ditos essenciais à integridade física do trabalhador, não sendo permitida sua ausência na execução dos serviços de coleta, remoção ou manipulação de lixo e de limpeza de dependências sanitárias, esgotos, etc., sob pena da CONTRATADA sofrer as sanções determinadas no ANEXO I (Termo de Referência) e neste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os EPI's a serem utilizados nos serviços de limpeza são: luvas, óculos, botas de borracha, máscaras de proteção respiratória descartável, aventais e demais equipamentos de proteção.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os EPI's deverão ser efetivamente utilizados, quando de situações que necessitem de sua utilização, ficando a Contratada responsável pela orientação da correta utilização dos equipamentos e o Fiscal do Contrato de cobrar a utilização e o fornecimento dos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO - Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objeto deste Termo de Referência, nas condições do item anterior, deverá ser substituído no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa.

PARÁGRAFO QUINTO - Os EPI's deverão ser substituídos, sem ônus para o CONTRATANTE, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização, ou por extravio, ficando a CONTRATADA responsável pela guarda dos mesmos.

DO PREPOSTO DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A empresa contratada para a prestação dos serviços deverá comprovar, em até 60 (sessenta) dias, ter escritório próprio no Estado, onde os serviços serão realizados, e, apresentar nomeação de preposto por documento formalmente encaminhado ao CONTRATANTE, com antecedência de 48 horas do início da prestação do serviço, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando orientações

necessárias aos executantes dos serviços, de acordo com as normas pré-estabelecidas pela contratante, dando celeridade na resolução de problemas e demandas relativas ao contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preposto deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

O CONTRATADO orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

20.5 O CONTRATADO deverá substituir o preposto, quando solicitado pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

20.6 Em caso de substituição do preposto pelo CONTRATADO, encaminhar aviso formal com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, no qual deve conter informações relativas ao substituto, nos termos do item 20.2.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Obrigar-se, por meio de seu quadro técnico especializado e treinado nas áreas de prestação dos serviços, a:

a) manter limpa as áreas da unidade, independentemente de suas condições e, inclusive, se estiver em obras.

- I. Obedecer às técnicas e rotinas constantes do Termo de Referência, e estar em estrita concordância com as normas técnicas e legislação vigente, sem prejuízo do que dispõem as cláusulas contratuais.
- II. Esclarecer junto ao CONTRATANTE por meio da unidade responsável pela gestão operacional do contrato, as eventuais dúvidas em relação às especificações técnicas.
- III. Indicar 1(um) supervisor residente, para orientar e supervisionar os serviços executados, além de intermediar a relação entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO.
- IV. Responsabilizar-se por todas as despesas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executar os serviços sem interferir nas atividades de rotina da unidade e observando seu horário de funcionamento, de maneira que:

I - a limpeza das agências seja realizada antes do horário de atendimento ao público e mantida durante todo esse período.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Gerir e fiscalizar o uso adequado de equipamentos, evitando a ocorrência de acidentes e/ou danos aos seus prestadores, empregados do CONTRATANTE e/ou terceiros, conforme determinam as Normas de Segurança do Ministério do Trabalho e Emprego.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Apresentar relatório mensal sobre as condições das instalações, ocorrências verificadas, trabalhos realizados, ações implementadas, críticas e sugestões para melhoria na execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO - Apresentar, se for o caso, propostas de melhorias para a gestão e execução dos serviços de limpeza, a partir de levantamentos, estudos e outros instrumentos, sendo que os custos decorrentes deverão compor o preço proposto.

PARÁGRAFO QUINTO - Responsabilizar-se pela contratação, supervisão, treinamento, reciclagem, diária e transporte dos prestadores de serviços de limpeza, inclusive os custos decorrentes.

PARÁGRAFO SEXTO - Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, orientando-os e comprometendo-se na manutenção do respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal do CONTRATANTE, observando o controle do regimento de trabalho e descanso dos empregados, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATADO deve fiscalizar, rotineiramente, o estado dos uniformes e dos equipamentos de EPI – Equipamento de Proteção Individual e EPC – Equipamento de Proteção Coletiva, garantindo o bom estado de conservação e apresentação, substituindo-os, quando necessário, independentemente do prazo decorrido.

PARÁGRAFO OITAVO - Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho.

PARÁGRAFO NONO - Elaborar manual de orientação e capacitação dos prestadores de serviços pelo CONTRATADO, abrangendo, no mínimo:

- I. como funciona o CONTRATADO, suas atividades, hierarquia e relação com o CONTRATANTE;
- II. qual é o papel do preposto;
- III. quais são as atribuições, direitos e deveres do prestador de serviços de limpeza;
- IV. quais as diferenças entre o ambiente da organização, social e familiar;
- V. quais as formas adequadas de tratamento e convivência no trabalho em relação aos prestadores e aos empregados do Banco e seus clientes;
- VI. quais os cuidados com a saúde, higiene pessoal, limpeza e estado do uniforme de trabalho;
- VII. quais as características dos tipos de serviços de limpeza;
- VIII. quais os cuidados básicos a serem observados na execução dos serviços;
- IX. noções de responsabilidade socioambiental no ambiente de trabalho e na vida;
- X. o que é coleta seletiva, para que serve e como fazê-la no ambiente do Banco.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Treinar as equipes que irão executar os serviços de limpeza, de acordo com cada área de atuação, no início da execução dos serviços e reciclá-las, no mínimo, 01 (uma) vez ao ano ou sempre que necessário.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Apresentar a documentação com o conteúdo e relação dos participantes em cada treinamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Para a realização do objeto da contratação, o CONTRATADO deverá entregar declaração de que instalará escritório na capital do estado onde será prestado o serviço ou em um dos municípios de sua região metropolitana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Apresentar ao CONTRATANTE, ao responsável pela gestão operacional do CONTRATO, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da assinatura do Contrato:

- c) relação dos equipamentos e materiais de limpeza, conservação e higiene a serem utilizados, com especificação de marca, tipo, quantidade e preço e discriminados, separadamente, conforme modelo do ANEXO V deste Termo de Referência;
- d) Canais de comunicação eficientes, tais como telefones fixos, telefone celular, fax, correio eletrônico, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS EMPREGADOS

I - O CONTRATADO deverá selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, apresentando-os com pontualidade e assiduidade, de acordo com os horários fixados pelo CONTRATANTE.

II - Empregar pessoal habilitado para a execução dos serviços, observando o quantitativo e a qualificação mínima exigida, bem assim a carga horária semanal da categoria profissional de acordo com a legislação vigente.

III - Exigir que seus empregados estejam sempre aseados, com uniformes limpos e munidos, obrigatoriamente, de crachá de identificação com fotografia recente (de responsabilidade do CONTRATADO), para que possam ter acesso às instalações do CONTRATANTE.

IV - Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo CONTRATANTE.

VI - Não permitir que qualquer empregado se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

VII - Substituir imediatamente, mediante comunicação da Fiscalização Técnica, o empregado cujo comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente, que não se apresentar limpo e aseado, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no aspecto de higiene pessoal, ou seus serviços forem julgados insatisfatórios, vedado seu retorno às dependências do CONTRATADO, mesmo que para coberturas, licenças, dispensas, suspensões ou férias.

VIII - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas Disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE.

IX - Orientar seus empregados a não exercer qualquer tipo de atividade comercial (venda, promoção, representação, etc.) dentro das dependências do CONTRATANTE, inclusive no intervalo de almoço.

X - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE.

XI - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto.

XII - O CONTRATADO adotará as providências determinadas pela legislação na hipótese de ocorrência de acidentes que envolvam seus empregados.

XIII - Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelo pessoal empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

XIV - Garantir o quantitativo de pessoal contratado para os postos de trabalho nos casos de atraso, falta, folga e licença ou férias de qualquer empregado.

XV - Substituir, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, os atrasos e ausências de empregados nos postos de trabalho.

XVI - As faltas e ausências dos postos de trabalho deverão ser supridas por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos neste Termo de Referência.

XVII - As ausências dos profissionais nos postos de trabalho, não supridas, serão descontadas do faturamento mensal no valor correspondente ao número de dias ou horas em que se verificar a ausência do profissional no posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

XVIII - Sempre que exigido pelo CONTRATANTE, substituir de forma diligente e inquestionável, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, os empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços.

XIX - No caso de alteração de prestadores, o contratante deverá ser informado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, acerca das inclusões e exclusões, sempre que ocorrerem;

XX - Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta higienização nos respectivos manuseios.

XXI - Não permitir que os empregados realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificado e solicitado pela CONTRATANTE, observando o limite de 5% do valor contratado e de acordo com a legislação trabalhista.

XII - Recolher e devolver ao CONTRATANTE os crachás dos empregados que não estiverem mais prestando serviços ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS ADMISSIONAIS. O CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias após o início do Contrato:

- I. relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, RG, função exercida, lotação e horário do posto de trabalho, salário, adicionais, e quantitativos de vales transporte e auxílio alimentação;
- II. cópia das carteiras de identidade (RG);
- III. cópia das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- IV. cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devidamente preenchidas e assinadas pela contratada, para fins de conferência;
- V. cópia dos Exames Médicos Admissionais.
- VI. sempre que houver admissão de novos empregados pelo CONTRATADO, os documentos elencados nos itens acima deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de admissão do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Apresentar, quando houver demissão de empregados, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de demissão do empregado:

- I. cópia dos Exames Médicos Demissionais dos empregados dispensados;
- II. cópia das Carteiras de Trabalho com os registros feitos pela empresa;
- III. cópia dos Termos de Rescisão dos Contratos de Trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria ou pela legislação vigente;
- IV. cópia das Notificações de Aviso Prévio;
- V. cópia das Guias de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF) devidamente pagas juntamente com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver;
- VI. cópia dos Extratos atualizados do FGTS;
- VII. cópia dos Termos de Rescisão que deverão conter a assinatura do empregado e do empregador e estar acompanhados do comprovante de pagamento das verbas rescisórias, caso o empregado não as tenha recebido por ocasião da lavratura do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho;
- VIII. encaminhar comprovante dos exames admissionais, periódicos e demissionais, nos prazos e formas da legislação aplicável;
- IX. encaminhar à fiscalização, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que usufruirão de férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;
- X. dar conhecimento à Fiscalização Técnica do CONTRATANTE das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - O CONTRATADO deverá manter a situação trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, devidamente atualizada e regularizada, inclusive no aspecto salarial, mantendo em dia todos os direitos trabalhistas de seus profissionais, tais como horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da CONTRATANTE prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados.

I - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, e caso haja inadimplência do CONTRATADO não será transferida a responsabilidade ao CONTRATANTE.

II - O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados, deve ser rigorosamente cumprindo de acordo com os parâmetros previstos neste termo e não podem estar atrelados aos pagamentos que o CONTRATANTE efetua à contratada pela prestação dos serviços discriminados no presente instrumento.

III - Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, que deverá ser aberta na localidade onde o profissional estiver prestando os serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE.

IV - Pagar, incondicionalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês, auxílio alimentação e vale transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

V - Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados de suas residências até as dependências do Contratante, e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação de transportes coletivos, greves ou outras situações impeditivas, e ainda nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário.

VI - No mês de início do contrato, o pagamento do auxílio alimentação e do vale transporte deverá ser feito até o primeiro dia útil do início da execução contratual.

VII - Fornecer ao CONTRATANTE, a partir do segundo mês de vigência do Contrato, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, cópias dos comprovantes de pagamento e vale transporte e auxílio alimentação, das folhas de pagamento, dos contracheques e dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais do mês anterior, bem como demais documentos constantes do item 10 e seus subitens.

VIII - Reajustar os salários dos empregados alocados nos postos de trabalho objeto deste Termo de Referência, conforme os percentuais e períodos de reajuste pactuados em instrumento coletivo de trabalho das categorias profissionais abrangidas neste documento.

IX - Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

X - Viabilizar a emissão do Cartão Cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

XI - Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos das contribuições previdenciárias e do FGTS, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível, e à fiscalização sempre que solicitado.

XII - Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do artigo 18, da LC 123, de 2006.

XIII - Comunicar formalmente à Receita Federal do Brasil a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do artigo 18, da LC 123, de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º; II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

XIV - Apresentar ao CONTRATANTE comprovante de entrega e recebimento do referido comunicado à Receita Federal do Brasil, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

XV - Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 01 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo o CONTRATANTE utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

- 1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou
- 2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

CLAÚSULA VIGÉSIMA - OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS SERVIÇOS - O CONTRATADO deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, responsabilizando-se integralmente pelos serviços prestados, nos termos da legislação vigente.

I - Disponibilizar ao CONTRATANTE empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, devidamente asseados, uniformizados e identificados por meio de crachá com fotografia recente, fazendo uso dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução dos serviços nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE.

II - Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE.

III - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV - Arcar com todas as despesas decorrentes de quaisquer prejuízos, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pelo empregado na execução dos serviços contratados, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

V - Realizar, por meios próprios, a fiscalização das atividades contratadas em todas as instalações do CONTRATANTE.

VI - Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

VII - Garantir o quantitativo de pessoal estabelecido para os postos de trabalho nos casos de atraso, falta, folga e licença ou férias de qualquer empregado, realizando substituição imediata de funcionário em caso de ausência, ainda que justificada.

VIII - Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério de Trabalho e Emprego.

IX - O CONTRATADO deverá adotar todas as providências, determinadas pela legislação na hipótese de ocorrência de acidentes que envolvam seus empregados.

X - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrente de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

XI - Encaminhar à Fiscalização, até 20 (vinte) dias do início do Contrato, cópia dos recibos individuais de entrega dos uniformes, e, posteriormente, a cada 06 (seis) meses de acordo com o item 08.

XII - Substituir, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, os atrasos e ausências de empregados nos postos de trabalho.

XIII- As faltas e ausências dos postos de trabalho deverão ser supridas por outro profissional de mesma capacidade técnica e que atenda aos requisitos exigidos neste Termo de Referência.

XIV - As ausências dos profissionais nos postos de trabalho não supridas serão descontadas do faturamento mensal, no valor correspondente ao número de dias ou horas em que se verificar a ausência do profissional no posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

XV - Remunerar o profissional substituto com salário compatível ao do profissional substituído e recolher os encargos correspondentes previstos contratualmente e na legislação vigente à época da substituição.

XVI - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, os serviços efetuados em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

I - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

II - Promover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias, vestiários com armários guarda-roupas, local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios e outras que se apresentarem necessárias.

III - Receber os empregados e prepostos do CONTRATADO, devidamente identificados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades.

IV - Não permitir que os empregados do CONTRATADO desempenhem funções que não as definidas no Contrato e nos seus aditivos.

V - Cuidar para que os empregados do CONTRATADO somente recebam ordens para a execução de tarefas, do Preposto da empresa contratada.

VI - Notificar, por escrito, ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato.

VII - Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

d) Considerar os trabalhadores do CONTRATADO como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

VIII - Exigir do CONTRATADO, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

IX - Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

X - Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

XI - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

XII - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

XIII - Considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

DA HABILITAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A **CONTRATADA** também se obriga a manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/010, inclusive a condição de não empregar menor, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze anos). Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes atualizados:

- I) de regularidade para com a Fazenda Federal e Municipal do seu domicílio ou sede, compreendendo a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a tributos e à dívida ativa, inclusive contribuições previdenciárias e sociais; e
- II) de regularidade perante o FGTS, e CNDT, mediante a apresentação do respectivo certificado.

PARÁGRAFO ÚNICO - A não-apresentação dos comprovantes citados no caput desta CLÁUSULA poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão deste contrato, sem que caiba à **CONTRATADA** o direito a qualquer indenização.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Com fundamento no Inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, ficará impedido de licitar e contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, ficando também sujeito à aplicação das multas previstas neste instrumento contratual e das demais cominações legais a **CONTRATADA** que:

- I - Apresentar documentação falsa.
- II - Ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato.
- III - Falhar ou fraudar na execução deste contrato.
- IV - Comportar-se de modo inidôneo.
- V - Cometer fraude fiscal.
- VI - Fazer Declaração falsa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pela inexecução total ou parcial, ou ainda por atraso ou descumprimento das obrigações pela Contratada, o Contratante pode, garantida a prévia defesa, aplicar penalidades de natureza pecuniárias, de obrigações de fazer ou de não fazer e em especial as seguintes sanções previstas na Lei nº 13.303/2016:

- I - Advertência escrita;
- II- Multa na forma prevista no edital ou no contrato;
- III- Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Banco por prazo não superior a 02 (dois) anos; as sanções previstas neste item poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
 - a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

IV- A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo para o CONTRATANTE e que não comprometam a continuidade da prestação dos serviços.

V- A multa será aplicada nos percentuais, situações e condições indicados a seguir:

PARÁGRAFO SEGUNDO – Multa de **0,5% (meio por cento)**, por dia de atraso, aplicável sobre o preço global anual contratado, em caso de não comprovação tempestiva, se for o caso, da instalação de filial ou escritório de representação na capital do estado onde será prestado o serviço ou em um dos municípios de sua região metropolitana, com a estrutura objeto do **subitem 13.17** deste Termo;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Multa de **0,07% (sete centésimos por cento)**, aplicável sobre o preço global anual contratado, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação ou reposição da garantia contratual, limitado a **2% (dois por cento)**;

PARÁGRAFO QUARTO – Multa de **4% (quatro por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de:

PARÁGRAFO QUINTO – deixar serviços incompletos e/ou mal acabados, trazendo com isso transtornos ao local de trabalho;

PARÁGRAFO SEXTO – permitir, por dolo ou culpa, situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou algum outro prejuízo;

PARÁGRAFO SÉTIMO – multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de não pagamento dos salários e/ou das verbas trabalhistas;

PARÁGRAFO OITAVO – multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias, trabalhistas e para com o FGTS;

PARÁGRAFO NONO – Multa de **5% (cinco por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, em caso de:

PARÁGRAFO DÉCIMO – pagamento de salários após o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, atraso no pagamento das férias e 13º salário e no fornecimento de vale-refeição (que devem ser disponibilizados no 1º dia útil de cada mês), de vale-transporte e fardamenta, quando for o caso;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o valor apurado para pagamento no mês em que se verificar a ocorrência faltosa, relativa à agência ou dependência onde for cometida a infração, nas demais violações ou descumprimentos de Cláusula(s) ou condição(ões) estipulada(s) no Contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Multa de **10% (dez por cento)**, aplicável sobre o preço global anual contratado, em caso de inexecução total do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O percentual da multa a ser aplicado de acordo com situação será de acordo com a tabela abaixo:

Graus e Gols de acordo com a tabela abaixo:		
GRAU	CORRESPONDÊNCIA	
01	0,2% Por dia sobre o valor do contrato	
02	0,4% Por dia sobre o valor do contrato	
03	0,8% Por dia sobre o valor do contrato	
04	1,6% Por dia sobre o valor do contrato	
05	3,2% Por dia sobre o valor do contrato	
06	4,0% Por dia sobre o valor do contrato	
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	05
03	Manter empregados sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregados e por dia.	03
04	Permitir a presença de empregado sem o uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
06	Utilizar as dependências do Banco para fins diversos do objeto do contrato, por ocorrência.	04
PARA OS ITENS ABAIXO, DEIXAR DE:		
07	Zelar pelas instalações do Contratante utilizadas, por item e por dia.	03
08	Colocar à disposição do Contratante os equipamentos relacionados no anexo III deste termo de Referência, por ocorrência.	04
09	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência.	02
10	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	01
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia.	01
12	Efetuar a reposição de empregados faltosos, por funcionário.	01
13	Deixar de entregar no prazo determinado os materiais de limpeza, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, por item e por dia.	04
14	Entregar os vales transporte e/ou auxílio alimentação das datas avençadas, por ocorrência e por dia.	02
15	Fornecer EPIs (equipamentos de Proteção Individual) quando exigido por lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
16	Fornecer por semestre 02(dois) uniformes para cada empregado, por funcionário e por ocorrência.	02
17	Efetuar pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução contratual, por dia e por ocorrência.	06
18	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
19	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02
20	Utilizar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, por ocorrência.	02

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A sanção prevista no **parágrafo primeiro**, poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos Contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Banco da Amazônia:

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Banco da Amazônia S/A, em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Além das multas elencadas no parágrafo primeiro, serão aplicadas multas, conforme infrações cometidas e o grau respectivo, indicados no parágrafo décimo terceiro do desta cláusula até o limite de 10% do valor mensal deste contrato e conforme Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Se o CONTRATADO não mantiver durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico, o contrato poderá ser rescindido, bem como poderão ser aplicadas as penalidades previstas em lei.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Será caracterizado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Após o devido processo administrativo, as multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste item e estarão limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no mesmo, poderá ser rescindido, por ato formal do CONTRATANTE, por descumprimento contratual.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – O atraso superior a 15 (quinze) dias consecutivos na execução dos serviços poderá ensejar, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a critério exclusivo do CONTRATANTE, a rescisão deste contrato firmado, ficando o CONTRATADO sujeito a multa conforme item 29.3.11.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança não isentará o CONTRATADO da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – As ações danosas ou criminosas cometidas por empregados, prepostos do CONTRATADO, empresas ou pessoas por ela contratada ou designadas, no exercício das atividades previstas no contrato que ocasionem prejuízos ao CONTRATANTE, a seus clientes/usuários de serviços bancários, devidamente comprovados através de decisão judicial (transitado em julgado), implicará na cobrança de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e mais o valor correspondente ao valor do prejuízo apurado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO – A advertência e a anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores poderão ser aplicadas quando ocorrer descumprimento das obrigações editalícias ou contratuais que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE e/ou execução insatisfatória, ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO – A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o CONTRATADO das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO – A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Ministro da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de **atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO – Caso não seja garantido absoluto sigilo sobre todos os processos, rotinas, objetos, informações, documentos e quaisquer outros dados fornecidos pelo CONTRATANTE, implicará na cobrança de multa compensatória correspondente a 5% sobre o valor total do contrato, além das cominações previstas na legislação, podendo o CONTRATANTE rescindir o contrato.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO – A rescisão do contrato provocada pelo CONTRATADO implicará, de pleno direito, a cobrança pelo CONTRATANTE de multa equivalente a 10% (dez

por cento) do valor total do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – Se a multa for de valor superior ao valor da garantia contratada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO – Nenhuma penalidade será aplicada pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO sem o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e o direito à ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO – Inexistindo pagamento(s) devido(s) pelo CONTRATANTE ou sendo este(s) insuficiente(s), cabe ao CONTRATADO quitar o valor da(s) multa(s) mediante depósito em conta corrente própria em nome do CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados da data da comunicação de confirmação da penalidade.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO – Ao valor da multa não adimplida e objeto de cobrança judicial serão acrescidos honorários advocatícios, estes no percentual de 20%, custas judiciais, correção monetária (INPC) e juros na forma do artigo nº 405 do código civil, facultando-se ainda ao CONTRATANTE a inscrição do inadimplente nos órgãos de cadastro restritivo (SERASA/SPC).

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o CONTRATANTE aplicará ao CONTRATADO multa conforme a graduação estabelecida nas tabelas do item **29.3.12** deste Termo de Referência.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO – Quando necessário ou solicitado, o CONTRATADO deve providenciar visita de profissional responsável pela inspeção e testes aos locais de prestação dos serviços, devendo os custos estar incluídos no preço proposto.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO – Ao término do Contrato será feita vistoria em conjunto com representante responsável do BANCO e do CONTRATADO, com assinatura de ambas as partes em Termo de Entrega das Instalações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Constituem motivos para rescisão contratual, independente da interpelação judicial ou extrajudicial:

I - A inexecução, total ou parcial do contrato dará ensejo a sua rescisão por justa causa e acarretará as consequências previstas no Instrumento Contratual e na legislação.

II - A rescisão acarretará, de imediato, retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

III - Na rescisão do contrato provocada pelo **CONTRATADO**, o **CONTRATANTE** aplicará a multa prevista no Item 28.20, reservando-se, ainda, o direito de intentar ação judicial para indenização por perdas e danos.

IV - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados ao **CONTRATADO** o contraditório e o direito à ampla defesa.

V - As responsabilidades imputadas ao **CONTRATADO**, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o **CONTRATANTE**, não cessam com a rescisão do contrato.

VI - A não apresentação dos comprovantes referidos no caput da **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** deste Termo de Referência, poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão do Contrato, sem que caiba ao **CONTRATADO** o direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - A rescisão poderá ocorrer:

I - Paralisação injustificada dos serviços.

II - A subcontratação, ainda que parcial, dos serviços objeto deste contrato.

III - A cessão ou transferência do presente contrato.

IV - O desatendimento às determinações da Fiscalização do **CONTRATANTE** designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

V - O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços.

VI - A decretação de falência, o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

VII - A dissolução da sociedade.

VIII - A alteração societária que modifique a finalidade ou o controle acionário ou, ainda, a estrutura da **CONTRATADA** que, a juízo do **CONTRATANTE**, inviabilize ou prejudique a execução deste contrato.

IX - A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos.

X - O descumprimento de quaisquer das condições ajustadas neste contrato.

XI - A utilização pela **CONTRATADA** de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

XII - O conhecimento, ainda que, “*a posteriori*”, de fato ou ato que afete a idoneidade da **CONTRATADA** ou de seus sócios/cotistas ou de seus gestores ou ainda de seus representantes.

XIII - Razões de interesse público.

XIV - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste contrato.

PARÁGRAFO UNICO - O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, denunciar o presente contrato, para efeito de rescisão, sem que, por esse motivo, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra de qualquer natureza, salvo previsão em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A rescisão deste Contrato também poderá ocorrer quando a **CONTRATADA**:

I - Deixar de comprovar sua regularidade fiscal, trabalhista, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados.

II - Vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública.

III - Utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas obrigações contratuais.

IV - Vier a ser atingida por protestos de títulos, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira.

V - Não prestar garantia suficiente para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

VI - Motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Configurada a hipótese do inciso VI do caput desta CLÁUSULA, a **CONTRATADA** responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o **CONTRATANTE**, como consequência, venha a sofrer.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer:

I- Mediante distrato pela inexecução total ou parcial das cláusulas contratuais

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo do Pregão Eletrônico Nº 2022/010, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, precedida de autorização escrita e fundamentada, mediante aviso prévio por escrito, de 30 (trinta) dias consecutivos.

III - Judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão acarretará, de imediato execução da garantia, para ressarcimento, ao **CONTRATANTE**, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - O presente contrato não poderá ser no todo ou em parte objeto de cessão ou transferência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedado à **CONTRATADA**, salvo se estiver expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**:

I - Subcontratar terceiros para prestar os serviços objeto deste contrato.

II - Veicular publicidade que tenha como apelo mercadológico o fato de ter prestado ou estar prestando serviços ao **CONTRATANTE**, ou qualquer outra informação acerca das atividades e programas do **CONTRATANTE**.

III - Utilizar o presente contrato como garantia perante terceiros ou cessão dos direitos creditícios em operações de desconto bancário.

IV - Usar, copiar, duplicar ou de alguma outra forma reproduzir ou reter quaisquer informações do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedado à **CONTRATADA** alocar, para a prestação de serviços, empregado que tenha cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, que seja empregado ou comissionado da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Nos termos do art.7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal, também é vedado à **CONTRATADA** utilizar, durante toda a vigência deste Contrato, mão de obra de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de empregado do **CONTRATANTE** que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Conforme prevê a Lei 13.303/16, e o art. 96 do Regulamento do **CONTRATANTE**, a execução e gestão deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Serviço e pelo Fiscal deste contrato, verificando seu adimplemento, cumprindo-se a exigência legal, para isso especialmente designado, lotado na Gerência de Patrimônio e Contratos – GEPAC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O acompanhamento e a fiscalização dos serviços serão exercidos por empregado designado pelo **CONTRATANTE**, por meio de Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas ausências ou impedimentos do empregado de que trata o caput desta CLÁUSULA, os encargos a ele atribuídos passarão a ser exercidos por quem o substituir na forma regulamentar.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os contatos entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão mantidos por intermédio da Fiscalização do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as Ordens de Serviço ou comunicações entre a Fiscalização e a **CONTRATADA** serão transmitidas por escrito, por meio eletrônico, e constarão dos autos do processo.

PARÁGRAFO QUINTO - A ausência ou a omissão da Fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste Contrato e no Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/001 e seus Anexos.

PARÁGRAFO SEXTO - O Gestor do Serviço será responsável pela homologação e assinatura dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo dos Serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O Fiscal deste contrato será responsável por:

I - Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/001 e seus Anexos;

II - Fiscalizar o cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores contratados para executar os serviços objeto deste contrato;

III - Atestar as Notas Fiscais/Faturas e a documentação exigível para pagamento;

IV - Consolidar os Termos Circunstanciados elaborados pela Unidade do **CONTRATANTE**, a partir da apuração das possíveis ocorrências e das Sansões Administrativas definidas neste contrato;

V - Ordenar a retirada imediata e substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme, crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, julgar inconveniente;

VI - Apurar eventuais faltas da **CONTRATADA** que possam gerar a aplicação de sansões prevista neste contrato;

VII - Comunicar à **CONTRATADA** a ocorrência de irregularidades, diligenciando para que sejam plenamente corrigidas;

VIII - Exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/010 e seus Anexos.

IX - Este contrato será acompanhado pelo Fiscal da Unidade do **CONTRATANTE**, que ficará encarregado de atestar a execução dos mesmos, para posterior encaminhamento para o pagamento. Os valores a serem pagos estão condicionados à execução satisfatória dos serviços ora contratados.

X - A ausência ou omissão da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste contrato.

XI - Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas neste Termo de Referência e seus anexos;

XII - A fiscalização não permitirá que os empregados da **CONTRATADA** executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

XIII - Providenciar sempre que demandado, notificação de irregularidades à **CONTRATADA** diligenciando para que sejam plenamente corrigidas;

DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Vincula-se este contrato ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/001 e seus Anexos.

DA MATRIZ DE RISCO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A matriz de riscos consiste no documento que descreve de forma clara e objetiva os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração deste contrato e está disposto no **ANEXO XIX** do Edital do Pregão Eletrônico Nº 2022/010.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIAIS E AMBIENTAIS DO CONTRATADO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Na qualidade de **CONTRATADA**, a empresa, onde couber, se compromete as obrigações socioambientais, tais como: a prevenção de trabalho escravo, infantil, o respeito ao meio ambiente e o combate a todas as formas de corrupção.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executar todos os serviços de maneira humanitária e legal, com foco na proteção do ser humano e na sustentabilidade do meio ambiente, a fim de preservá-lo e assim proteger a vida hoje, a médio e longo prazo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Implantar, rever e aperfeiçoar políticas que visem o equilíbrio e a interação com a natureza, considerando-se que os recursos naturais são finitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Treinar os prestadores para a perfeita realização dos serviços contratados, com a conscientização de todos os envolvidos e por meio de ações concretas ao cumprimento das obrigações deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Observar as boas práticas de melhor utilização de recursos, redução de desperdícios e poluição, pautados nos seguintes pressupostos:

- evitar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água;
- treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- treinamento e capacitação dos empregados sobre a política de coleta seletiva implantada nas unidades do BANCO;
- reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

PARÁGRAFO QUINTO -Providenciar de maneira adequada e legal o descarte de materiais potencialmente poluidores, de modo a evitar contaminação do meio ambiente.

PARÁGRAFO SEXTO -Promover a adequada manipulação de produtos domissanitários, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO -Observar as práticas recomendadas pela legislação vigente na realização de atividades com produtos químicos controlados e na aplicação de saneantes domissanitários, no que se refere à qualidade, quantidade ou destinação, sendo de integral responsabilidade do CONTRATADO caso seja necessário responder perante os órgãos fiscalizadores.

PARÁGRAFO OITAVO -Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, principalmente no que se refere à legislação ambiental.

PRÁTICAS AMBIENTAIS

CLAUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Elaborar e manter programa interno de treinamento dos prestadores de serviço com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica, água e a geração de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO -Informar-se, sistematicamente, com relação aos programas de uso racional dos recursos que impactem no meio ambiente.

PARÁGRAFO SEGUNDO -Comunicar ao BANCO as ocorrências que gerem riscos ou desperdícios, como por exemplo:

- vazamentos em torneiras ou sifões;
- saboneteiras ou toalheiros quebrados;
- lâmpadas queimadas ou piscando;
- tomadas ou espelhos soltos;
- fios desencapados;
- janelas, fechaduras ou vidros quebrados;
- carpete solto, entre outras.

USO RACIONAL DA ÁGUA

PARÁGRAFO TERCEIRO -Capacitar multiplicadores com relação ao uso racional da água, por meio de cursos oferecidos por empresas conceituadas e/ou gerenciadoras deste recurso, para repasse das informações, posteriormente, aos prestadores de serviço.

PARÁGRAFO QUARTO -Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, de acordo com a legislação vigente.

PARÁGRAFO QUINTO -Colaborar com ações do BANCO para uso racional da água, além da redução de consumo, devendo os encarregados atuar como facilitadores dessas mudanças de comportamento junto aos prestadores de serviço.

PARÁGRAFO SEXTO -Manter critérios especiais para aquisição e uso de equipamentos e/ou ferramentas que promovam a redução do consumo de água.

USO RACIONAL DA ENERGIA ELÉTRICA

PARÁGRAFO SÉTIMO -Orientar multiplicadores com relação à redução do consumo de energia, com repasse posterior aos prestadores de serviço.

PARÁGRAFO OITAVO -Sugerir medidas de redução do consumo de energia ao BANCO, como por exemplo, desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outras.

PARÁGRAFO NONO - Comunicar ao BANCO as ocorrências de mau funcionamento ou danos em instalações elétricas, como por exemplo, lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e funcionamento deficiente de instalações energizadas, entre outras.

PARÁGRAFO DÉCIMO -Verificar, sistematicamente, e promover manutenções, se for o caso:

- Se há vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza;
- Condições de segurança do sistema de proteção elétrica, extensões elétricas, filtros e/ou escovas utilizados em aspiradores de pó, enceradeiras e demais aparelhos elétricos;
- Se há cortinas ou persianas impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO -Evitar, ao máximo, o uso de extensões elétricas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO -Acender apenas as luzes de áreas que estiverem sendo limpas, durante a limpeza noturna, quando tiver sido permitida.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Manter critérios especiais para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO -Manter critérios especiais para aquisição e uso somente de produtos biodegradáveis, conforme legislação pertinente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO -Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, observando a regra basilar de menor toxicidade, não adição de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO -Manter critérios de qualificação de fornecedores, com a apresentação de certificação emitida pelos órgãos controladores e apresentação de projetos já implementados de Ações de Responsabilidade Social Empresarial.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO -Observar, rigorosamente, a legislação vigente na aplicação e/ou manipulação de todos os produtos a serem utilizados na prestação de serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO -Somente aplicar saneantes domissanitários cujas substâncias utilizadas em sua composição sejam biodegradáveis, face a necessidade de preservação da qualidade dos recursos hídricos naturais e de modo a evitar que a flora e fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas.

COLETA E REMOÇÃO DO LIXO:

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A coleta de lixo será feita seletivamente, separando-se os seguintes materiais: papéis, plásticos, vidros, metais, orgânicos e outros que deverão ser acondicionados em embalagens, adquiridas pelo CONTRATANTE, de cores diferenciadas, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, onde houver, nos termos da IN MARE, de 3/11/1995 e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO- São de responsabilidade da CONTRATADA, de acordo com orientações da Administração, a coleta seletiva, separação, acondicionamento adequado e remoção dos resíduos recicláveis, do local de origem até o local designado pela Fiscalização, dentro das dependências do CONTRATANTE.

COLETA SELETIVA - REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO -Adequar, nos locais onde há Coleta Seletiva, os procedimentos e materiais utilizados para prestação de serviços e, ainda, colaborar de forma efetiva, de acordo com os critérios e padrões estabelecidos pelo BANCO.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO -Fornecer sacos de lixo em tamanhos e cores adequados aos tipos de resíduos a serem coletados e dispostos em recipientes destinados a este fim.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Dispor os resíduos coletados nos locais a serem especificados pelo BANCO, corretamente acondicionados em sacos plásticos, para recolhimento posterior, por cooperativas de catadores e/ou instituições definidas pelo BANCO.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Utilizar com racionalidade os sacos de lixo, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, atentando para o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Orientar, sistematicamente, a redução da geração de resíduos sólidos produzidos pelos prestadores de serviço.

DA INTEGRIDADE, DA CONDUTA ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e a Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste Contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga

a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

I - Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

II - Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

III - Respeitar e exigir que seus empregados respeitem, no que couber, os princípios éticos e os compromissos de conduta definidos no Código de Conduta Ética do **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**, cujo teor poderá ser acessado no site www.bancoamazonia.com.br/index.php/obanco-codigodeetica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/13 não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de atos ilícitos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - O **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA**, em decorrência deste contrato, a qualquer tempo, a apresentação de comprovantes originais referentes à efetiva quitação de qualquer encargo ou compromisso para com terceiros, exigidos por força da execução deste contrato. A não-apresentação desses comprovantes poderá ensejar a rescisão deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução deste contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todos os demais custos referentes à logística, deslocamento e hospedagem dos profissionais que irão prestar os serviços deverão estar embutidos no preço dos serviços, não cabendo ao **CONTRATANTE** nenhum pagamento adicional.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será feita pelos meios de comunicação do **CONTRATANTE**, Internet, Intranet, correspondências formais e publicação nos meios de comunicação de acordo com a legislação vigente.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui fixadas, firmam o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, que declaram conhecer seu inteiro teor.

Belém (PA), **.**.20....

BANCO DA AMAZONIA S.A.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

- 1)

Nome, RG e CPF/MF
- 2)

Nome, RG e CPF/MF

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022/001
ANEXO VIII

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Tempo de Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua área ordinária, tais como caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo Banco da Amazônia, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BANCO DA AMAZÔNIA
Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Repactuação anual de preço.	BANCO DA AMAZÔNIA
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado conforme Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Tributário e Fiscal	Responsabilização do Banco da Amazônia por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do Banco da Amazônia.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo Banco da Amazônia.	Contratado